NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Metalúrgica Gerdau S.A.

- I) Demonstrações Financeiras Individuais
- II) Demonstrações Financeiras Consolidadas

I) NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Metalúrgica Gerdau S.A.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

Metalúrgica Gerdau S.A. ("a Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, empresa *holding* integrante do Grupo Gerdau, dedicado, principalmente, à produção e à comercialização de produtos siderúrgicos em geral, através de usinas localizadas no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Guatemala, México, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Estados Unidos, Canadá, Espanha e Índia. O Grupo Gerdau iniciou sua trajetória de expansão há mais de um século, e é um dos principais *players* no processo de consolidação do setor siderúrgico global. Produz aços longos comuns e especiais e aços planos, tanto por meio do processo de produção em fornos elétricos, a partir de sucata e ferro-gusa adquiridos, em sua maior parte, na região de atuação de cada usina (conceito de *mini-mill*), como a partir de minério de ferro (em altos-fornos e via redução direta). Seus produtos atendem os setores de construção civil, indústria, automotivo e agropecuário.

As Demonstrações Financeiras da Metalúrgica Gerdau S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 1° de março de 2011.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Demonstrações Financeiras – Controladora - as Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Em virtude da adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos Nº 15 ao Nº 43, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a Companhia, em consonância com a Deliberação CVM Nº 592/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC Nº 23, efetuou certos ajustes nos saldos das Demonstrações Financeiras em 01/01/2009 e 31/12/2009 e na Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31/12/2009 para permitir a comparabilidade entre os exercícios apresentados.

Conforme previsto pela Deliberação CVM Nº 610, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC Nº 43, a Companhia elaborou seu balanço de abertura em 01/01/2009 e está apresentando as Demonstrações Financeiras no início deste período comparativo mais antigo em atendimento a Deliberação CVM Nº 595, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC Nº 26. As modificações introduzidas pelos pronunciamentos acima referidos foram tratadas de acordo com a norma "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", nos termos da Deliberação CVM N° 592/09.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2010.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas - as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas para os exercícios findos em 31/12/2010 e 31/12/2009 e estão de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com os CPCs emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

c) Sumário das práticas contábeis modificadas:

I) Ativo imobilizado:

Em atendimento à Deliberação CVM Nº 583, de 31/07/2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC Nº 27, a Companhia reconheceu os efeitos da aplicação destas novas práticas contábeis nas demonstrações financeiras de suas controladas e registrou, na linha de investimentos, o montante de R\$ 41.818 em 01/01/2009 e R\$ 36.752 em 31/12/2009 o qual é formado pela diferença de prática contábil na capitalização de juros no imobilizado de períodos anteriores e efeitos residuais de tratamento de hiperinflação sobre o imobilizado. Registrou ainda, na linha de resultado de equivalência patrimonial, uma perda no montante de (R\$ 5.489) em 31/12/2009, conforme descrito na nota 3.3. O impacto desta modificação na demonstração dos fluxos de caixa se resume à mudança no lucro líquido e respectivo ajuste na linha de Equivalência Patrimonial apresentada nos Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

II) Benefícios a empregados

Em atendimento à Deliberação CVM Nº 600, de 07/10/2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC Nº 33, a Companhia reconheceu os efeitos da aplicação destas novas práticas contábeis nas demonstrações financeiras de suas controladas e registrou, na linha de investimentos, o montante de R\$ (5.811) em 01/01/2009 e R\$ 66.634 em 31/12/2009. Registrou ainda, na linha de resultado de equivalência patrimonial, um ganho no montante de R\$ 35.081 em 31/12/2009, conforme descrito na nota 3.8. Adicionalmente, a Companhia, em função dos planos superavitários, registrou na linha de Gastos antecipados com plano de pensão o montante de R\$ 1.855 em 01/01/2009 e R\$ 10.220 em 31/12/2009 (R\$ 1.224 e R\$ 6.745 líquido dos impostos, respectivamente). Registrou ainda, na linha de despesas gerais e administrativas, um ganho no montante de R\$ 635 (R\$ 419 líquido dos impostos) em 31/12/2009. O impacto destas modificações na demonstração dos fluxos de caixa se resume a mudança no lucro líquido e respectivo ajuste na linha de Equivalência Patrimonial e Benefícios pós-emprego, apresentadas nos Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais.

III) Efeitos de amortização do ágio e alocação do valor justo

Em atendimento à Deliberação CVM Nº 580, de 31/07/2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC Nº 15, a Companhia reconheceu os efeitos da aplicação destas novas práticas contábeis nas demonstrações financeiras de suas controladas e registrou, na linha de investimentos, o montante de R\$ 662.916 em 01/01/2009 e R\$ 366.929 em 31/12/2009. Registrou ainda, na linha de resultado de equivalência patrimonial, uma perda no montante de R\$ (143.182) em 31/12/2009, conforme descrito na nota 3.13.f. O impacto destas modificações na demonstração dos fluxos de caixa se resume a mudança no lucro líquido e respectivo ajuste na linha de Equivalência Patrimonial, apresentadas nos Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais.

IV) Opções de compra e/ou venda de ações

Em atendimento à Deliberação CVM Nº 604, de 19/11/2009, que aprova os Pronunciamentos Técnicos CPC Nº 38, Nº 39 e Nº 40, a Companhia reconheceu os efeitos da aplicação destas novas práticas contábeis nas demonstrações financeiras de suas controladas e registrou, na linha de investimentos, o montante de R\$ 40.642 em 01/01/2009 e R\$ 74.726 em 31/12/2009. Registrou ainda, na linha de resultado de equivalência patrimonial, uma perda no montante de R\$ (7.734) em 31/12/2009, conforme descrito na nota 3.13.e. Adicionalmente, a Companhia registrou na linha de opções por compra de ações o montante de R\$ 609.287 em 01/01/2009 e R\$ 671.869 em 31/12/2009. Registrou ainda, na linha de despesas financeiras, uma perda no montante de R\$ (62.582) em 31/12/2009. O impacto destas modificações na demonstração dos fluxos de caixa se resume a mudança no lucro líquido e respectivo ajuste na linha de Equivalência Patrimonial e Despesas Financeiras, apresentadas nos Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais.

V) Dividendos não deliberados

Em atendimento à Deliberação CVM Nº 604, de 19/11/2009, que aprova os Pronunciamentos Técnicos CPC Nº 38, Nº 39 e Nº 40, a Companhia reverteu a parcela dos dividendos propostos e não aprovados pelo Conselho de Administração dentro do exercício que excederam o limite de 30% estabelecido no estatuto social da Companhia e reconheceu os efeitos da aplicação desta nova prática contábils nas demonstrações financeiras, revertendo o passivo de R\$ 40.642 contra o patrimônio líquido em 01/01/2009, conforme descrito na nota 3.11. Este ajuste não impactou a demonstração dos fluxos de caixa.

d) Reconciliação do Patrimônio Líquido em 01/01/2009:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota	01/01/2009
Patrimonio líquido antes da aplicação dos CPCs Nº 15 ao Nº 41		8.528.549
Efeitos dos CPCs Nº 15 ao Nº 41:		
- Ajuste de ativo imobilizado, líquidos de impostos	3.3	41.818
- Ajuste de benefícios a empregados, líquidos de impostos	3.8	(4.587)
- Ajuste de efeitos de amortização do ágio e alocação do valor justo, líquidos de impostos	3.13.f	662.916
- Ajuste de opção de compra e/ou venda de ações	3.13.e	112.340
- Ajuste de dividendos não deliberados	3.11	40.642
- Outros ajustes, líquido de impostos		37.485
Patrimonio líquido após a aplicação dos CPCs Nº 15 ao Nº 41	_	9.419.163

e) Reconciliação do Patrimônio Líquido em 31/12/2009:

	Nota	31/12/2009
Patrimonio líquido antes da aplicação dos CPCs Nº 15 ao Nº 41		7.857.613
Efeitos dos CPCs Nº 15 ao Nº 41:		
- Ajuste de ativo imobilizado, líquidos de impostos	3.4	36.752
- Ajuste de benefícios a empregados, líquidos de impostos	3.9	73.379
- Ajuste de efeitos de amortização do ágio e alocação do valor justo, líquidos de impostos	3.13.f	366.929
- Ajuste de opção de compra e/ou venda de ações	3.15.e	74.726
- Outros ajustes, líquido de impostos		(15.360)
Patrimonio líquido após a aplicação dos CPCs Nº 15 ao Nº 41	_	8.394.039

f) Reconciliação do Lucro Líquido para o exercício findo em 31/12/2009:

	Nota	31/12/2009
Lucro líquido antes da aplicação dos CPCs Nº 15 ao Nº 41		492.065
Efeitos dos CPCs Nº 15 ao Nº 41:		
- Ajuste de ativo imobilizado, líquidos de impostos	3.4	(5.489)
- Ajuste de benefícios a empregados, líquidos de impostos	3.9	35.500
- Ajuste de efeitos de amortização do ágio e alocação do valor justo, líquidos de impostos	3.13.f	(143.182)
- Ajuste de opção de compra e/ou venda de ações	3.15.e	(7.734)
- Outros ajustes, líquido de impostos		2.673
Lucro líquido após a aplicação dos CPCs Nº 15 ao Nº 41		373.833

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

3.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

c) Investimentos

Os resultados e a posição financeira de todos os investimentos que são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras;
- II) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio, com exceção de controladas localizadas em um país com hiperinflação (nota 3.1d), cujas contas de resultado são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras; e
- III) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido na conta "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira".

d) Hiperinflação na Venezuela

A partir de 2009, a Venezuela passou a ser considerada um país com hiperinflação, sendo que as demonstrações financeiras da controlada localizada neste país estão sendo atualizadas de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do exercício, que considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Venezuela. O tratamento contábil da Hiperinflação na Venezuela é embasado na norma internacional IAS 29, a qual ainda não tem um CPC específico, entretanto, conforme o CPC Nº 43, o mesmo tratamento da norma internacional está sendo considerado para fins de atendimento do princípio de equivalência com as normas internacionais de contabilidade.

3.2 – Ativos financeiros

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda. Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

As aplicações financeiras mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo amortizado acrescido por juros, correção monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das Demonstrações Financeiras. As aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As aplicações financeiras disponíveis para venda são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no Patrimônio Líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

c) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

3.3 – Imobilizado

Conforme determinado pela Deliberação CVM n° 619/09, que aprova a adoção do ICPC 10, a Companhia utilizou o custo histórico deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados, como custo atribuído (*Deemed Cost*) em virtude não haver diferença substancial entre o valor contábil ao valor justo dos ativos imobilizados. A Companhia e suas controladas agregam mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridas. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

3.4 - Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos

Na data de cada uma das Demonstrações Financeiras, a Companhia e suas controladas analisam se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada em dezembro, sendo que o teste é antecipado se ocorrerem indicativos de deterioração. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

3.5 – Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle conjunto é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações patrimoniais destas empresas, as quais são registradas em conta especifica do Patrimônio Líquido,

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

3.6 – Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais

a) Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo custo amortizado. São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Instrumentos de patrimônio

Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos.

3.7 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras nos países onde as subsidiárias e associadas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

3.8 – Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas possuem diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses demográficas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados Abrangentes. A Companhia entende que o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais nos Resultados Abrangentes representa uma melhor apresentação destas alterações no conjunto das Demonstrações Financeiras.

3.9 – Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.10 – Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil e no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

3.11 – Distribuição de dividendos

É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O estatuto social prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. O valor dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa financeira, e para fins de adequação da apresentação das Demonstrações Financeiras e da Demonstração do Resultado é tratado como se fosse dividendo, sendo reduzido de lucros acumulados, no Patrimônio Líquido. O valor dos juros

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

sobre o capital próprio recebido de controladas é registrado como receita financeira e, para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, é reclassificado da linha de receitas financeiras para resultado de equivalência patrimonial.

3.12 – Uso de estimativas

Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes à seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários, e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

3.13 – Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das Demonstrações Financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Benefícios de pensão e pós-emprego

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses demográficas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidas na Demonstração dos resultados abrangentes. A Companhia entende que o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais eno resultados abrangentes representa uma melhor apresentação destas alterações no conjunto das Demonstrações Financeiras.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas valorizam os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data das Demonstrações Financeiras, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil causou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor de mercado dos *swaps* e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido em suas Demonstrações Financeiras pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Financeiras.

d) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia e suas controldas reconhecem a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria e experiência prévia e refletem a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

e) Valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos não cotados

A Companhia e suas controladas, direta e indiretamente, realizaram instrumentos financeiros relativos a algumas das aquisições, que envolvem compromissos na aquisição de ações de acionistas não-controladores das empresas adquiridas, ou concedeu opções de venda a alguns acionistas não-controladores para venderem suas ações à Companhia. Esses instrumentos financeiros derivativos estão registrados nas Demonstrações Financeiras das controladas detentoras destes instrumentos financeiros derivativos e a determinação desse valor envolve uma série de estimativas que podem ter impacto significativo no resultado final do cálculo. A Companhia estima o valor de mercado das empresas cujas ações a Companhia tem compromisso de aquisição utilizando os critérios estabelecidos em cada contrato, os quais estão alinhados com as práticas observadas no mercado para valorização de instrumentos não cotados.

f) Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Para as aquisições ocorridas após 01/01/2006, data da adoção inicial dos Pronunciamento Técnico Nº 15, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a Companhia e suas controladas devem alocar o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas utilizadas para avaliação inclui estimativa de fluxo de caixa descontado ou taxas de desconto e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do preço de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

g) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia e suas controladas realizam uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos do ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, em dezembro. Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos. Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado. Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados para unidades com ágio alocado e comparando o valor contábil com o valor recuperável dos ativos. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. Em dezembro de 2010, a Companhia realizou testes de recuperabilidade de ágios para todos os seus segmentos de negócio, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro, plano de investimentos e previsões econômico financeiras de longo prazo. Os testes realizados não identificaram a necessidade de reconhecimento de novas perdas por recuperabilidade de ágios, bem como para outros ativos com vida útil indefinida. O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A avaliação dos segmentos de negócio da Companhia baseada em fluxos de caixa projetados pode ser negativamente impactada se a recuperação mundial da economia acontecer em uma velocidade inferior a prevista, por ocasião da preparação das demonstrações financeiras.

h) Combinações de negócios

I) Aquisições em etapas nas quais o controle é obtido

Quando uma aquisição é feita por etapas, cada transação significativa é considerada individualmente para fins de determinação do valor justo dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos e, conseqüentemente, para o ágio associado à aquisição. Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos podem variar na data de cada transação. Participações detidas anteriormente na entidade são reavaliadas com base nos valores justos dos ativos e passivos identificáveis à data de cada transação subseqüente até que o controle seja obtido. O excesso do custo em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio ou como receita na demonstração do resultado quando o valor justo do ativo adquirido é superior ao custo.

II) Aquisições onde o controle é obtido inicialmente

O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos em troca do controle da adquirida, mais quaisquer custos diretamente atribuíveis à combinação de negócios. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são reconhecidos pelos seus valores justos na data da aquisição.

III) Aumentos/Diminuições na participação de não-controladores

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O impacto da redução de participação em subsidiárias que não envolvem perda de controle (sendo a diferença entre o preço contingente e o montante da parcela dos ativos líquidos entregues) é registrado no Patrimônio Líquido, sem impacto no ágio ou no resultado.

Os ativos e passivos identificáveis da entidade não estão sujeitos a reavaliações posteriores e a diferença negativa ou positiva entre o custo dessa aquisição subsequente e o valor líquido da proporção adicional da Companhia é contabilizada no Patrimônio Líquido.

IV) Perda de controle de uma subsidiária

Quando o controle de uma subsidiária é perdido como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a norma exige que a Companhia reverta todos ativos, passivos e participação não controladores pelos seus saldos registrados. Qualquer participação retida na antiga subsidiária é reconhecida pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Esse valor justo é refletido no cálculo do ganho ou perda da baixa e é atribuído a controladora e se torna o montante inicial reconhecido para contabilizações subseqüentes para a participação remanescente.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2010	2009
Caixa e Equivalentes de Caixa	334	156
Títulos para negociação		
Aplicações em renda fixa - Fundo Paraopeba	199	-
Aplicações em debêntures Gerdau S.A.	12.959	5.409
	13.158	5.409
	13.492	5.565

A Companhia não possui montantes significativos de caixa ou equivalentes de caixa restritos para os exercícios apresentados.

NOTA 5 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	2010	2009
Circulante		_
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte e outros	14.608	23.688
	14.608	23.688

NOTA 6 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda e da contribuição social no resultado:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2010	2009
	Total	Total
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, após as		
participações estatutárias	906.593	345.496
Alíquotas nominais	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(308.242)	(117.469)
Ajustes dos impostos referente:		
- equivalência patrimonial	369.260	187.173
- juros sobre o capital próprio	(12.541)	(6.094)
- instrumentos financeiros	(23.176)	(34.828)
- ganho de capital	(36.408)	-
- diferenças permanentes (líquidas)	198	(445)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(10.909)	28.337
Corrente	-	-
Diferido	(10.909)	28.337

b) Composição dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

nominais:				
	Saldo em 01/01/2009	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2009
Ativo não-circulante				
Prejuízos fiscais	-	17.086	-	17.086
Base negativa de contribuição social	2.485	6.311	-	8.796
Provisão para contingências	121	4	-	125
Ágio amortizado	58.686	(1.449)	-	57.237
Provisão para perdas	11	-	-	11
Total ativo não-circulante	61.303	21.952	-	83.255
	Saldo em	Reconhecido	Reconhecido nos resultados	Saldo em
	Saldo em 01/01/2009	Reconhecido no resultado		Saldo em 31/12/2009
Passivo não-circulante			nos resultados	
Passivo não-circulante Deságio amortizado			nos resultados	
	01/01/2009	no resultado	nos resultados	31/12/2009
Deságio amortizado	01/01/2009 56.620	no resultado (6.603)	nos resultados abrangentes	31/12/2009 50.017
Deságio amortizado Benefícios a empregados	01/01/2009 56.620 631	no resultado (6.603) 218	nos resultados abrangentes - 2.626	31/12/2009 50.017 3.475
Deságio amortizado Benefícios a empregados	01/01/2009 56.620 631	no resultado (6.603) 218	nos resultados abrangentes - 2.626	31/12/2009 50.017 3.475

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Saldo em 31/12/2009	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2010
Ativo não-circulante				
Prejuízos fiscais	17.086	2.372	-	19.458
Base negativa de contribuição social	8.796	1.102	=	9.898
Provisão para contingências	125	(23)	-	102
Ágio amortizado	57.237	(18.312)	-	38.925
Provisão para perdas	11	-	-	11
Total ativo não-circulante	83.255	(14.861)	-	68.394
	Saldo em 31/12/2009	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2010
Passivo não-circulante			nos resultados	
Passivo não-circulante Deságio amortizado			nos resultados	
1 400110 1140 011 0414110	31/12/2009	no resultado	nos resultados	31/12/2010
Deságio amortizado	31/12/2009 50.017	no resultado (675)	nos resultados abrangentes	31/12/2010
Deságio amortizado Benefícios a empregados	31/12/2009 50.017 3.475	no resultado (675) (3.277)	nos resultados abrangentes - (198)	31/12/2010 49.342

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros trazidos a valor presente, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente contingências fiscais, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

c) Estimativa de realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social:

		Ativo
	2010	2009
2011	=	27
2012	23	27
2013	23	27
2014	23	27
2015 em diante	68.325	83.147
	68.394	83.255
		Passivo
2015 em diante	49.342	53.492
	49.342	53.492

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 7 - INVESTIMENTOS

				Emp	oresas controladas	Outros	Total
	Gerdau S.A.	Gerdau BG Participações S.A.	Aços Villares S.A.	Outros (a)	Ágios (b)		
	Investimento	Investimento	Investimento	Investimento	Investimento		
Saldo em 31/12/2009	8.555.114	18.785	265.459	100.624	1.118.875	261	10.059.118
Equivalência	1.037.993	(61.918)	91.785	18.199	-	-	1.086.059
Ajustes de avaliação patrimonial e outros	(189.234)	115.245	(785)	(14.865)	(1.490)	-	(91.129)
Remuneração baseada em ações	6.729	Ξ	=	=	=	-	6.729
Aquisição/Alienação de investimento	208.823	Ξ	=	=	=	(73)	208.750
Dividendos/juros sobre capital próprio	(285.211)	(4.170)	(24.844)	(3.608)	=	-	(317.833)
Aumento/baixa de capital social	(227.305)	227.305	-	-	-	-	-
Incorporação de empresas (c)	=	1.322.071	(331.615)	=	(990.456)	-	-
Efeito de aumento de participação em controladas	(472.262)	(630.294)	-	(399)	(26.064)	-	(1.129.019)
Saldo em 31/12/2010	8.634.647	987.024	-	99.951	100.865	188	9.822.675
Capital social	15.666.547	1.571.076					
Patrimônio líquido ajustado	20.316.019	987.172					
Lucro líquido do exercício ajustado	1.670.609	8.581					
Participação no capital total (%)	42,50%	99,99%					
Participação no capital votante (%)	74,81%	99,99%					
Ações ordinárias	378.218.185	93.410.378					
Ações preferencias possuídas	261.353.662	93.410.378					
Preço de negociação em bolsa	12.267.606	-					
Dividendos /Juros sobre capital próprio no exercício	629.692	-					
Dividendos a receber	38.374	4.170					

a) Outros investimentos em empresas controladas

Incluem as controladas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A., cujas participações societárias são inferiores a 1% do capital total em cada controlada.

b) Composição de ágio por controlada

	2010	2009
Aços Villares S.A.	-	1.016.520
Gerdau S.A.	100.865	102.355
	100.865	1.118.875

Avaliação da recuperação do ágio sobre investimentos

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio sobre investimentos, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado.

A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado. Considerando o atual cenário de retomada da economia, a Companhia realizou testes de recuperação de ágio para todas as suas unidades de negócios, com base em projeções de fluxo de caixa descontados que levaram em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico-financeiras de longo prazo.

Não foi identificada qualquer perda por não recuperabilidade para os ágios da Companhia no período.

c) Aços Villares S.A.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em 30/12/2010, controlada Gerdau S.A. incorporou a subsidiária Prontofer Serviços de Construção Ltda, empresa que detinha a participação de 28,91% na Aços Villares S.A., mediante a emissão de ações da Gerdau S.A. em favor da Gerdau BG Paticipações S.A. no valor de R\$ 1.322,1 milhões na proporção de uma ação da Gerdau S.A.para cada 22,247601 quotas da Prontofer, conforme aprovado em Assembléia Geral Extraordinária.

NOTA 8 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	2010	2009
Financiamento de investimento (R\$)		11.653
	<u></u>	11.653
Parcela de curto prazo (circulante)		11.653

Covenants

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívida.

No segundo trimestre de 2009 a Administração da Companhia, tendo por base projeções que consideravam a crise econômica global e seu impacto no mercado siderúrgico, concluiu que havia a possibilidade de que a Companhia pudesse vir a descumprir temporariamente alguns dos *covenants* financeiros em determinados contratos de dívida, e que este descumprimento possivelmente, caso viesse a ocorrer, se daria no final do terceiro ou do quarto trimestres de 2009.

Assim, numa atitude pro-ativa, a Companhia iniciou trabalhos sobre uma proposta de restabelecimento temporário dos *covenants* financeiros (*covenant reset*) e, durante o segundo trimestre de 2009, apresentou esta proposta aos credores envolvidos em contratos de dívidas sujeitos a *covenants* financeiros. Em 22/06/2009, a Companhia obteve aprovação por 100% dos credores envolvidos, o que representou um universo de 43 instituições financeiras e um volume de US\$ 3,7 bilhões do endividamento total da Companhia.

O *covenant reset* entraria em vigor caso houvesse quebra de algum dos *covenants* originais, o que de fato ocorreu em 30/09/2009. Tal estrutura permaneceu ativa até 30/09/2010, quando não se fez mais necessária.

Seguem abaixo breves descrições dos *covenants* financeiros requeridos nos contratos de dívida.

Todos os *covenants* descritos abaixo são calculados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS da Gerdau S.A., exceto o item IV, que se refere à Demonstração Financeira Consolidada da Metalúrgica Gerdau S.A..

- I) Consolidated Interest Coverage Ratio (nível de cobertura da despesa financeira) mede a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA ajustado (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização e efeito do impairment). O índice contratual indica que o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses deve representar, no mínimo, 3 vezes a despesa financeira do mesmo período. Em 31/12/2010 este índice era de 4,6 vezes;
- II) Consolidated Leverage Ratio (nível de cobertura da dívida) mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA ajustado (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização e efeito do impairment). O índice contratual indica que o nível de endividamento bruto não pode ultrapassar 4 vezes o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses. Em 31/12/2010 este índice era de 2,8 vezes;
- **III**) Required Minimum Net Worth (Patrimônio Líquido mínimo requerido) mede o Patrimônio Líquido mínimo requerido em contratos financeiros. O índice contratual indica que o Patrimônio Líquido deve ser superior a R\$ 3.795.200. Em 31/12/2010 o Patrimônio Líquido era R\$ 20.147.615; e
- **IV**) *Current Ratio* (índice de liquidez corrente) mede a capacidade em atender as obrigações de curto prazo. O índice contratual indica que a razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante deve ser superior a 0,8 vezes. Em 31/12/2010 este índice era de 2,6 vezes.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A penalidade prevista em contrato em caso do não cumprimento dos *covenants* financeiros é a possibilidade de declaração de inadimplência pelos credores e o vencimento antecipado dos contratos de dívida da Companhia.

NOTA 9 – DEBÊNTURES

Em 21/05/2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 4ª emissão de debêntures da Metalúrgica Gerdau S.A.. A emissão destinou-se a subscrição por parte do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, mediante a entrega da totalidade de sua participação no capital social da Aços Villares S.A.. As debêntures possuem valor nominal unitário de R\$ 9.923,85, em 09/06/2008, data de emissão. Foram emitidas 131.280 debêntures, totalizando R\$ 1.306.591 em 31/12/2010 (R\$ 1.115.745 em 31/12/2009), e seu vencimento se dará no prazo de 5 anos, a partir da data da emissão. Cada debênture poderá ser permutada por 200 ações preferenciais de emissão da Gerdau S.A., a qualquer tempo, a exclusivo critério do detentor da debênture, desde a data de emissão até a data do vencimento do título. As debêntures percebem juros anuais de 0,75% + variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, exigíveis semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano.

NOTA 10 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais - a Metalúrgica Gerdau S.A. mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fornecedores, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, debêntures, obrigações por compra de ações, outras contas a receber e outras contas a pagar e estão contabilizados pelos seus valores de mercado.

A Companhia utiliza instrumentos de *hedge*, de acordo com a metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), e estes estão contabilizados pelos seus valores de mercado.

b) Valor de mercado - o valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados, está demonstrado a seguir:

		2010		2009
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	334	334	156	156
Aplicações financeiras	13.158	13.158	5.409	5.409
Fornecedores	69	69	65	65
Partes relacionadas (ativo)	-	-	822	822
Partes relacionadas (passivo)	42	42	752	752
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.653	11.653
Debêntures (passivo)	1.306.591	1.306.591	1.115.745	1.115.745
Obrigações por compra de ações	740.034	740.034	671.869	671.869
Outras contas a receber	2.342	2.342	1.481	1.481
Outras contas a pagar	2.404	2.404	1.836	1.836

A Companhia acredita que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia:

Risco de preço das *commodities*: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que as controladas da Companhia vendem ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de operar num mercado de *commodities*, as controladas da Companhia poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais. Para minimizar esse risco, as controladas da Companhia monitoram permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos ou ativos (aplicações) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

suas dívidas ou contratando *hedge*s, de taxas variáveis (como a *Libor* e o CDI) para fixas, com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em Dólar, ficando assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente irá ser afetado por um movimento da moeda estrangeira. Portanto, além das contas a receber originado por exportações e dos investimentos no exterior que se constituem, em termos econômicos, em *hedge* natural, a Companhia avalia a contratação de operações de *hedge*, mais usualmente operações de *swaps*, caso a Companhia tenha mais passivos em Dólar do que ativos.

Risco de crédito: esse risco advém da possibilidade de as controladas da Companhia não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, as controladas da Companhia adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido, lucros acumulados e reservas de lucros), baseada em políticas internas e benchmarks. Nos últimos anos, a metodologia BSC (Balance Scorecard) foi utilizada para a elaboração de mapas estratégicos com objetivos e indicadores dos principais processos. Os indicadores chave (KPI – Key Perfomance Indicators) relacionados ao objetivo "Gestão da Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Total/EBITDA, Índice de Cobertura de Juros e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. A Dívida Total é formada pelos Empréstimos e financiamentos (nota 8) e pelas Debêntures (nota 9). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado.

A Companhia busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo:

WACC entre 10%-13% a.a.

Dívida Bruta/EBITDA entre 2x e 3x
Índice de Cobertura de Juros maior que 5x
Relação Dívida/Patrimônio Líquido entre 40%-60% e 60%-40%

Estes indicadores chave são usados para os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados nas notas 8 e 9, respectivamente.

A seguir são apresentados os vencimentos dos passivos financeiros:

					2010
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Debêntures	1.306.591	3.788	1.302.803	-	-
Opção de venda concedida ao BNDES	740.034		740.034		
	2.046.625	3.788	2.042.837		

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

					2009
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Obrigações de longo prazo	11.653	11.653	-	-	-
Debêntures	1.115.745	-	-	1.115.745	-
Opção de venda concedida ao BNDES	671.869		671.869		
	1.799.267	11.653	671.869	1.115.745	

Análises de sensibilidade:

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade que podem ser assim resumidos:

Impacto no resultado e na Demonstração dos Resultados Abr		
Premissa	Variação	2010
Variações na moeda estrangeira	5%	88.535
Variações nas taxas de juros	0,1%	81.312
Variações no preço dos produtos vendidos	1%	313.932
Variações no preço das mercadorias e no preço das matérias-primas	1%	182.081
Swaps de taxas de juros	0,1%	3.347
Swaps de moedas e dos NDF's (Non Deliverable Forwards):	5%	3.941

Conforme determinado pela Instrução CVM Nº 475/08, segue quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo:

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Contratos futuros de dólar	Variação na taxa de câmbio	3.941	19.707	39.415
Contratos swap Swap de taxa de juros	Queda <i>Libor</i> 6 Meses	3.347	8.901	17.736
Cenário			25%	50%

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira (Foreign currency sensitivity analysis): a Companhia possui exposição de variações em moeda estrangeira, principalmente nos empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes empréstimos e financiamentos em aberto na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Em 31/12/2010, a Companhia está principalmente exposta a variações entre o Real e o Dólar, em virtude de suas controladas localizadas fora do Brasil terem empréstimos tomados principalmente na mesma moeda das suas moedas funcionais. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de câmbio monta, em 31/12/2010, a R\$ 88.535 (R\$ 199.427 em 31/12/2009) e representa uma receita se ocorrer uma apreciação do Real frente ao Dólar ou uma despesa no caso de uma depreciação do Real frente ao Dólar. A Companhia acredita que a valorização do Dólar frente ao Real para o ano de 2011 será de 2%.

Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros (*Interest rate sensitivity analysis*): a Companhia possui exposição a riscos de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos e debêntures. A análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 0,1% sobre estes empréstimos e financiamentos e debêntures em aberto na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de juros monta, em 31/12/2010, R\$ 81.312 (R\$ 71.081 em 31/12/2009) e impactaria a conta de despesas financeiras na Demonstração do Resultado Consolidado. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures, são apresentadas nas notas 8 e 9, e são principalmente compostas por *Libor* e CDI – Certificado de Depósito Interbancário. Em função das fortes reduções de juros internacionais, como a *Libor*, que ocorreram no mundo todo em virtude da crise, a Companhia acredita que, no longo prazo, as curvas de juros podem voltar a subir com o reaquecimento econômico.

Análise de sensibilidade das variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção: a Companhia possui exposição de variações no preço das mercadorias. Esta

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos totaliza R\$ 313.932 em 31/12/2010 (R\$ 265.401 em 31/12/2009) e matérias primas e demais insumos montam R\$ (182.081) em 31/12/2010 (R\$ (155.485) em 31/12/2009). O impacto no preço dos produtos vendidos e matérias primas seriam registrados nas linhas de Vendas líquidas e Custo das Vendas, respectivamente, na Demonstração Consolidada do Resultado. A Companhia não espera estar mais vulnerável a mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias primas.

Análise de sensibilidade dos *swaps* de taxas de juros: a companhia possui exposição a *swaps* de taxa de juros para alguns de seus empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 0,1% na curva de juros (*Libor*) e os seus impactos na marcação a mercado dos *swaps*. Um aumento de 0,1% na taxa de juros representa uma receita de R\$ 3.347 (R\$ 9.040 em 31/12/2009) e uma redução de 0,1% na taxa de juros representa uma despesa de R\$ 3.347 (R\$ 9.040 em 31/12/2009). Estes *swaps* foram contratados para eliminar as variações de taxa variável para fixa (passivo). Em 31/12/2010, estes efeitos seriam reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados abrangentes, nos montantes de R\$ 311 e de R\$ 3.036, respectivamente (R\$ 2.075 e R\$ 6.965 em 31/12/2009). Estes efeitos de alterações nos *hedge* de fluxos de caixa são registrados na demonstração consolidada dos resultados abrangentes e subsequentemente reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na liquidação da operação.

Análise de sensibilidade dos swaps de moedas e dos Contratos futuros de Dólar: a Companhia possui exposição a swaps de moedas (cross currency swaps) e a Contratos futuros de Dólar para alguns de seus ativos e passivos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre do Dólar frente ao Peso Colombiano e ao Real, e os seus efeitos na marcação a mercado desses derivativos. Um aumento de 5% do Dólar frente a estas moedas representa uma despesa de R\$ 3.941 (R\$ 2.960 em 31/12/2009), e uma redução de 5% do Dólar frente a estas moedas representa uma receita de R\$ 3.941 (R\$ 2.960 em 31/12/2009). Estes Contratos futuros de Dólar foram contratados para cobertura da posição ativa (Exportação). Estes efeitos seriam registrados na demonstração consolidada dos resultados abrangentes e subsequentemente reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na liquidação da operação.

d) Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

2010 Ativos	Empréstimos e recebíveis	Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio Líquido	Total
Caixa e equivalentes de caixa	334	-	-	334
Aplicações financeiras	-	13.158	-	13.158
Outras contas a receber	2.342			2.342
Total	2.676	13.158		15.834
	Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no	Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio	Outros passivos financeiros ao	
Passivos	resultado	Líquido	custo amortizado	Total
Fornecedores	-	-	69	69
Partes relacionadas	-	-	42	42
Debêntures	-	-	1.306.591	1.306.591
Obrigações por compra de ações	740.034	-	-	740.034
Outras contas a pagar				2 10 1
Total			2.404	2.404

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2009 Ativos	Empréstimos e recebíveis	Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio Líquido	Total
Caixa e equivalentes de caixa	156	-		156
Aplicações financeiras	-	5.409	-	5.409
Partes relacionadas	822	-	-	822
Outras contas a receber	1.481			1.481
Total	2.459	5.409		7.868
	Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no	Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio	Outros passivos financeiros ao	
Passivos	resultado	Líquido	custo amortizado	Total
Fornecedores	-	=	65	65
Partes relacionadas	-	-	752	752
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.653	11.653
Debêntures	-	-	1.115.745	1.115.745
Obrigações por compra de ações	671.869	-	-	671.869
Outras contas a pagar		<u>-</u>	1.836	1.836
Total	671.869	-	1.130.051	1.801.920

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento de risco é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre no final dos contratos quando o derivativo é encerrado. O monitoramento do impacto destas transações (MTM) é analisado mensalmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutido e validado. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Por política interna, não são mantidas captações em moedas nas quais não exista uma correspondente geração de caixa.

Política de uso de derivativos: conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou um passivo descoberto, nunca alavancando a posição.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos.

Política de apuração do valor justo: O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo, trazidas a valor presente, na data de apuração. Os métodos e premissas levam em conta a interpolação de curvas, como no caso da *Libor*, e de acordo com cada mercado onde a

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Companhia está exposta. Os *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*.

Os valores são apurados com base em modelos e cotações disponíveis no mercado, que levam em conta condições de mercado presentes ou futuras, sendo valores brutos, anteriores à incidência de impostos.

Em função da variação das taxas de mercado, esses valores poderão sofrer alterações até o vencimento ou liquidação antecipada das transações.

As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros, (tanto em *Libor* de Dólar, como em outras moedas); *swap* de moeda e também Contratos futuros de Dólar.

Margens de Garantia

Em 31/12/2010, a Companhia não possuía contratos que exigissem margem a ser dada como garantia.

f) Obrigações por compra de ações

A Companhia celebrou um contrato com o BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"), concedendo uma opção de venda para as 34.309.522 ações ordinárias de propriedade do BNDESPAR. O valor da *put option* equivale a média diária, ponderada pelo volume diário, da cotação da ação ordinária de emissão da Gerdau S.A. na Bolsa de Valores de São Paulo nos 10 pregões anteriores à data de assinatura do contrato, corrigido *pro rata temporis* pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de um *spread* de 4% ao ano. Conforme estabelecido pela norma IAS 32 (Apresentação dos instrumentos financeiros), a Companhia efetuou a reclassificação do valor de exercício da *put option* (opção de venda) da conta "Participações dos acionistas não-controladores" para o passivo não-circulante, na conta "Obrigações por compra de ações". Em 31/12/2010 o valor reconhecido como obrigação potencial totaliza R\$ 740.034 (R\$ 671.869 em 31/12/2009).

g) Hedge de investimento líquido (Net investment hedge)

Baseado na Deliberação CVM N° 534, de 29/01/2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC N° 02, e consubstanciado na Deliberação CVM N° 604, de 19/11/2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC N° 38 e Deliberação CVM N° 616/09 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 06, a Companhia optou por designar como hedge de parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior as operações de Ten Years Bonds, detidos pela controlada GTL Trade Finance Inc., no valor de US\$ 1.500.000 e pela controlada Gerdau Trade Inc. no valor de US\$ 1.250.000, as quais foram efetuadas com o propósito de prover parte dos recursos para a aquisição destes investimentos no exterior. Com base nos pronunciamentos citados acima, a Companhia demonstrou a alta efetividade do hedge a partir da contratação de dívida para aquisição dessas empresas no exterior, cujos efeitos foram mensurados e reconhecidos diretamente na Demonstração dos Resultados Abrangentes como um ganho não realizado no montante de R\$ 60.563 (ganho de R\$ 408.642 em 31/12/2009).

O objetivo do *hedge* é proteger, durante a existência da dívida, o valor de parte do investimento da Companhia nas subsidiárias acima citadas contra oscilações positivas e negativas na taxa de câmbio. Este objetivo é consistente com a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia.

h) Mensuração do valor justo:

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. O IFRS descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.

Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 31/12/2010, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e instrumentos derivativos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos do IFRS 7 em 31/12/2010, são os seguintes:

			Mensurac	ão ao valor justo
		Preços cotados	Preços cotados	y
		em mercados	em mercados não	.
		ativos para ativos idênticos	ativos para ativos similares	Registros não observáveis
	2010	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)
Ativo circulante	2010	(1417011)	(1117612)	(1414010)
Aplicações financeiras				
Títulos para negociação	13.158	199	12.959	_
Traios para negociação	13.158	199	12.959	
Passivo não-circulante	13.130		12.737	
Obrigações por compra de ações				
BNDES	740.034	_	-	740.034
	740.034			740.034
	753.192	199	12.959	740.034
			Mensura	nção ao valor insto
		Preços cotados		ıção ao valor justo
		Preços cotados em mercados	Mensura Preços cotados em mercados não	nção ao valor justo
		em mercados	Preços cotados em mercados não	ação ao valor justo Registros não
		•	Preços cotados	
	2009	em mercados ativos para ativos	Preços cotados em mercados não ativos para ativos	Registros não
Ativo circulante	2009	em mercados ativos para ativos idênticos	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares	Registros não observáveis
	2009	em mercados ativos para ativos idênticos	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares	Registros não observáveis
Ativo circulante Aplicações financeiras Títulos para negociação	2009 5.409	em mercados ativos para ativos idênticos	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares	Registros não observáveis
Aplicações financeiras		em mercados ativos para ativos idênticos	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis
Aplicações financeiras	5.409	em mercados ativos para ativos idênticos	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis
Aplicações financeiras Títulos para negociação Passivo não-circulante	5.409	em mercados ativos para ativos idênticos	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis
Aplicações financeiras Títulos para negociação	5.409	em mercados ativos para ativos idênticos	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis
Aplicações financeiras Títulos para negociação Passivo não-circulante Obrigações por compra de ações	5.409	em mercados ativos para ativos idênticos	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)

Movimento dos registros não observáveis (Nível 3):

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Passivos
Saldo em 31/12/2009	671.869
(+) Juros e outras obrigações contratuais	68.165
(-) Ganhos e perdas na conversão	<u>-</u> _
Saldo em 31/12/2010	740.034

NOTA 11 - RESULTADO FINANCEIRO

Os montantes registrados como "Receitas Financeiras" incluem: rendimento de aplicações financeiras no montante de R\$ 4.420 (R\$ 2.108 em 2009), juros recebidos e outras receitas financeiras, no montante de R\$ 359 (R\$ 744 em 2009).

Os montantes registrados como "Despesas Financeiras" incluem: juros sobre a dívida no montante de R\$ 155.935 (R\$ 191.439 em 2009), variações monetárias e outras despesas financeiras, no montante de R\$ 1.336 (R\$ 1.506 em 2009).

NOTA 12 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	2010	2009
Encargos sociais sobre folha de pagamento	29	62
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1	9.602
PIS - Programa de Integração Social	-	2.085
Imposto de Renda e Contribuição Social Retidos na Fonte e outros	27	9.519
	57	21.268

NOTA 13 - PROVISÃO PARA PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária e cível. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia em 31/12/2010.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das contingências são os seguintes:

	2010	2009
Provisões Tributárias	301	291
Provisões Cíveis	<u> </u>	78
	301	369

A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	2010	2009
Saldo no início do exercício	369	358
(+) Valores provisionados contra o resultado	10	11
(-) Reversão de valores contra o resultado	(78)	_
Saldo no final do exercício	301	369

NOTA 14 - PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2010	2009
Aútuos ativos		
Gerdau Aços Longos S.A.	<u> </u>	822
	-	822
ítuos passivos		
presas controladas		
rdau Aços Longos S.A.	(37)	-
rdau Açominas S.A.	(5)	-
oresas relacionadas		
ação Gerdau	<u> </u>	(752)
	(42)	(752)
	(42)	70
	2010	2009
ceitas (despesas) financeiras líquidas	(24)	(314)

b) Operações financeiras

	Títulos para negociação		Receitas (despesas)	
	2010	2009	2010	2009
Empresas controladas				
Gerval D.T.V.M. Ltda Fundo Paraopeba (*)	-	-	-	1.462
Controladores				
Indac - Ind. Adm. e Comércio S.A. (**)	-	-	4.331	771
Outros				
Debêntures Gerdau S.A.	12.959	5.409	1.790	646

^(*) Fundo Paraopeba foi administrado pela Gerval D.T.V.M. Ltda. até 04/09/2009. Receitas auferidas até esta data.

c) Avais concedidos

A Companhia é garantidora da controladora Indac - Ind. Adm. e Comércio S.A. em contratos no valor de R\$ 955.653 em 31/12/2010.

A Companhia é garantidora da controlada Gerdau BG Participações S.A. em contrato de cessão de créditos no montante de R\$ 33.719 em 31/12/2010.

A Companhia é garantidora das controladas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau S.A. e Gerdau Aços Especiais S.A. em contrato de crédito rotativo junto ao BNDES no valor de R\$ 1.500.025 em 31/12/2010.

d) Condições de preços e encargos

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil são atualizados pela variação mensal do CDI, cuja variação acumulada em 31/12/2010 foi de 9,75% (9,88% em 31/12/2009).

e) Remuneração da Administração

A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$ 3.014 em 31/12/2010 (R\$ 2.874 em 31/12/2009).

Em 31/12/2010, as despesas da Companhia para os planos de pensão, relativas aos seus administradores, totalizaram R\$ 415 – Plano de benefício definido e R\$ 379 – Plano de contribuição definida (R\$ 508 e R\$ 275 em 31/12/2009, respectivamente).

^(**) Garantias por avais de financiamentos.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 15 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Plano de pensão - benefício definido

A Companhia co-patrocinava plano de pensão de benefício definido, que cobria, substancialmente, todos os seus colaboradores ("Plano Gerdau"). O plano é totalmente coberto pelas contribuições da entidade.

Em 14/10/2010 a Companhia efetuou o saldamento do plano de pensão de benefício definido, sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldado. Todos os participantes do Plano Gerdau poderão optar por aderir ou não ao novo plano de contribuição definida, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano saldado para o novo Plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras de participante e patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou não transferir a reserva e manter o benefício saldado no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

O Plano Gerdau é administrado pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar, e proporcionava complementação de benefícios previdenciários aos empregados e aposentados da Companhia e de suas subsidiárias no Brasil. Os ativos do Plano Gerdau consistiam em investimentos em certificados de depósito bancário, títulos públicos federais e títulos e valores mobiliários.

O saldo acumulado reconhecido nos resultados abrangentes para os benefícios a empregados apresentados a seguir é R\$ (59.197) (R\$ 21.202 em 31/12/2009).

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

	2010	2009
Custo dos juros	554	530
Retorno esperado dos ativos do plano	(1.368)	(1.157)
Amortização de (ganho) perda	-	1.685
Liquidações	909	
Custo (benefício) líquido com plano de pensão	95	1.058

A conciliação dos ativos e passivos atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	2010	2009
Total das obrigações	(258)	(5.323)
Valor justo dos ativos do plano	575	12.498
Saldo ativo	317	7.175
Restrição no Ativo de Benefício Definido	(317)	(2.862)
Ativo total líquido		4.313

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	2010	2009
Variação na obrigação de benefício		_
Obrigação de benefício no início do exercício	5.323	5.107
Custo de juros	554	530
Perda (ganho) atuarial	402	91
Pagamento de benefícios	(430)	(405)
Liquidações	(5.591)	_
Obrigação de benefício no final do exercício	258	5.323

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2010	2009
Variação nos ativos do plano		_
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	12.498	9.714
Retorno dos ativos do plano	1.368	3.189
Ganhos e perdas atuariais sobre os ativos do plano	(2.725)	-
Contribuições dos patrocinadores	- -	-
Liquidações	(6.500)	-
Transferência para o plano de contribuição definida	(3.636)	-
Pagamentos de benefícios	(430)	(405)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	575	12.498

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas na Demonstração dos Resultados Abrangentes:

2010	2009
2.725	(2.032)
402	91
-	-
(2.545)	<u> </u>
582	(1.941)
79.817	(19.261)
80.399	(21.202)
	2.725 402 - (2.545) 582

O histórico dos ganhos e perdas atuariais é o seguinte:

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor presente da obrigação de benefício definido	(5.849)	(5.323)	(5.107)	(5.788)	(4.545)
Valor justo dos ativos do plano	10.711	12.498	9.714	11.840	11.275
Superávit	4.862	7.175	4.607	6.052	6.730
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)	2.725	(2.032)	3.077	811	(379)
Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho)	402	91	(1.022)	917	17

A alocação dos ativos do plano está demonstrada abaixo:

	2010	2009
Renda Fixa	72,4%	65,5%
Renda Variável	27,4%	34,5%
Investimentos Estruturados	0,2%_	
Total	100%	100%

A seguir apresentamos um resumo das premissas adotadas para cálculo e contabilização do componente de benefício definido do plano:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2010	2009
Taxa média de desconto	10,25%	10,77%
Taxa de aumento da remuneração	8,68%	8,68%
Taxa de retorno esperado dos ativos	12,08%	11,11%
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000	AT-2000
Taxa de rotatividade	Baseada no	Baseada no
	serviço e no nível	serviço e no nível
	salarial	salarial

b) Plano de pensão - contribuição definida

A Companhia é co-patrocinadora de um plano de pensão com contribuição definida, administrado pela Gerdau – Sociedade de Previdência Privada. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores.

Em 31/12/2010, as despesas da Companhia para os planos de pensão totalizaram R\$ 379 (R\$ 275 em 31/12/2009).

Não houve contribuições nesta modalidade em 2010 e 2009 em virtude da Companhia ter utilizado parte do superávit dos planos para abatimento das contribuições.

	31/12/2010	31/12/2009
Ativo atuarial com plano de pensão - contribuição definida		5.907
Total do ativo		5.907

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social – o Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 500.000.000 ações ordinárias e 1.000.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. No caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 dias, exceto quando se tratar de oferta pública, quando o prazo decadencial não será inferior a 10 dias.

A reconciliação do número de ações ordinárias e preferenciais, em circulação, no início e no fim dos períodos é apresentada a seguir:

		2010		2009
	O rdinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Saldo no início do período	137.618.994	268.804.344	137.618.994	268.804.344
Saldo no fim do período	137.618.994	268.804.344	137.618.994	268.804.344

Em 31/12/2010 e 31/12/2009 estão subscritas e integralizadas 137.618.994 ações ordinárias e 275.062.544 ações preferenciais, totalizando o capital social realizado em R\$ 6.881.998 (líquido dos custos de aumento de capital). A composição acionária está assim representada:

											Composição a	acionária
						2010						2009
Acionistas	Ord.	%	Pref.	%	Total	%	Ord.	%	Pref.	%	Total	%
Indac - Ind. Adm. e Com. S.A. e coligadas	89.842.316	65,3	15.924	0,0	89.858.240	21,8	89.842.316	65,2	15.916	-	89.858.232	21,9
Investidores institucionais brasileiros	18.023.920	13,1	98.370.253	35,8	116.394.173	28,2	13.150.512	9,6	95.188.527	34,6	108.339.039	25,1
Investidores institucionais estrangeiros	952.781	0,7	89.837.180	32,6	90.789.961	22,0	1.180.075	0,9	75.724.320	27,5	76.904.395	16,7
Outros acionistas	28.799.977	20,9	80.580.987	29,3	109.380.964	26,5	33.446.091	24,3	97.875.581	35,6	131.321.672	34,8
Ações em tesouraria			6.258.200	2,3	6.258.200	1,5		0,0	6.258.200	2,3	6.258.200	1,5
	137.618.994	100,0	275.062.544	100,0	412.681.538	100,0	137.618.994	100,0	275.062.544	100,0	412.681.538	100,0

As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias, na distribuição de lucros.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Reservas de capital: em atendimento à Deliberação CVM Nº 562, de 12/12/2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC Nº 10, a Companhia deve reconhecer, em reservas de capital, os custos com remuneração baseada em ações de seus empregados com base no valor justo das opções na data da outorga.

c) Reservas de lucros

- I) Legal pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.
- **II**) **Incentivos fiscais -** pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos.
- III) Investimentos e Capital de Giro é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano, apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo, e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada para absorção de prejuízos, capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.
- d) Ações em tesouraria as ações em tesouraria estão assim representadas:

	2010	2009				
Ações		Ações				
Preferenciais	R\$	Preferenciais	R\$			
6.258.200	69.861	6.258.200	69.861			

Em 31/12/2010 a Companhia mantinha em tesouraria 6.258.200 ações preferenciais pelo valor de R\$ 69.861. Estas ações serão mantidas em tesouraria para posterior alienação no mercado ou cancelamento. O custo médio de aquisição destas ações é de R\$ 11,16, sendo o menor valor adquirido R\$ 7,77 e o maior valor adquirido de R\$ 20,27.

- e) Ajustes de avaliação patrimonial a Companhia reconhece nesta conta o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta conta os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados e referentes ao efeito do *hedge* de investimento líquido (nota 10).
- **f) Dividendos e juros sobre o capital próprio -** os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. A Companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei Nº 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação esse valor foi demonstrado como dividendos, não afetando o resultado. O benefício fiscal correspondente ao imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício foi de R\$ 46.983.

O montante de juros sobre o capital próprio e dividendos creditados no exercício foi de R\$ 264.175, conforme está demonstrado a seguir:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	895.684	373.833
Constituição da reserva legal	(44.784)	(24.603)
Constituição da reserva de incentivos	(53.676)	(43.509)
Lucro líquido ajustado	797.224	305.721

Proventos no exercício

			Ações em				
Período	Natureza	R\$ /ação	circulação (mil)	Crédito	Pagamento	2010	2009
1° trimes tre	Juros	0,16	406.423	17/05/2010	27/05/2010	65.028	-
2° trimes tre	Dividendos	0,22	406.423	16/08/2010	26/08/2010	89.413	-
3° trimes tre	Juros	0,18	406.423	16/11/2010	26/11/2010	73.156	67.060
4° trimes tre	Dividendos	0,09	406.423	14/03/2011	24/03/2011	36.578	105.670
Juros sobre o	264.175	172.730					
Crédito por aç	ão (R\$)				•	0,65	0,43

O lucro remanescente do exercício foi destinado à constituição de reserva estatutária para investimentos e capital de giro na forma do estatuto social.

g) Mudança de participação em controlada – Durante o exercício de 2010, a Companhia adquiriu participações em empresas controladas e como resultado destas operações reconheceu no seu patrimônio líquido o montante de R\$ 1.129.019, o qual é referente a diferença entre o valor pago e os ativos líquidos adquiridos.

NOTA 17 - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

- a) A participação dos administradores está limitada a 10% do lucro líquido do exercício, após o imposto de renda e o montante de suas retiradas, conforme descrito no estatuto da Companhia; e
- b) A participação dos colaboradores está vinculada ao alcance de metas operacionais e foi alocada às despesas gerais e administrativas.

NOTA 18 – LUCRO POR AÇÃO (EPS)

Conforme requerido pelo CPC Nº 41, Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Básico e diluído

		2010			2009
Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
(Em milhares, e	exceto ações e dados	por ação)	(Em milhares,	exceto ações e dados p	or ação)
303.288	592.396	895.684	126.584	247.249	373.833
			<u> </u>		
137.618.994	268.804.344	_	137.618.994	268.804.344	
2,20	2,20		0,92	0,92	
	(Em milhares, 6 303.288 137.618.994	(Em milhares, exceto ações e dados 303.288 592.396 137.618.994 268.804.344	Ordinárias Preferenciais Total (Em milhares, exceto ações e dados por ação) 303.288 592.396 895.684 137.618.994 268.804.344	Ordinárias Preferenciais Total Ordinárias (Em milhares, exceto ações e dados por ação) (Em milhares, ordinárias) 303.288 592.396 895.684 126.584 137.618.994 268.804.344 137.618.994	Ordinárias Preferenciais Total Ordinárias Preferenciais (Em milhares, exceto ações e dados por ação) (Em milhares, exceto ações e dados por ação) 303.288 592.396 895.684 126.584 247.249 137.618.994 268.804.344 137.618.994 268.804.344

A Companhia não tem instrumentos que não foram incluídos no cálculo do lucro por ação por serem antidilutivos.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 19 - PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO

A Assembléia Geral Extraordinária da Metalúrgica Gerdau S.A. de 30/04/2003 decidiu, com base em plano aprovado pela Assembléia Geral e dentro do limite do capital autorizado, outorgar opção de compra de ações preferenciais aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, aprovando a criação do referido plano que consubstancia nova forma de remuneração de executivos estratégicos da Sociedade, instituindo o "Programa de Incentivo de Longo Prazo". Embora aprovado o plano, não foram, até o momento, efetuadas quaisquer outorgas de opções com base no mesmo.

NOTA 20 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

A Companhia é uma holding integrante do Grupo Gerdau e apresenta suas Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB (conhecidos como *International Financial Reporting Standards* – IFRS) através da norma IAS 1, equivalente ao CPC Nº 26, conforme descrito na nota 2. Neste sentido, as informações relativas ao consolidado, representado pela Companhia e suas controladas, estão descritas em nota explicativa específica de informações por segmento das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

NOTA 21 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA METALÚRGICA GERDAU S.A.

Em atendimento à Instrução CVM nº 457/07, de 13/07/2007, apresentamos a reconciliação do Patrimônio Líquido e do lucro líquido da controladora Gerdau S.A., apurados de acordo com a legislação societária e práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e o Patrimônio Líquido e lucro líquido consolidado apurado segundo as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS. Conforme descrito na nota 2.1, com a adoção do CPC, as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) passaram a ser plenamente convergentes à norma contábil internacional, e dessa forma, não existe nenhuma diferença entre o Patrimônio Líquido e lucro líquido apresentados entre BRGAAP e IFRS.

	2010	2009
Patrimônio Líquido da controladora em BRGAAP (Incluindo a adoção dos CPCs)	7.829.717	8.394.039
Patrimônio Líquido da controladora em IFRS	7.829.717	8.394.039
Participações dos acionistas não-controladores em IFRS	10.460.212	12.938.415
Patrimônio Líquido incluindo acionistas não-controladores em IFRS	18.289.929	21.332.454
	2010	2009
Lucro Líquido da controladora em BRGAAP (Incluindo a adoção dos CPCs)	895.684	373.833
Lucro Líquido da controladora em IFRS	895.684	373.833
Participações dos acionistas não-controladores em IFRS	1.393.484	422.807
Lucro Líquido incluindo acionistas não-controladores em IFRS	2.289.168	796.640

NOTA 22 - EVENTOS SUBSEQUENTES

- I) Em 02/02/2011, o Conselho de Administração da Gerdau S.A. autorizou a aquisição, pela Gerdau S.A., de ações de sua própria emissão com o objetivo de atender exclusivamente ao Programa de Incentivo de Longo Prazo, bem como aos compromissos decorrentes de outorgas de opções de ações de emissão de Gerdau Ameristeel Corp., utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros existentes. Em 04/02/2011 a aquisição de ações foi concluída com 3.100.000 ações adquiridas, no montante de R\$ 70.153.
- II) Em 10/02/2011, a subsidiária Gerdau S.A. efetuou o crédito das ações de Gerdau S.A. atribuídas em substituição aos direitos de acionistas de Prontofer e Villares na proporção de uma ação ordinária ou preferencial de emissão de Gerdau

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

S.A. para cada 22,247601 quotas de Prontofer e uma ação preferencial de emissão de Gerdau S.A. para cada 24 ações ordinárias de emissão de Villares. S.A.

II) NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Metalúrgica Gerdau S.A.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Metalúrgica Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, empresa *holding* integrante do Grupo Gerdau, dedicado, principalmente, à produção e à comercialização de produtos siderúrgicos em geral, através de usinas localizadas no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Guatemala, México, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Estados Unidos, Canadá, Espanha e Índia. O Grupo Gerdau iniciou sua trajetória de expansão há mais de um século, sendo um dos principais *players* no processo de consolidação do setor siderúrgico global. Produz aços longos comuns e especiais e aços planos, principalmente por meio do processo de produção em fornos elétricos, a partir de sucata e ferro-gusa adquiridos, em sua maior parte, na região de atuação de cada usina (conceito de *mini-mill*), bem como produzindo aço a partir de minério de ferro (em altos-fornos e via redução direta). Seus produtos atendem os setores de construção civil, indústria, automotivo e agropecuário.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Metalúrgica Gerdau S.A. e empresas controladas (em conjunto, a "Companhia") foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01/03/2011.

NOTA 2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 – Base de apresentação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31/12/2010 e de 2009 foram preparadas de acordo com *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e estão aderentes as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão demonstradas na nota 2.18. As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros e florestamento/reflorestamento do ativo imobilizado, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Demonstrações Financeiras da controladora foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31/12/2010.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

d) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As Demonstrações Financeiras Consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Metalúrgica Gerdau S.A..

e) Transações e saldos

Para fins das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa da Companhia são convertidos para reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

METALÚRGICA GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Na elaboração das Demonstrações Financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio das datas das transações. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio Líquido, sendo atribuídas as participações não controladoras conforme apropriado.

Quando há baixa de uma operação no exterior (baixa integral da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida ou uma controlada em conjunto que possuem operações no exterior, ou perda de influência significativa sobre uma coligada que possui uma operação no exterior), o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no Patrimônio Líquido do Grupo é reclassificado para o resultado do exercício.

f) Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas, com exceção da localizada na Venezuela, incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos s\u00e3o convertidos \u00e0 taxa de c\u00e1mbio vigente na data de encerramento das Demonstra\u00f3\u00f3\u00e9s Financeiras Consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na linha "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira".

d) Hiperinflação na Venezuela

A partir de 2009, a Venezuela passou a ser considerada um país com hiperinflação e de acordo com a norma IAS 29 e IFRIC 7, as Demonstrações Financeiras da controlada localizada neste país estão sendo atualizadas de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do exercício, que considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Venezuela e que apresentou uma taxa acumulada de 142,3% desde a data de aquisição da controlada na Venezuela pela Companhia em junho de 2007 e de 52,0% em 2010. Os efeitos da atualização pela taxa de inflação em 2010 foram apresentados na Demonstração dos resultados consolidados.

Para fins de conversão dos saldos contábeis da controlada na Venezuela para a moeda de apresentação utilizada em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia aplicou os requisitos previstos na norma IAS 21, onde os saldos ativos, passivos e as contas de resultado são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas, tendo as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na conta "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira".

2.3 – Ativos financeiros

a) Caixa e equivalentes de caixa

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

As aplicações financeiras mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo amortizado acrescido por juros, correção monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As aplicações financeiras para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

As aplicações financeiras disponíveis para venda são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no Patrimônio Líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

c) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da provisão para risco de crédito estão demonstradas na nota 6.

d) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.4 - Estoques

Os estoques são avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 7.

2.5 - Imobilizado

Conforme determinado pela Deliberação CVM n° 619/09, que aprova a adoção do ICPC 10, a Companhia utilizou o custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados, como custo atribuído (*Deemed Cost*) em virtude de não haver diferença substancial entre o valor contábil ao valor justo dos ativos imobilizados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. Ativos de florestamento/reflorestamento são mensurados pelo valor justo na data das Demonstrações Financeiras de acordo com o IAS 41.

A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil.

Custos subseqüentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas.

O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.7).

2.6 – Outros ativos intangíveis

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por certificados de redução de emissão de carbono e fundos de comércio, que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com clientes. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.7).

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível. O intangível do relacionamento com clientes e fornecedores é amortizado com base em um método acelerado que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos clientes e fornecedores adquiridos.. Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

2.7 – Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de provisão constituídas

Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*).

A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na nota 28.2

2.8 – Investimentos

a) Investimentos em empresas controladas

A Companhia consolidou integralmente as Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A. e todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembléia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha, em substância, o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

A participação de terceiros no Patrimônio Líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores".

Para as aquisições de empresas realizadas a partir de 01/01/2006, data da transição para o IFRS pela Companhia, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas não-controladores é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até a data da sua alienação, respectivamente, quando aplicável. As transações e saldos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas decorrentes das transações entre empresas do Grupo Gerdau são igualmente eliminadas.

Sempre que necessário, são efetuados ajustes às Demonstrações Financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com o IFRS e as práticas contábeis aplicadas pela Companhia.

b) Investimentos em empresas com controle compartilhado

Empresas com controle compartilhado e *joint ventures* são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, desde a data que o controle conjunto é adquirido, conforme autorização para a utilização deste método concedida pela Comissão de Valores Mobiliários. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas com controle compartilhado são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos e outras variações no Patrimônio Líquido destas empresas. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

As perdas em empresas com controle compartilhado em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa controlada em conjunto na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com empresas com controle compartilhado são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma empresa com controle compartilhado.

c) Investimento em empresas associadas

Uma empresa associada é uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas que não detém controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas associadas são reconhecidas no balanço consolidado ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destas em contrapartida de ganhos ou perdas em ativos financeiros e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).

As perdas em empresas associadas em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa associada na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma diminuição do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com empresas associadas são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia na empresa associada, por contrapartida do valor do investimento nessa mesma associada.

2.9 – Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais

a) Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo custo amortizado.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Instrumentos de patrimônio

Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos.

d) Instrumentos financeiros derivativos e hedge

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um *hedge* de fluxo de caixa ou um *hedge* de investimento líquido são registrados na demonstração de resultados abrangentes.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do *hedge* quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação das alterações no justo valor ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de *hedge* é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido na demonstração do resultado abrangente, é imediatamente reportada na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como hedge são reconhecidos na linha de despesa financeira ou receita financeira, conforme o caso, na Demonstração do resultado.

Diferenças cambiais decorrentes da reconversão de um passivo financeiro designado como *hedge* de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas na demonstração dos resultados abrangentes, na medida em que a cobertura seja eficaz. Na medida em que o *hedge* é ineficaz, essas diferenças são reconhecidas na demonstração do resultado.

Os pagamentos potenciais em caixa relacionados a opções de venda emitidas pela Companhia sobre ações de suas subsidiárias são registradas na linha "Obrigações por compra de ações". O montante que pode se tornar liquidável no exercício da opção é inicialmente reconhecido ao valor justo e subsequentemente ajustado de maneira a atualizar o passivo até a data que se torne exercível. Os efeitos da atualização das opções de vendas são registrados na linha de despesa financeira na Demonstração do resultado. No evento da opção expirar sem ser exercida, o passivo é baixado com o correspondente ajuste no Patrimônio Líquido.

2.10 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras nos países onde as subsidiárias e associadas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

2.11 - Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritas nas notas 20 e 25.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses demográficas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidas diretamente Na Demonstração dos resultados abrangentes, conforme descrito na nota 20. A Companhia entende que o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais nos resultados abrangentes representa uma melhor apresentação destas alterações no conjunto das Demonstrações Financeiras.

2.12 – Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2.13 – Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil e no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

2.14 - Distribuição de dividendos

É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Gerdau S.A.. O estatuto social da Gerdau S.A. prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Gerdau S.A. registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

2.15 – Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsibilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas.

2.16 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente

Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registradas como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Custos ambientais que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registradas como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente a uma taxa de 7% ao ano se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

2.17 – Contratos de arrendamento (leasing)

Os contratos de arrendamento são classificados como *leasing* financeiro quando os termos do *leasing* transferem substancialmente os riscos e recompensas da propriedade para o arrendatário. Todos os demais são classificados como *leasing* operacional. Pagamentos feitos em um contrato de *leasing* operacional são registrados no resultado em uma base linear durante o período do *leasing*.

2.18 – Uso de estimativas

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado (nota 10), estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 18), determinações de provisões para imposto de renda (nota 9), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares (nota 16), estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 20), e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas (nota 25). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2.19 - Combinações de negócios

O tratamento contábil para aquisições de negócios a partir de 01/01/2010 foi alterado, se comparado aos anos anteriores, em função da emissão pelo IASB de versões revisadas do IAS 27 e IFRS 3. Estas mudanças estão principalmente relacionadas à contabilização de participações de não controladores, perda de controle de uma subsidiária e aumento ou redução de participação em subsidiária, sem mudança de controle. As normas revisadas resultaram em alterações nas políticas contábeis da Companhia relativas a aumentos ou reduções de participação em suas subsidiárias. A adoção desta alteração na política contábil afetou a contabilização de mudanças em nossas participações societárias, a partir de 01/01/2010, sem impacto nas aquisições de negócios realizadas até 31/12/2009.

a) Aquisições nas quais o controle é obtido em etapas

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

b) Aquisições onde o controle é obtido inicialmente

As aquisições de controladas e de negócios são contabilizadas pelo método de compra. O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são reconhecidos pelos seus valores justos na data da aquisição. A participação dos acionistas não-controladores na adquirida é inicialmente medido na proporção dos acionistas não-controladores do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos. Gastos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

De acordo com a versão anterior da norma, o preço contingente era reconhecido na data de aquisição apenas se o pagamento era provável e podia ser mensurado com confiabilidade; quaisquer ajustes posteriores no preço contingente eram reconhecidos contra o ágio. Nos termos da norma revisada, o preço contingente é medido pelo valor justo na data da aquisição; ajustes posteriores são reconhecidos contra o ágio apenas na medida em que eles surgem de uma melhor informação sobre o valor justo na data da aquisição, e que ocorrem dentro do "período de alocação" (um máximo de 12 meses a contar da data de aquisição). Todos os outros ajustes subsequentes são reconhecidos no resultado;

c) Aumentos/reduções na participação de não-controladores

Em anos anteriores, na ausência de requerimentos específicos em IFRS, aumentos de participações em subsidiárias eram tratados da mesma forma que aquisições, com o ágio sendo reconhecido conforme apropriado.

O impacto da redução de participação em subsidiárias que não envolve perda de controle (sendo a diferença entre o preço recebido e o montante da parcela dos ativos líquidos baixados/alienados) era reconhecido no resultado. De acordo com a norma revisada, todos os aumentos ou reduções nessas participações são registrados no patrimônio líquido, sem impacto no ágio ou no resultado.

Aquisições subsequentes, após a Companhia obter o controle, são tratadas como aquisições de ações de acionistas não controladores: Os ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida não estão sujeitos a reavaliações posteriores, e a diferença negativa ou positiva entre o custo dessa aquisição subseqüente e o valor líquido da parcela adicional proporcional da Companhia é registrada no patrimônio líquido.

d) Perda de controle de uma subsidiária

Quando o controle de uma subsidiária é perdido como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a revisão da norma requer que a Companhia reverta todos ativos, passivos e participações de não controladores pelos seus saldos registrados. Qualquer participação remanescente na subsidiária é reconhecida pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Esse valor justo é refletido no cálculo do ganho ou perda na alienação e é atribuído a controladora e se torna o montante inicial reconhecido para contabilizações subseqüentes para a participação remanescente pelo IAS 28, IAS 31 ou IAS 39.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2.20 – Provisão para reestruturações

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

2.21 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22 — Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto: (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações freqüentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito no IAS 12 - *liability method*) de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das Demonstrações Financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável com base em lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Benefícios de pensão e pós-emprego

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no período em que eles ocorrem e são registrados na demonstração dos resultados abrangentes.

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;
- ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- **iii)** Ganhos e perdas referentes a redução (*curtailment*) e liquidação (*settlement*) nos planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a redução ou liquidação ocorre e são embasados em avaliação atuarial feita por atuários independentes.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

c) Passivos ambientais

A Companhia registra provisão ajustada a valor presente para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos potenciais de limpeza e de reparação de áreas impactadas. A Companhia possui uma equipe de profissionais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais. Esses profissionais desenvolvem estimativas de passivos potenciais nestes locais com base em custos de reparação projetados e conhecidos. Esta análise demanda da Companhia estimativas significativas, e mudanças nos fatos e circunstâncias podem resultar em variações materiais na provisão ambiental.

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra como passivo circulante e passivo não-circulante na conta "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações (nota 21).

d) Valorização de Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data das Demonstrações Financeiras, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil causou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor de mercado dos *swaps* e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

e) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria e experiência prévia e refletem a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

f) Valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos não cotados

A Companhia contratou instrumentos financeiros relativos a algumas das aquisições, que envolvem compromissos na aquisição de ações de acionistas não-controladores das empresas adquiridas, ou concedeu opções de venda a alguns acionistas não-controladores para venderem suas ações à Companhia. Esses instrumentos financeiros derivativos estão registrados no balanço patrimonial da Companhia na conta "Obrigações por compra de ações" (nota 16.f), e a determinação desse valor envolve uma série de estimativas que podem ter impacto significativo no resultado final do cálculo. A Companhia estima o valor de mercado das empresas cujas ações a Companhia tem compromisso de aquisição utilizando os critérios estabelecidos em cada contrato, os quais estão alinhados com as práticas observadas no mercado para valorização de instrumentos não cotados.

g) Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Durante os últimos anos, conforme descrito na nota 3, a Companhia realizou algumas combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3, aplicado para as aquisições ocorridas após a data de transição para o IFRS, a Companhia deve alocar o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas utilizadas para avaliação inclui estimativa de fluxo de caixa descontado ou taxas de desconto e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do preço de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

h) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos do ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, em dezembro.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados para unidades com ágio alocado e comparando o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. Em dezembro de 2010, a Companhia realizou testes de recuperabilidade de ágios para todos os seus segmentos operacionais, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro, plano de investimentos e previsões econômico financeiras de longo prazo.

Os testes realizados não identificaram a necessidade de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ágios, bem como para outros ativos com vida útil indefinida.

O ágio que forma parte de um investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado não é reconhecido separadamente e não é testado quanto a perdas pela não recuperabilidade separadamente. Em vez disso, a quantia total registrada do investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado é testada quanto a perdas pela não recuperabilidade como um único ativo, comparando a sua quantia recuperável (o mais elevado do valor de uso e o valor justo menos os custos de vendas) com o montante total registrado. Uma perda pela não recuperabilidade registrada nessas circunstâncias não é atribuída a nenhum ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento na associada ou entidade conjuntamente controlada. Assim, qualquer reversão dessa perda por *impairment* é reconhecida na medida em que a quantia recuperável do investimento aumente subsequentemente.

O ágio originado a partir de combinações de negócios tem a sua recuperabilidade avaliada anualmente, sendo antecipada se os eventos ou circunstâncias, e utiliza práticas de mercado geralmente aceitas, incluindo fluxo de caixa descontado e compara o valor de livros com o valor recuperável dos ativos. A reversão das perdas pela não recuperabilidade anteriormente contabilizadas no ágio originado da combinação de negócios não é permitido. Em dezembro de cada ano, a empresa realiza testes de não recuperabilidade de todos os seus segmentos operacionais, que representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado pela administração.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A determinação do valor justo dos segmentos de negócio da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação mundial da economia acontecer em uma velocidade inferior a prevista por ocasião da preparação das Demonstrações Financeiras para dezembro de 2010.

2.23 - Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em 01/01/2010. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações:

Normas e interpretações de normas vigentes e/ou adotadas antecipadamente

IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Investimentos em Subsidiárias (Consolidated and Separate Financial Statements)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em janeiro de 2008, o IASB emitiu uma versão revisada da norma IAS 27, sendo que as alterações são relacionadas principalmente a contabilização da participação de não controladores e a perda de controle em uma subsidiária. Estas alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em/ou após 01/07/2009. A norma revisada resultou em alterações nas políticas contábeis da Companhia referentes a aumentos ou reduções de participações em suas controladas. Em anos anteriores, na ausência de requerimentos específicos no IFRS, aumentos de participações em controladas eram tratados da mesma maneira como aquisições de novas controladas, com o ágio ou deságio sendo reconhecido conforme apropriado. O impacto da redução de participação em controladas que não resultava em perda de controle (sendo a diferença entre o preço recebido e o montante da participação nos ativos líquidos baixados ou alienados) era reconhecido no resultado do período. Segundo o IAS 27 (2008), todo aumento ou redução em tais participações é reconhecido no Patrimônio Líquido e não impacta o ágio ou o resultado. Quando o controle de uma subsidiária é perdido, como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a norma revisada requer que a Companhia passe a não mais consolidar os ativos, passivos e participações de não controladores. Qualquer participação ainda detida na antiga controlada é reconhecida pelo seu valor justo na data em que o controle for perdido. Este valor justo é refletido no cálculo do ganho e perda na baixa, atribuída ao controlador e se torna o montante inicial das contabilizações subseqüentes para a participação detida segundo as normas IAS 28, IAS 31 ou IAS 39. A adoção desta alteração afetou a contabilização de mudanças nas participações detidas em períodos contábeis iniciados em 01/01/2010, onde os impactos foram determinados com base nas transações ocorridas.

IFRS 3 – Combinação de negócios (Business Combinations)

Em janeiro de 2008, o IASB emitiu uma versão revisada da norma IFRS 3, a qual trata do reconhecimento e mensuração nas Demonstrações Financeiras dos ativos adquiridos, passivos assumidos e participação de acionistas não-controladores, além do ágio originado em uma combinação de negócios e divulgações relacionadas ao assunto, sendo que as alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em/ou após 01/07/2009. A adoção desta alteração afetou a contabilização de combinações de negócios ocorridas em períodos contábeis iniciados em 01/01/2010, onde os impactos foram determinados com base nas transações ocorridas.

IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração (Financial Instruments: Recognition and Measurement)

Em julho de 2008, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39, a qual trata de itens elegíveis para *hedge*. A alteração é efetiva para exercícios anuais iniciados em/ou após 01/07/2009. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

IAS 39 e IFRIC 9 (Embedded Derivatives)

Em março de 2009, o IASB emitiu alterações na norma IAS 39 e interpretação IFRIC 9, as quais tratam de aspectos relacionados ao reconhecimento de derivativos. A entidade deve aplicar esta alteração para exercícios anuais findos em/ou após 30/06/2009. As alterações desta norma e interpretação não impactaram as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Melhoria anual das IFRS de abril de 2009

Em abril de 2009, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 2, IFRS 5, IFRS 8, IAS 1, IAS 7, IAS 17, IAS 18, IAS 36, IAS 38, IAS 39, IFRIC 9 e IFRIC 16. As alterações das normas IFRS 2 e IAS 38 e interpretações IFRIC 9 e IFRIC 16 são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2009. As demais alterações de normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2010. As alterações destas normas e interpretações não impactaram as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

IFRS 2 – Pagamento baseado em ações (Share-based Payment)

Em junho de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 2, a qual trata de pagamentos baseados em ações com liquidação em caixa ou outros ativos, ou pela emissão de instrumentos patrimoniais. A alteração desta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2010. As alterações desta norma não impactaram as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

IFRS 1 – Isenções adicionais para entidades que adotam o IFRS pela primeira vez (Additional Exemptions for First-time adopters)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em julho de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 1, a qual trata de isenções adicionais que podem ser utilizadas por entidades que adotam o IFRS pela primeira vez. A alteração desta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2010. Em virtude da Companhia já ter adotado o IFRS, esta alteração da norma não impactou as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

IAS 32 – Classificação de direitos de emissão: Alteração do IAS 32 (IFRS Classification of Rights Issues: Amendment to IAS 32)

Em outubro de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32, a qual trata de contratos que serão ou poderão ser liquidados através de instrumentos patrimoniais da entidade e estabelece que direitos, opções ou garantias para adquirir uma quantidade fixa de ações de uma entidade por um montante fixo em alguma moeda são instrumentos patrimoniais. A alteração desta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/02/2010. As alterações desta norma não deverão impactar as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

IFRIC 17 - Distribuição de Ativos não caixa para os controladores (Distributions of Non-cash Assets to Owners)

Em novembro de 2008, o IFRIC emitiu a Interpretação 17, a qual trata da distribuição de ativos não caixa para os controladores. A entidade deve aplicar esta Interpretação para exercícios anuais iniciando em/ou após 01/07/2009, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção desta Interpretação não impactou as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

IFRIC 18 - Transferência de Ativos de Clientes (Transfers of Assets from Customers)

Em janeiro de 2009, o IFRIC emitiu a Interpretação 18, a qual trata da transferência de ativos de clientes para a empresa. A entidade deve aplicar esta Interpretação prospectivamente para ativos de clientes recebidos de clientes em/ou após 01/07/2009, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção desta Interpretação não impactou as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

IFRS 1 e IFRS 7 – Isenções limitadas de divulgações comparativas do IFRS 7 para entidades que adotam IFRS pela primeira vez (Limited Exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters)

Em janeiro de 2010, o IASB emitiu alterações no IFRS 1 e IFRS 7, as quais abordam aspectos de divulgação de informações comparativas de instrumentos financeiros. Estas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2010. A Companhia entende que as alterações desta interpretação não impactarão suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Financial Instruments)

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição do IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação ao IAS 39.

IFRIC 19 – Liquidando passivos financeiros com instrumentos de patrimônio (Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments)

Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu a interpretação 19, a qual trata da emissão de instrumentos patrimoniais por uma entidade para seu credor com o objetivo de liquidar passivos financeiros. Esta interpretação é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2010. A Companhia entende que a adoção desta Interpretação não impactará as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRIC 14 – Pagamentos antecipados de requerimento mínimos de provimento de fundos – Alterações no IFRIC 14 (Prepayments of a Minimum Funding Requirement – Amendments to IFRIC 14)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu alterações na interpretação 14, a qual são aplicáveis em limitadas circunstâncias quando uma entidade é sujeita a requerimentos mínimos de provimento de fundos e efetua um pagamento antecipado de contribuições para cobrir estes requerimentos. Estas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2011. A Companhia entende que as alterações desta interpretação não impactarão suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IAS 24 – Divulgação de partes relacionadas (Related Party Disclosures)

Em novembro de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 24, a qual trata da divulgação de transação com partes relacionadas e relacionamentos entre controladoras e controladas. A alteração desta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2011. A Companhia entende que as alterações desta norma não impactarão suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Melhoria anual das IFRS de maio de 2010

Em maio de 2010, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. A alteração da norma IFRS 3 é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2010. As demais alterações de normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2011. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações de normas em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRS 7 – Divulgações – Transferências de Ativos Financeiros (Disclosures – Transfers of Financial Assets)

Em outubro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 7. Esta alteração tem o objetivo de adicionar divulgações que permitam ao usuário das Demonstrações Financeiras avaliar o risco de exposição relativo a transferência de ativos financeiros e os efeitos destes riscos sobre a posição financeira da entidade. A alteração da norma IFRS 7 é fetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2011. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Financial Instruments)

Em outubro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 9. A alteração da norma IFRS 9, adicionou os requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação ao IAS 39.

IFRS 1 – Hiperinflação severa e remoção de datas fixas para empresas que adotarem o IFRS pela primeira vez (Severe Hyperinflation and Removal of Fixed Dates for First-time Adopters)

Em dezembro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 1. A alteração da norma IFRS 1 aborda orientações para adotantes do IFRS pela primeira vez que estejam localizados em países de economia hiperinflacionária e também remove datas fixas com o objetivo de evitar o processamento de operações ocorridas antes da data de transição para o IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2011. A Companhia entende que as alterações desta interpretação não impactarão suas Demonstrações Financeiras Consolidadas em virtude da mesma já ter adotado o IFRS 1.

IAS 12 – Imposto de renda diferido: Recuperação de ativos relacionados (Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets)

Em dezembro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 12. A alteração da norma IAS 12 aborda aspectos relacionados a determinação da maneira esperada de recuperação de imposto de renda diferido ativo e passivo quando a propriedade de investimento é mensurada através do modelo de valor justo do IAS 40. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2012. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

NOTA 3 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem a Gerdau S.A. e suas subsidiárias.

${\bf 3.1-Empresas\ controladas}$

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A lista a seguir apresenta as principais participações nas subsidiárias consolidadas, como segue:

	_	Percentua		entual de par	tual de participação			
Empresa consolidada	País	ís Capital total (*)		País Capital total (*)		Capit	Capital votante	
		2010	2009	2010	2009			
Gerdau S.A.	Brasil	42,50	45,73	74,81	76,16			
Gerdau GTL Spain S.L.	Espanha	100,00	100,00	100,00	100,00			
Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda Grupo Gerdau	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00			
Gerdau Steel North America Inc.	Canadá	100,00	66,32	100,00	66,32			
Gerdau Ameristeel Corporation e subsidiárias (1)	EUA/Canadá	100,00	66,32	100,00	66,32			
Gerdau Acominas S.A. e subsidiária (2)	Brasil	94,77	94,77	94,77	94,77			
Gerdau Aços Longos S.A.	Brasil	94,76	94,76	94,76	94,76			
Maco Holdings Ltda. (3)	Brasil	-	100,00	-	100,00			
Gerdau Steel Inc.	Canadá	100,00	100,00	100,00	100,00			
Gerdau Holdings Inc. e subsidiárias (4)	EUA	100,00	100,00	100,00	100,00			
Paraopeba - Fundo de Investimento Renda Fixa (5)	Brasil	78,46	95,20	78,46	95,20			
Corporación Sidenor S.A. e subsidiárias ⁽⁶⁾	Espanha	60,00	60,00	60,00	60,00			
Gerdau América Latina Participações S.A.	Brasil	94,22	94,22	94,22	94,22			
Axol S.A.	Uruguai	100,00	100,00	100,00	100,00			
Gerdau Chile Inversiones Ltda. e subsidiárias (7)	Chile	99,99	100,00	99,99	100,00			
Gerdau Aços Especiais S.A.	Brasil	95,10	95,09	95,10	95,09			
Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company e subsidiárias (8)	Hungria	98,84	98,75	98,84	98,75			
Gerdau Comercial de Aços S.A.	Brasil	96,17	96,17	96,17	96,17			
Aramac S.A.	Uruguai	100,00	100,00	100,00	100,00			
GTL Equity Investments Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	100,00	100,00			
Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A Siderperú	Peru	86,66	86,66	86,66	86,66			
Diaco S.A. e subsidiária (9)	Colômbia	99,36	99,34	99,36	99,34			
Gerdau GTL México, S.A. de C.V. e subsidiárias (10)	México	100,00	100,00	100,00	100,00			
Seiva S.A Florestas e Indústrias	Brasil	97,06	97,06	99,73	99,73			
Itaguaí Com. Imp. e Exp. Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00			
Gerdau Laisa S.A.	Uruguai	100,00	100,00	100,00	100,00			
Sipar Gerdau Inversiones S.A. e subsidiárias (11)	Argentina	92,75	92,75	92,75	92,75			
Siderúrgica del Pacífico S.A.	Colômbia	98,32	98,29	98,32	98,29			
Cleary Holdings Corp.	Colômbia	100,00	50,90	100,00	50,90			
Sizuca - Siderúrgica Zuliana, C. A.	Venezuela	100,00	100,00	100,00	100,00			
GTL Financial Corp. (13)	Holanda	-	100,00	-	100,00			
GTL Trade Finance Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	100,00	100,00			
Aços Villares S.A. (12)	Brasil	-	87,41	-	87,41			
Banco Gerdau S.A.	Brasil	99,99	99,00	99,99	99,00			

- (*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada.
- (1) Subsidiárias: Gerdau Ameristeel US Inc., GNA Partners, Pacific Coast Steel Inc, Gerdau Ameristeel Perth Amboy Inc., Sheffield Steel Corporation, Gerdau Ameristeel Sayreville Inc., TAMCO Steel, Chaparral Steel Company.
- (2) Subsidiária: Gerdau Açominas Overseas Ltd...
- (3) A subsidiária Maco Holdings Ltda. passou a ser apresentada como associada, conforme descrito na nota 3.3
- (4) Subsidiárias: Gerdau US Financing Inc. e Gerdau MacSteel Inc..
- (5) Fundo de investimento de renda fixa, administrado pelo Banco J. P. Morgan S.A..
- (6)Subsidiárias: Sidenor Industrial S.L., Sidenor y Cia, Sociedad Colectiva, Sidenor I+D S.A., Forjanor S.L., Corporación Sidenor S.A. y Cia, Sidenor Calibrados S.L..
- (7) Subsidiárias: Aza Participaciones S.A., Industrias del Acero Internacional S.A., Gerdau Aza S.A., Distribuidora Matco S.A., Aceros Cox Comercial S.A., Salomon Sack S.A., Matco Instalaciones Ltda e Trefilados Bonati S.A., Cerney Holdings Ltd., Indac Colômbia S.A..
- (8) Subsidiária: LuxFin Participation S.L. e Bogey Holding Company Spain S.L.
- (9) Subsidiária: Ferrer Ind. Corporation e Laminados Andinos S.A..
- (10) Subsidiárias: Siderúrgica Tultitlán, S.A.de C.V., Sidertul S.A. de C.V., Arrendadora Valle de México, S.A. de C.V. e GTL Servicios Administrativos México, S.A. de C.V..
- (11) Subsidiárias: Sipar Aceros S.A. e Siderco S.A..
- (12) A subsidiária Aços Villares S.A. foi incorporada pela Gerdau S.A., conforme descrito na nota 3.5.d,
- (13) A subsidiária GTL Financial Corp. foi baixada no ano de 2010.

Como resultado da operação da opção de venda descrita na nota 16.f, a Companhia reconhece o percentual de 100% como investimento na Corporación Sidenor, ao invés de 60% descrito no quadro acima.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

3.2 - Empresas com controle compartilhado

A tabela a seguir apresenta as participações nas empresas com controle compartilhado.

	_	Percentual de participação			cipação
Entidades com controle compartilhado	País	Capita	ıl total (*)	Capita	l votante
		2010	2009	2010	2009
Gallatin Steel Company	EUA	50,00	50,00	50,00	50,00
Bradley Steel Processors	Canadá	50,00	50,00	50,00	50,00
MRM Guide Rail	Canadá	50,00	50,00	50,00	50,00
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	México	50,00	50,00	50,00	50,00
Kalyani Gerdau Steel Ltd.	Índia	73,22	56,81	73,22	56,81

^(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da empresa com controle compartilhado.

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Kalyani Gerdau Steel Ltd., apesar de ter mais de 50% do capital total desta empresa, devido ao contrato de controle compartilhado que estabelece direitos de gestão conjunta do negócio com o outro sócio.

As informações financeiras das empresas com controle compartilhado Gallatin Steel Company, Bradley Steel Processors, MRM Guide Rail, Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V. e Kalyani Gerdau Steel Ltd. avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas abaixo, de forma combinada:

	Empresas com controle		
		compartilhado	
	2010	2009	
Ativo		_	
Circulante	468.419	435.775	
Não-circulante	566.490	612.138	
Total do ativo	1.034.909	1.047.913	
Passivo			
Circulante	155.930	121.986	
Não-circulante	295.497	263.939	
Patrimônio Líquido combinado	583.482	661.988	
Total do passivo e Patrimônio Líquido	1.034.909	1.047.913	
Participação da Companhia nos ativos líquidos das empresas com			
controle compartilhado	300.547	332.904	

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2010	2009
Demonstração do resultado		
Receita líquida de vendas	1.813.014	1.288.714
Custo das vendas	(1.662.143)	(1.230.352)
Lucro bruto	150.871	58.362
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(29.722)	(36.596)
Outras despesas/receitas operacionais	(80.641)	(88.115)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos impostos	40.508	(66.349)
Resultado financeiro	(25.180)	(87.276)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	15.328	(153.625)
Imposto de renda e contribuição social	497	22.315
Lucro (Prejuízo) líquido	15.825	(131.310)
Participação da Companhia no lucro (prejuizo) líquido das empresas		
com controle compartilhado	(13.921)	(57.723)

3.3 – Empresas associadas

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas associadas.

	_	Percentual de partici			cipação_
Empresas associadas	País	Capita	l total (*)	Capital	votante
	_	2010	2009	2010	2009
Dona Francisca Energética S.A.	Brasil	51,82	51,82	51,82	51,82
Armacero Industrial y Comercial S.A.	Chile	50,00	50,00	50,00	50,00
Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias (1)	Rep. Dominicana	49,00	49,00	49,00	49,00
Corsa Controladora, S.A. de C.V. e subsidiárias (2)	México	49,00	49,00	49,00	49,00
Corporación Centroamericana del Acero S.A. e subsidiárias (3)	Guatemala	30,00	30,00	30,00	30,00
Maco Holdings Ltda.	Brasil	47,86	-	47,86	_

^(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da associada.

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Dona Francisca Energética S.A. apesar de ter mais de 50% do capital total da associada, devido a direitos de proteção concedidos aos demais acionistas que impedem a Companhia de implementar na plenitude as decisões sobre a condução dos negócios da associada.

Em 2010, a Companhia passou a tratar o investimento na sociedade Maco Holdings Ltda (atual denominação da Maco Metalúrgica Ltda), como empresa associada, em decorrência de reorganização realizada em dita sociedade e do não exercício de direito de subscrição no aumento de capital deliberado em dezembro/2010.

As informações financeiras das empresas associadas Dona Francisca Energética S.A., Armacero Industrial y Comercial S.A., Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias, Corsa Controladora, S.A. de C.V. e subsidiárias, Corporación Centroamericana Del Acero S.A. e subsidiárias e Maco Holdings Ltda. , avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

⁽¹⁾ Subsidiárias: Industrias Nacionales C. por A. (Rep. Dominicana), Steelchem Trading Corp. , NC Trading e Industrias Nacionales C. x A., S.A. (Costa Rica).

⁽²⁾ Subsidiárias: Júpiter Direccional S.A. de C.V., Aceros Ticomán, S.A. de C.V., Centro Técnico Joist, S.A. de C.V., Aceros Corsa, S.A. de C.V., Aceros Ticoregios, S.A. de C.V..

⁽³⁾ Subsidiárias: Aceros de Guatemala S.A., Indeta S.A., Siderúrgica de Guatemala S.A.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Empresas associadas	
	2010	2009
Ativo		
Circulante	885.246	755.305
Não-circulante	1.175.116	891.900
Total do ativo	2.060.362	1.647.205
Passivo		
Circulante	427.446	307.855
Não-circulante	341.746	351.006
Patrimônio Líquido ajustado	1.291.170	988.344
Total do passivo e Patrimônio Líquido	2.060.362	1.647.205
Participação da Companhia nos ativos líquidos das empresas associadas	603.892	495.305
associadas	003.872	473.303
	2010	2009
Demonstração do resultado	·	
Receita líquida de vendas	1.409.468	1.463.761
Custo das vendas	(1.213.825)	(1.388.946)
Lucro bruto	195.643	74.815
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(81.199)	(101.101)
Outras despesas/receitas operacionais	4.578	(1.112)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos impostos	119.022	(27.398)
Resultado financeiro	(14.157)	(37.675)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	104.865	(65.073)
Imposto de renda e contribuição social	(32.498)	(11.232)
Lucro (Prejuízo) líquido	72.367	(76.305)
Participação da Companhia no lucro (prejuizo) líquido das empresas		
associadas	53.375	(51.234)

3.4 – Ágio

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade com controle compartilhado, ou associada, na respectiva data de aquisição.

O ágio relativo a investimentos em empresas situadas no exterior encontra-se registrado na moeda funcional da empresa adquirida, sendo convertido para reais (moeda de apresentação da Companhia) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registradas na conta "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira", no Patrimônio Líquido, após a data de transição para o IFRS.

O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial" e "Ágio". O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de *impairment* anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. O ágio é alocado aos segmentos de negócio, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração.

Em situações de venda de uma subsidiária, entidade com controle compartilhado, ou associada, o ágio é incluído na determinação dos ganhos e perdas.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

3.5 - Aquisições de participações adicionais em empresas controladas e combinações de negócios

a) Cleary Holdings Corp.

Em 12/08/2010, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 49,1% no capital da controlada Cleary Holdings Corp., controladora de unidades de produção de coque metalúrgico e de reservas de carvão coqueificável na Colômbia, passando a deter a totalidade das ações da empresa. O valor total da operação foi US\$ 57,0 milhões (R\$ 100,1 milhões na data de aquisição da participação) e como resultado da operação em conformidade com a norma IAS 27, a Companhia reconheceu no seu Patrimônio Líquido, na linha de Efeitos de aumento de participação em controladas, o montante de R\$ 12,0 milhões, o qual é referente a diferença entre o valor pago e os ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 70,6 milhões, na linha de Ágios, referente a parcela de preço contingente da aquisição do controle em 21/02/2008, devido a tal parcela ter passado a se caracterizar como provável.

b) Gerdau Ameristeel Corporation

Em 30/08/2010, a Companhia adquiriu todas as ações ordinárias da sua controlada Gerdau Ameristeel Corporation, emitidas e em circulação, de que ainda não era detentora, direta ou indiretamente, pelo valor de US\$ 11,00 por ação, em dinheiro. O valor total da operação foi US\$ 1.598,6 milhões (R\$ 2.808,9 milhões na data de aquisição). Em conformidade com a norma IAS 27, as mudanças na participação societária de uma controladora em uma subsidiária que não resultem em perda do controle são contabilizadas como transações patrimoniais. Qualquer diferença entre o valor da participação adquirida de não controladores e o valor justo da contrapartida paga será reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido e atribuída aos acionistas controladores. Dessa forma,, como resultado da operação a Companhia reconheceu no seu Patrimônio Líquido, na linha de Efeitos de aumento de participação em controladas, o montante de R\$ 227,1 milhões, referente a diferença entre o valor pago e os ativos líquidos adquiridos.

c) Tamco

Em 21/10/2010, a Companhia, através de sua subsidiária Gerdau Ameristeel, adquiriu 100% das ações da Tamco, uma "mini-mill" que produz vergalhões e é uma das maiores produtoras na costa oeste dos EUA. Localizada em Rancho Cucamonga no estado da Califórnia, a Tamco é a única produtora de aços longos na Califórnia e atende principalmente os mercados da Califórnia, Arizona e Nevada.

A Companhia registrou ágio nesta aquisição devido aos seguintes fatores:

- A aquisição resultou em uma expansão da presença geográfica da Companhia no oeste dos Estados Unidos,
- A Companhia acredita que terá sucesso na integração das operações do negócio e terá sinergias associadas com a aquisição.

O total do preço de compra considerado para a aquisição da Tamco foi US\$ 166,4 milhões (R\$ 283,1 milhões na data da aquisição), mais a assunção de certos passivos, e foi alocado para os ativos adquiridos e passivos assumidos com base nas estimativas de seus respectivos valores justos. A tabela a seguir resume o valor justo preliminar dos ativos adquiridos e passivos assumidos para a Tamco na data da aquisição:

_	Valor dos livros	Ajustes da aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos			
Ativos circulantes	75.649	(7.045)	68.604
Imobilizado	69.216	103.751	172.967
Ativos Intangíveis	11.365	19.226	30.591
Ágio	-	90.363	90.363
Outros ativos não-circulantes	558	29	587
Passivos circulantes	(17.589)	(521)	(18.110)
Passivos não-circulantes	(18.142)	(43.750)	(61.892)
_	121.057	162.053	283.110
-			
Preço total de compra considerado			283.110

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os recebíveis brutos adquiridos pela Companhia foram equivalentes a R\$ 14,3 milhões. Não há ajustes significativos ao valor justo dos recebíveis e fluxos de caixa esperados oriundos do recebimento destes.

A aquisição dos intangíveis e ágio não são dedutíveis para fins fiscais, entretanto, o registro da aquisição requer o reconhecimento de imposto de renda passivo diferido sobre os valores ajustados relacionados aos ativos intangíveis que serão reconhecidos como benefício fiscal nos períodos futuros a medida que os ativos sejam amortizados.

Os montantes reconhecidos como receitas, atribuíveis a Tamco, incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia desde a data de aquisição desta subsidiária não são relevantes. A Tamco desde a data de aquisição até 31/12/2010 gerou um prejuízo de R\$ 2,8 milhões. Adicionalmente, os montantes de receitas e lucro líquido que seriam gerados pela Tamco para todo o exercício de 2010, caso a entidade tivesse sido adquirida no início do exercício, também não seriam significativos.

d) Aços Villares S.A.

Em 30/12/2010, a Companhia, através da subsidiária Gerdau S.A., adquiriu uma participação adicional de 12,59% no capital da controlada Aços Villares S.A., no valor de R\$ 587,6 milhões, passando a deter a totalidade das ações da empresa. Adicionalmente, a subsidiária Gerdau S.A. incorporou a participação de 28,91% já detida pela subsidiária Prontofer Serviços de Construção Ltda, pelo valor de R\$ 1.322,1 milhões. A aquisição foi feita mediante a emissão de ações da Gerdau S.A. na proporção de uma ação da Gerdau S.A. para cada 24 ações da Aços Villares e uma ação da Gerdau S.A. para cada 22,247601 quotas da Prontofer, conforme aprovado em Assembléia Geral Extraordinária. Como resultado da operação em conformidade com a norma IAS 27, a Companhia reconheceu no seu Patrimônio Líquido, na linha de Efeitos de aumento de participação em controladas, o montante de R\$ 889,9 milhões, o qual é referente a diferença entre o valor de aquisição e os ativos líquidos adquiridos.

3.6 - Preço total de compra considerado referente às aquisições no exercício

Empresas / participações adquiridas	2010	2009
Aquisição de controle		
Maco Metalúrgica Ltda.	=	4.200
Tamco	283.110	
	283.110	4.200
Aquisição de participação adicional em empresas controladas		
Gerdau América Latina Participações S.A.	=	66.868
Cleary Holdings Corp.	100.100	-
Gerdau Ameristeel	2.808.869	
	2.908.969	66.868
Aquisição de participação adicional com emissão de ações		
Aços Villares S.A.	587.645	
	587.645	
Total considerado como pago	3.779.724	71.068

A Companhia não teve outros custos de aquisição materiais em adição ao valor pago.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2010	2009
Caixa	4.105	52.158
Bancos e aplicações de liquidez imediata	1.058.142	2.047.984
Caixa e equivalentes de caixa	1.062.247	2.100.142

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A Companhia não possui montantes significativos de caixa ou equivalentes de caixa restritos para os exercícios apresentados.

A Companhia teve em 2010 transação que não afetou o caixa no valor de R\$ 587.645, referente a aquisição de participação adicional da Aços Villares S.A. com emissão de ações de sua subsidiária Gerdau S.A., conforme descrito na nota 3.5.d.

NOTA 5 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Títulos para negociação

Aplicações financeiras em títulos para negociação são registradas ao valor justo e incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. Em 31/12/2010 a Companhia mantinha R\$ 1.110.804 (R\$ 2.625.378 em 31/12/2009) em títulos para negociação.

Títulos disponíveis para venda

Em 31/12/2010 a Companhia mantinha R\$ 9.559 (R\$ 58.296 em 31/12/2009) em títulos disponíveis para venda no ativo circulante e R\$ 26.797 (R\$ 49.690 em 31/12/2009) no ativo não-circulante, líquidos de provisão para perdas. Estas aplicações são registradas ao valor justo.

NOTA 6 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2010	2009
Contas a receber de clientes - no Brasil	1.046.962	1.100.911
Contas a receber de clientes - exportações a partir do Brasil	312.870	108.187
Contas a receber de clientes - controladas no exterior	1.860.458	1.457.111
(-) Provisão para risco de crédito	(67.265)	(80.502)
	3.153.025	2.585.707

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito.

O risco de crédito do contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o seu saldo devedor. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2010	2009
Valores a vencer	2.658.628	2.172.081
Vencidos:	-	-
Até 30 dias	354.980	260.856
Entre 31 e 60 dias	52.432	64.678
Entre 61 e 90 dias	15.379	38.225
Entre 91 e 180 dias	28.277	32.991
Entre 181 e 360 dias	39.850	58.929
Acima de 360 dias	70.744	38.449
(-) Provisão para risco de crédito	(67.265)	(80.502)
	3.153.025	2.585.707

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(77.040)
(58.181)
210
45.680
8.829
(80.502)
(20.905)
4.887
26.752
2.503
(67.265)

NOTA 7 – ESTOQUES

2010	2009
2.455.459	1.975.003
1.418.347	1.258.384
1.639.393	1.213.984
1.037.672	1.058.746
104.262	214.467
295.040	181.330
(152.388)	(150.321)
6.797.785	5.751.593
	2.455.459 1.418.347 1.639.393 1.037.672 104.262 295.040 (152.388)

Os saldos da provisão para ajuste ao valor de mercado são principalmente relacionados a uma redução no custo ou ajuste de mercado relacionados aos impactos em certas matérias primas adquiridas pela Companhia e que tiveram um declínio nos preços de vendas dos produtos prontos. Como resultado de valores mais elevados em matérias primas mais custos estimados de conclusão da produção, em um montante superior ao preço de venda menos custos estimados de vendas, a Companhia reconheceu ajustes ao valor líquido de realização, conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 01/01/2009	(354.431)
Reversão ajuste ao valor de mercado de estoques	196.981
Provisão ajuste ao valor de mercado de estoques	(36.459)
Ganhos/perdas na conversão	43.588
Saldo em 31/12/2009	(150.321)
Reversão ajuste ao valor de mercado de estoques	50.634
Provisão ajuste ao valor de mercado de estoques	(50.526)
Ganhos/perdas na conversão	3.781
Aquisições de empresas	(5.956)
Saldo em 31/12/2010	(152.388)

Os estoques estão segurados para incêndio e extravasamento. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvidos.

Durante os períodos de doze meses findos em 31/12/2010 e 31/12/2009 foram reconhecidos os montantes de R\$ 25.873.476 e R\$ 22.305.550, respectivamente, como custo das vendas e de fretes. Em 31/12/2010 o custo das vendas inclui o valor de R\$ 50.634 referente a reversão de provisão para ajuste ao valor de mercado dos estoques e R\$ 50.526 referente à constituição de provisão para ajuste a valor de mercado.

Os montantes de reversão de provisão identificados acima foram feitos com contrapartida na conta de custo das vendas e foram originados, substancialmente, pela recuperação dos preços de mercado.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 8 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	2010	2009
Circulante		
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	153.808	151.271
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	59.953	101.830
PIS - Programa de Integração Social	10.811	14.703
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	53.202	34.343
Imposto de Renda e Contribuição Social Retidos na Fonte	185.289	402.496
IVA - Imposto sobre Valor Agregado e outros	139.446	109.035
-	602.509	813.678
Não-circulante		
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	77.440	100.488
PIS - Programa de Integração Social	368	3.740
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.678	17.209
Imposto de Renda e Contribuição Social retidos na Fonte e outros	321.736	362.997
	401.222	484.434
	1.003.731	1.298.112

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	2010	2009
2011	-	108.430
2012	106.109	81.021
2013	85.382	84.110
2014	17.067	55.256
2015 em diante	192.664	155.616
	401.222	484.434

NOTA 9 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IR) e da contribuição social (CS) no resultado:

	2010	2009
	Total	Total
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		_
	2.766.924	798.398
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(940.754)	(271.455)
Ajustes dos impostos referente:		
- diferença de alíquotas em empresas do exterior	(16.189)	(27.326)
- equivalência patrimonial	13.414	(37.045)
- juros sobre o capital próprio	120.239	38.005
- incentivos fiscais	65.686	96.921
- ágio dedutível fiscalmente contabilizado nos livros societários	291.484	188.708
- outras diferenças permanentes (líquidas)	(11.636)	10.434
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(477.756)	(1.758)
Corrente	(643.673)	(305.737)
Diferido	165.917	303.979

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A reconciliação acima apresentada considera o efeito do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado aplicando-se a alíquota nominal vigente no Brasil de 34%. Os efeitos da diferença de alíquotas do Brasil para os vários países onde a Companhia tem empresas são apresentado na linha "Diferenças de alíquotas em empresas do exterior".

As controladas da Companhia no Brasil usufruíram R\$ 41.855 em 31/12/2010 (R\$ 44.772 em 31/12/2009) de incentivos fiscais de dedução do imposto de renda relativo à inovação tecnológica, fundos dos direitos da criança e do adolescente, PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador e operações de caráter cultural e artístico. As unidades da controlada Gerdau Aços Longos S.A., instaladas na região nordeste do Brasil, são beneficiárias, até 2013, de incentivos fiscais de redução de 75% do imposto de renda, calculados sobre o lucro da exploração daqueles estabelecimentos, sendo que estes representaram R\$ 23.831 em 31/12/2010 (R\$ 52.149 em 31/12/2009). Os respectivos incentivos fiscais foram registrados, retificando, diretamente, as contas de imposto de renda na demonstração do resultado.

Em 31/12/2010, a Companhia possui um total de prejuízos fiscais decorrente das suas operações no Brasil de R\$ 685.201 de imposto de renda (R\$ 408.591 em 31/12/2009) e um total de base negativa de contribuição social no valor de R\$ 959.419 (R\$ 516.021 em 31/12/2009), representando um ativo fiscal diferido de R\$ 257.648 (R\$ 148.590 em 31/12/2009). A Companhia acredita que os valores serão realizados baseados na expectativa de lucros tributáveis futuros. Além destes ativos fiscais diferidos, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R\$ 70.282 (R\$ 26.496 em 31/12/2009), devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em subsidiárias. Não obstante, estes prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social não têm uma data final para expirar.

Em 31/12/2010, a controlada Gerdau Ameristeel possui um ativo fiscal diferido oriundo de prejuízos fiscais decorrente das suas operações no Canadá de R\$ 113.272 de imposto de renda (R\$ 63.287 em 31/12/2009). A controlada acredita que os valores serão realizados baseados na expectativa de lucros tributáveis futuros, e historicamente a controlada tem gerado lucros tributários suficientes para a utilização destes ativos.

Em 31/12/2010, a controlada Gerdau Ameristeel possuía R\$ 151.551 (R\$ 139.973 em 31/12/2009) de prejuízos fiscais sobre perdas de capital cujos ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos nos Balanços Patrimoniais Consolidados. Essas perdas se referem primariamente a baixa de investimentos de longo prazo da controlada e atualmente não tem uma data final para expirar, exceto por um montante de R\$ 55.424 incluído no balanço patrimonial em 31/12/2010 que expira em 2015. A controlada possuía várias perdas fiscais estaduais totalizando R\$ 205.982 (R\$ 237.669 em 31/12/2009), as quais não foram reconhecidas no balanço da Companhia, expiram em várias datas entres 2011 e 2030. A controlada também tinha R\$ 63.119 (R\$ 57.494 em 31/12/2009) de créditos fiscais estaduais que não foram reconhecidas nos balanços patrimoniais consolidados da controlada. Estes créditos expiram em várias datas entre 2015 e 2018, com exceção de uma parcela de R\$ 12.968 (R\$ 11.840 em 31/12/2009), a qual não tem uma data final para expirar.

b) Composição e movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

				Reconhecido	
	Saldo em	Aquisições	Reconhecido	nos resultados	Saldo em
	01/01/2009	de empres as	no resultado	abrangentes	31/12/2009
Ativo não-circulante					
Prejuízos fiscais	581.395	-	228.844	(122.251)	687.988
Base negativa de contribuição social	30.890	-	15.569	-	46.459
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	122.570	-	1.693	13.559	137.822
Benefícios a empregados	470.892	-	11.045	(243.196)	238.741
Outras diferenças temporárias	410.986	-	38.941	(388.628)	61.299
Ágio amortizado	116.455	-	(65)	17.966	134.356
Imobilizado	(6.920)	-	6.920	-	-
Provisão para perdas	101.191		11.398	11.037	123.626
Total ativo não-circulante	1.827.459		314.345	(711.513)	1.430.291

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Passivo não-circulante	Saldo em 01/01/2009	1 3			Reconhecido no resultado		conhecido es ultados cangentes	Saldo em 31/12/2009
	2.258.761		49.798		(46.865)		(572.683)	1.689.011
Alocação de ativos a valor justo	129.173		49.798		50.915		(372.683)	1.089.011
Deságio amortizado	95.127		-		27.322		51.921	
Benefícios a empregados			-					174.370
Outras diferenças temporárias Total passivo não-circulante	636.545 3.119.606		49.798		(21.006) 10.366		(297.813) (852.257)	317.726 2.327.513
Total líquido	(1.292.147)		(49.798)		303.979		140.744	(897.222)
Efeito no resultado do exercício					303.979			
		aldo em 2/2009	Aquis de emp	sições oresas	Reconhe no resul		Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2010
Ativo não-circulante							9	
Prejuízos fiscais	(687.988		-	144.	.587	8.695	841.270
Base negativa de contribuição social		46.459		-		.888	-	86.347
Provisão para passivos tributários, cíveis e traba		137.822		-	- 51.		4.432	193.578
Benefícios a empregados	2	238.741		4.560		.072	(87.045) 143.418	157.768 207.184
Outras diferenças temporárias Ágio amortizado		61.299 134.356		,		(2.095) (21.282)		207.184 111.405
Provisão para perdas		123.626		,		(9.662)		86.261
Total ativo não-circulante		430.291	4.562			(9.662) 208.832		1.683.813
						Re	econhecido	
	Saldo em	Aqı	iisições	Rec	conhecido	nos resultados		Saldo em
	31/12/2009	de en	npresas	no	resultado	al	orangentes	31/12/2010
Passivo não-circulante								
Alocação de ativos a valor justo	1.689.011		44.764		61.156		(77.850)	1.717.081
Deságio amortizado	146.406		-		(24.472)		-	121.934
Benefícios a empregados	174.370				17.719		(48.027)	144.062
Outras diferenças temporárias	317.726				(11.488)		30.922	337.160
Total passivo não-circulante	2.327.513		44.764		42.915		(94.955)	2.320.237
Total líquido	(897.222)		(40.202)		165.917		135.083	(636.424)

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente contingências fiscais, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

165.917

c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social:

Efeito no resultado do exercício

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

		Ativo
	2010	2009
2010	-	258.074
2011	373.210	185.276
2012	229.964	190.896
2013	190.373	195.892
2014	183.896	199.539
2015 em diante	706.370	400.614
	1.683.813	1.430.291
		Passivo
	2010	2009
2010	-	96.070
2011	23.194	114.326
2012	36.709	111.717
2013	36.920	111.972
2014	36.465	111.717
2015 em diante	2.186.949	1.781.711
	2.320.237	2.327.513

NOTA 10 - IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Custo do imobilizado bruto	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos eletrônicos de dados	Florestamento / reflorestamento	Imobilizações em andamento	Total
Saldo em 01/01/2009	5.838.062	19.321.292	258.322	198.155	649.890	502.160	2.669.837	29.437.718
Adições	26.225	279.921	13.887	4.202	74.238	51.940	929.786	1.380.199
Transferências	(45.676)	1.942.361	(9.951)	(33.225)	(27.132)	(17.384)	(1.808.993)	-
Baixas	(30.606)	(771.019)	(17.042)	(22.763)	(119.229)	(73.774)	(82.878)	(1.117.311)
Baixa pela não recuperabilidade (nota 28.2)	(73.138)	(497.488)	(61)	(3.880)	(1.914)	-	(17.599)	(594.080)
Aquisições/alienações de empresas	-	3.189	-	-	-	-	-	3.189
Ganhos/perdas na conversão	(289.136)	(1.139.240)	(37.309)	(26.339)	178.771	-	(89.076)	(1.402.329)
Saldo em 31/12/2009	5.425.731	19.139.016	207.846	116.150	754.624	462.942	1.601.077	27.707.386
Adições	89.107	49.189	6.432	4.133	7.974	108.628	1.023.306	1.288.769
Transferências	519.280	718.598	1.595	12.397	22.457	-	(1.274.327)	-
Baixas	(24.874)	(127.586)	(1.709)	(18.291)	(3.455)	(58.915)	(9.051)	(243.881)
Baixa pela não recuperabilidade (nota 28.2)	-	(168.449)	-	-	-	-	-	(168.449)
Reversão pela não recuperabilidade (nota 28.2)	33.911	154.910	44	-	-	-	-	188.865
Aquisições/alienações de empresas	35.800	109.436	-	-	-	-	27.862	173.098
Ganhos/perdas na conversão	(91.688)	(512.149)	2.618	1.836	(14.849)	-	3.320	(610.912)
Saldo em 31/12/2010	5.987.267	19.362.965	216.826	116.225	766.751	512.655	1.372.187	28.334.876

Depreciação acumulada e Impairment

		Máquinas,						
	Terrenos, prédios e	equipamentos e			Equipamento	Florestamento /	Imobilização em	
	construções	instalações	Móveis e utensílios	Veículos	eletrônico de dados	reflorestamento	andamento	Total
Saldo em 01/01/2009	(1.665.172)	(6.959.903)		(104.184)	(420.679)	(90.340)	(4)	(9.384.370)
Depreciação, amortização e exaustão	(35.620)	(1.442.492)	(9.736)	(11.130)	(42.382)	(21.599)	(361)	(1.563.320)
Transferências	204	(21.139)	1.299	537	1.551	17.691	(143)	-
Baixas	7.963	742.400	16.876	18.937	117.855	68.137	-	972.168
Baixa pela não recuperabilidade (nota 28.2)	3.529	67.513	-	1.574	1.447	-	-	74.063
Ganhos/perdas na conversão	(187.900)	(888.589)	21.518	11.109	(30.920)	(34)	919	(1.073.897)
Saldo em 31/12/2009	(1.876.996)	(8.502.210)	(114.131)	(83.157)	(373.128)	(26.145)	411	(10.975.356)
Depreciação, amortização e exaustão	(232.745)	(1.376.603)	(18.003)	(15.093)	(55.448)	(16.681)	-	(1.714.573)
Transferências	3.867	(984)	(19)	(3.115)	251	-	-	-
Baixas	4.806	80.693	754	12.197	3.663	16.887	-	119.000
Baixa pela não recuperabilidade (nota 28.2)	-	100.440	-	-	-	-	-	100.440
Ganhos/perdas na conversão	83.568	219.397	(1.697)	857	5.891	-	-	308.016
Saldo em 31/12/2010	(2.017.500)	(9.479.267)	(133.096)	(88.311)	(418.771)	(25.939)	411	(12.162.473)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2009	3.548.735	10.636.806	93.715	32.993	381.496	436.797	1.601.488	16.732.030
Saldo em 31/12/2010	3.969.767	9.883.698	83.730	27.914	347.980	486.716	1.372.598	16.172.403

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação, amortização e exaustão:

	Vida útil
	dos ativos imobilizados
Prédios e construções	20 a 33 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Veículos	3 a 5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	2,5 a 6 anos
Florestamento/reflorestamento	Plano de corte

- b) Valores segurados os ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos. A Companhia e as usinas das controladas na América do Norte, Espanha e América Latina, exceto Brasil, e a controlada Gerdau Açominas S.A. também possuem cobertura para lucros cessantes.
- c) Capitalização de juros e encargos financeiros durante o exercício de 2010, foram apropriados encargos financeiros no montante de R\$ 48.246 (R\$ 78.535 em 31/12/2009).
- **d) Valores oferecidos em garantia** foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 129.202 em 31/12/2010 (R\$ 218.833 em 31/12/2009).
- e) Perdas/Reversões pela não recuperabilidade de imobilizado A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade de imobilizado conforme apresentado na nota 28. Em 31/12/2010, o valor remanescente de ativos imobilizado objeto de perdas pela não recuperabilidade totaliza R\$ 34.622 para terrenos, prédios e construções e R\$ 13.089 para máquinas, equipamentos e instalações.

NOTA 11 – INVESTIMENTOS

a) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

		Francisca gética S.A.	Armacero Ind. Com. Ltda.	Joint Ventures América do Norte			Corsa Controladora S.A. de C.V.		Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.			Kalyani Gerdau Steel Ltd.	Maco Holdings Ltda.	Outros	Total
	Investimento	Ágio	Investimento	Investimento	Investimento	Ágio	Investimento	Ágio	Investimento	Investimento	Ágio	Investimento	Investimento	Investimento	
Saldo em 01/01/2009	84.490	17.074	15.938	390.860	292.962	50.885	106.387	170.131	88.136	230.006	230.008	97.262		921	1.775.060
Equivalência	5.966		1.192	(15.579)	(56.347)		13.076		(4.639)	(15.121)		(37.505)			(108.957)
Ajustes de avaliação patrimonial	2.154		(1.323)	(95.592)	(74.128)	(8.319)	(2.933)	(30.454)	(25.409)	(81.550)	(58.680)	2.393	-	135	(373.706)
Baixa pela não recuperabilidade de ativos	-		-	-	-		-		-	-		(46.092)	-	-	(46.092)
Dividendos/juros sobre capital próprio				(20.931)	(2.721)		(17.963)			(4.780)					(46.395)
Saldo em 31/12/2009	92.610	17.074	15.807	258.758	159.766	42.566	98.567	139.677	58.088	128.555	171.328	16.058		1.056	1.199.910
Equivalência	12.765		1.773	829	15.075		7.385		(1.657)	(6.672)		(13.093)	23.049		39.454
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	333	1.844	(8.236)	(3.454)	1.226	1.009	769	7	(9.409)	(1.813)	-		(17.724)
Aquisição/alienação de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	234	234
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.552	74.737	-	99.289
Dividendos/juros sobre capital próprio	(5.182)			(43.788)	441		(8.279)			165					(56.643)
Saldo em 31/12/2010	100.193	17.074	17.913	217.643	167.046	39.112	98.899	140.686	57.200	122.055	161.919	25.704	97.786	1.290	1.264.520

b) Outros investimentos

MRS Logística S.A.	Outros	Total
Investimento	Investimento	
4.772	17.572	22.344
	(2.444)	(2.444)
4.772	15.128	19.900
	(704)	(704)
4.772	14.424	19.196
	S.A. Investimento 4.772 4.772	S.A. Outros Investimento 4.772 17.572 (2.444) 4.772 15.128 (704)

Os resultados da avaliação da recuperabilidade dos investimentos são apresentados na nota 28.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

As alterações no ágio são as seguintes:

	Montante	Perdas acumuladas pela	Ágio após as perdas pela não
	bruto do ágio	não recuperabilidade ativos	recuperabilidade de ativos
Saldo em 01/01/2009	12.274.727	(38.919)	12.235.808
(+/-) Ganhos/perdas na conversão	(2.581.493)	29.377	(2.552.116)
(+) Adições	18.602	-	18.602
(-) Ajustes de alocação do preço de compra	(102.789)	-	(102.789)
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos		(201.657)	(201.657)
Saldo em 31/12/2009	9.609.047	(211.199)	9.397.848
(+/-) Ganhos/perdas na conversão	(332.770)	15.888	(316.882)
(+) Adições	160.944	-	160.944
(-) Baixas	(990.456)		(990.456)
Saldo em 31/12/2010	8.446.765	(195.311)	8.251.454

A composição do ágio por segmento é a seguinte:

	2010	2009
Brasil	465.759	471.167
Aços Especiais	1.800.754	2.812.347
América Latina	696.109	682.998
América do Norte	5.288.832	5.431.336
	8.251.454	9.397.848

Avaliação da recuperação do ágio

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio sobre investimentos, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado.

A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado. Para o exercício findo em 31/12/2010, a Companhia realizou testes de recuperação de ágio para os seus segmentos de negócio, que representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração, com base em projeções de fluxo de caixa descontados que levaram em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo.

Os resultados da avaliação da recuperação do ágio são apresentados na nota 28.

NOTA 13 – OUTROS INTANGÍVEIS

Os outros intangíveis referem-se, substancialmente, ao fundo de comércio decorrente da aquisição de empresas e ao desenvolvimento de *software*:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Relacionamento com fornecedores	Desenvolvimento de software	Cert. redução emissão carbono	Relacionamento com clientes	Outros	Total
Saldo em 01/01/2009	-		22.852	1.679.101	10.977	1.712.930
Variação cambial	-	-	(4.548)	(369.298)	(253)	(374.099)
Aquisição por combinação de negócios	155.682	-	-	-	-	155.682
Perdas pela não recuperabilidade	-	-	-	(270.544)	-	(270.544)
Amortização	(28.637)	-	(10.561)	(190.495)	(1.476)	(231.169)
Saldo em 31/12/2009	127.045		7.743	848.764	9.248	992.800
Variação cambial	-		(2.430)	(30.526)	129	(32.827)
Aquisição	-	82.701	11.897	-	-	94.598
Aquisição por combinação de negócios	-	-	-	30.591	-	30.591
Reversão de perdas pela não recuperabilidade	-	-	-	216.191	-	216.191
Baixas	-	-	(4.925)	-	-	(4.925)
Amortização	(8.129)		-	(110.558)	(918)	(119.605)
Saldo em 31/12/2010	118.916	82.701	12.285	954.462	8.459	1.176.823
Vida útil média estimada	5 a 20 anos	7 anos	Indeterminado	5 a 20 anos	5 anos	

A composição dos outros intangíveis por segmento é a seguinte:

	2010	2009
Brasil	190.228	130.706
Aços Especiais	272.455	60.501
América do Norte	714.140	801.593
	1.176.823	992.800

A amortização dos outros intangíveis é efetuada ao longo da vida útil média estimada e tem como contrapartida a conta de custo das vendas. As aquisições de 2010 referem-se substancialmente ao projeto de desenvolvimento de *software* com aplicação na gestão do negócio e a alocação detalhada na nota 3.5.c. Os resultados da avaliação da recuperação dos outros intangíveis são apresentados na nota 28.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Financiamentos de curto prazo denominados em reias anuais** 2010 Capital de giro 6.09% 15.37% 32.038 Financiamento de investimento 10,85% 5.279 271.378 Financiamento de curto prazo denominados em moeda estrangeira Capital de giro (USS) 1,93% 50.239 124.848 Capital de giro (CIPS) 1,95% 24.373 18.404 Capital de giro (COp\$) 6.82% 79.775 92.738 Capital de giro (CIPS) 4.61% 5.337 472 Capital de giro (MxnS) 4.44 5.930 7.61 Capital de giro (MxnS) 4.48 5.930 7.61 Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo 951,905 74.6850 Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo denominados em rest 2.06 3.23,20 1.749,90 Financiamentos de longo prazo denominados em rest Capital de giro (USS) 2.96 1.06,264 1.141,40 Capital de giro (USS) 2.96 1.06,264 1.141,40 Capital de giro (OSS) 6.		Encargos		
Financiamento de investimento 10,85% 5.729 271.375 Financiamentos de curto prazo denominados em moeda estrangeira 1.93% 502.393 124.894 Capital de giro (US\$) 1.95% 502.393 124.894 Capital de giro (CIp\$) 1.95% 24.373 18.404 Capital de giro (Cop\$) 6.82% 79.775 92.738 Capital de giro (PA\$) 9,78% 35.377 472 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 46.314 7.276 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 43,44% 5.930 7.614 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 43,44% 5.930 7.614 Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante 626.063 621.584 Financiamentos de longo prazo denominados em reais 2 626.063 621.584 Financiamentos de longo prazo denominados em meda estrangeira 2.96% 1.062.624 1.141.440 Capital de giro (US\$) 2.96% 1.062.624 1.141.440 Capital de giro (Wxn§) 3.30% 82.761 149.126 Capital de giro (Wxn§)	Financiamentos de curto prazo denominados em reais	anuais (*)	2010	2009
Financiamentos de curto prazo denominados em moeda estrangeira Capital de giro (USS) 1,93% 502,393 124,894 Capital de giro (CIp\$) 3,30% 100.635 93,247 Capital de giro (CIp\$) 1,95% 24,373 18,404 Capital de giro (PAS) 9,78% 35,377 472 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 46,314 7,276 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 4,34% 5,930 7,614 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 4,34% 5,930 7,614 Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo 626,063 621,584 Financiamentos de longo prazo denominados em reais 1,577,968 1,368,434 Financiamentos de longo prazo denominados em reais Capital de giro (US\$) 2,96% 1,062,624 1,141,440 Capital de giro (US\$) 2,96% 1,062,624 1,141,440 Capital de giro (US\$) 3,30% 82,761 149,126 Capital de giro (OS\$) 6,82% 206,638 300,440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$)	Capital de giro	6,09%	151.379	130.830
Capital de giro (US\$) 1,93% 502.393 124.894 Capital de giro (€) 3,30% 100.635 93.247 Capital de giro (COp\$) 1,95% 24.373 18.404 Capital de giro (COp\$) 6,82% 79.775 92.738 Capital de giro (PA\$) 9,78% 35.377 472 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 46.314 7.276 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 4,34% 5.930 7.614 Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo 626.063 621.884 Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante 1,577.968 1,368.434 Financiamentos de longo prazo denominados em reais Capital de giro (E) 6,33% 939.286 103.604 Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira 2,96% 1,497.509 1,749.301 Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira 2,96% 1,062.624 1,141.40 Capital de giro (US\$) 3,30% 82.761 149.126 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 4.872 12.	Financiamento de investimento	10,85%	5.729	271.375
Capital de giro (€) 3,30% 100.635 93.247 Capital de giro (Clp\$) 1,95% 24,373 18.404 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 79.775 92.738 Capital de giro (PA\$) 9,78% 35.377 472 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 46.314 7.276 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 4,34% 5.930 7.614 Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo 626.063 621.584 Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante 1.577.968 1.368.434 Financiamentos de longo prazo denominados em reais Capital de giro 6,33% 939.286 103.604 Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira 2,96% 1.062.624 1.141.440 Capital de giro (U\$\$) 2,96% 1.062.624 1.141.440 Capital de giro (Wnsh)\$ 2,96% 1.062.624 1.241.440 Capital de giro (Cop\$) 6,82 206.638 300.440 Capital de giro (Cop\$) 6,82 206.638 300.440 Obriga	Financiamentos de curto prazo denominados em moeda estrangeira			
Capital de giro (Clp\$) 1,95% 24.373 18.404 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 79.775 92.738 Capital de giro (PA\$) 9,78% 35.377 472 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 46.314 7.276 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 4,34% 5.930 7.614 Financiamentos de innaciamentos de longo prazo 626.063 621.584 Financiamentos de longo prazo denominados em reais - 1.577.968 1.368.434 Financiamentos de longo prazo denominados em reais Capital de giro 6,33% 939.286 103.604 Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira 2,96% 1.049.509 1.749.301 Capital de giro (US\$) 2,96% 1.062.624 1.141.440 Capital de giro (Mxn\$) 2,96% 1.062.624 1.141.440 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 206.638 300.440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) 6,74% 4,872 1.204 Capital de giro (Cop\$) 6,71% 6,709.187 4,840.778 7.84 2.942.628 Adiantamen	Capital de giro (US\$)	1,93%	502.393	124.894
Capital de giro (Cop\$) 6,82% 79,775 92,738 Capital de giro (PA\$) 9,78% 35,377 472 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 46,314 7,276 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 4,34% 5,930 7,614 Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo 626,063 621,584 Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante 8,33% 939,286 103,604 Financiamentos de longo prazo denominados em reais 2,96% 1,497,509 1,749,301 Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira 2,96% 1,062,624 1,141,440 Capital de giro (US\$) 2,96% 1,062,624 1,141,440 Capital de giro (Wx\$) 3,30% 82,761 149,126 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 20,638 30,440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) 7,45% 4,872 12,041 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 20,6,38 30,440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) 6,71% 6,709,187 4,840,778 Ten Y	Capital de giro (€)	3,30%	100.635	93.247
Capital de giro (PA\$) 9,78% 35.377 472 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 46.314 7.276 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 4,34% 5.930 7.614 Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo 626.063 621.584 Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante 1.577.968 1.368.434 Financiamentos de longo prazo denominados em reais Capital de giro 6,33% 939.286 103.604 Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira 7,90% 1.497.509 1.749.301 Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira 2,96% 1.062.624 1.141.440 Capital de giro (US\$) 2,96% 1.062.624 1.49.126 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 4.872 12.041 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 206.638 300.440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) - - 1.046.780 Ten Years Bonds (US\$) 6,71% 6.709.187 4.840.778 Term Loan Facility (US\$) 1,68%	Capital de giro (Clp\$)	1,95%	24.373	18.404
Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 46.314 7.276 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 4,34% 5.930 7.614 Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo 626.063 621.584 Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante 1.577.968 1.368.434 Financiamentos de longo prazo denominados em reais Capital de giro 6,33% 939.286 103.604 Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira 3,90% 1.062.624 1.141.440 Capital de giro (US\$) 2,96% 1.062.624 1.141.440 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 4.872 12.041 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 4.872 12.041 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 206.638 300.440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) - - 1.046.780 Term Loan Facility (US\$) 6,71% 6,709.187 4.840.778 Term Loan Facility (US\$) 1,68% 2.073.264 2.942.628 Adiantamentos de exportações (US\$) 5,91% 130.138 514.015<	Capital de giro (Cop\$)	6,82%	79.775	92.738
Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 4,34% 5,930 7,614 Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo 626,063 621,584 Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante 1,577,968 1368,434 Financiamentos de longo prazo denominados em reais Capital de giro 6,33% 939,286 103,604 Financiamentos de longo prazo denominados em meda estrangeira - 1,497,509 1,749,301 Financiamentos de longo prazo denominados em meda estrangeira 2,96% 1,062,624 1,141,440 Capital de giro (US\$) 3,30% 82,761 149,126 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 4,872 12,041 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 206,638 300,440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) - 1,046,780 Ten Years Bonds (US\$) 6,71% 6,799,187 4,840,778 Term Loan Facility (US\$) 1,68% 2,073,264 2,942,628 Adiantamentos de exportações (US\$) 5,91% 130,138 514,015 Financiamento de investimento (US\$) 3,59% 241,	Capital de giro (PA\$)	9,78%	35.377	472
Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo 746.850 Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante 626.063 621.584 Financiamentos de longo prazo denominados em reais Capital de giro 6,33% 939.286 103.604 Financiamento de imobilizado 7,90% 1.497.509 1.749.301 Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira Capital de giro (US\$) 2,96% 1.062.624 1.141.440 Capital de giro (Mxn\$) 3,30% 82.761 149.126 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 206.638 300.440 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 206.638 300.440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) - 1.046.780 Ten Years Bonds (US\$) 6,71% 6.709.187 4.840.778 Term Loan Facility (US\$) 1,68% 2.073.264 2.942.628 Adiantamentos de exportações (US\$) 5,91% 130.138 514.015 Financiamento de investimento (US\$) 4,34% 38.323 81.488 Financiamento de imobilizado e outros (US\$)	Capital de giro (Mxn\$)	7,45%	46.314	7.276
Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo 626.063 621.584 Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante 1.577.968 1.368.434 Financiamentos de longo prazo denominados em reais Capital de giro 6,33% 939.286 103.604 Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira 7,90% 1.497.509 1.749.301 Capital de giro (US\$) 2,96% 1.062.624 1.141.440 Capital de giro (OS\$) 3,30% 82.761 149.126 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 4.872 12.041 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 20.6638 300.440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) - - 1.046.780 Ten Years Bonds (US\$) 6,71% 6.709.187 4.840.778 Term Loan Facility (US\$) 1,68% 2.073.264 2.942.628 Adiantamentos de exportações (US\$) 5,91% 130.138 514.015 Financiamento de investimento (US\$) 4,34% 38.323 81.488 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 3,59% 241.517	Financiamento de imobilizado e outros (US\$)	4,34%	5.930	7.614
Financiamentos de longo prazo denominados em reais 5.368.434 Capital de giro 6.33% 939.286 103.604 Financiamento de imobilizado 7,90% 1.497.509 1.749.301 Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira Capital de giro (US\$) 2,96% 1.062.624 1.141.440 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 4.872 12.041 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 206.638 300.440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) - - 1.046.780 Ten Years Bonds (US\$) 6,71% 6,709.187 4,840.778 Term Loan Facility (US\$) 1,68% 2,073.264 2,942.628 Adiantamentos de exportações (US\$) 5,91% 130.138 514.015 Financiamento de investimento (US\$) 4,34% 38.323 81.488 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 241.517 303.098 Menos: parcela circulante (626.063) (621.584) Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante 12.360.056 12.563.155			951.905	746.850
Financiamentos de longo prazo denominados em reais Capital de giro 6,33% 939.286 103.604 Financiamento de imobilizado 7,90% 1.497.509 1.749.301 Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira Capital de giro (US\$) 2,96% 1.062.624 1.141.440 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 4.872 12.041 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 206.638 300.440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) - 1.046.780 Ten Years Bonds (US\$) 6,71% 6.709.187 4.840.778 Term Loan Facility (US\$) 1,68% 2.073.264 2.942.628 Adiantamentos de exportações (US\$) 5,91% 130.138 514.015 Financiamento de investimento (US\$) 4,34% 38.323 81.488 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 3,59% 241.517 303.098 Menos: parcela circulante (626.063) (621.584) Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante 12.360.056 12.563.155	Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo		626.063	621.584
Capital de giro 6,33% 939.286 103.604 Financiamento de imobilizado 7,90% 1.497.509 1.749.301 Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira Capital de giro (US\$) 2,96% 1.062.624 1.141.440 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 4.872 12.041 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 206.638 300.440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) - 1.046.780 Ten Years Bonds (US\$) 6,71% 6.709.187 4.840.778 Term Loan Facility (US\$) 1,68% 2.073.264 2.942.628 Adiantamentos de exportações (US\$) 5,91% 130.138 514.015 Financiamento de investimento (US\$) 4,34% 38.323 81.488 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 3,59% 241.517 303.098 Menos: parcela circulante (626.063) (621.584) Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante 12.360.056 12.563.155	Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante	_	1.577.968	1.368.434
Financiamento de imobilizado 7,90% 1.497.509 1.749.301 Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira Capital de giro (US\$) 2,96% 1.062.624 1.141.440 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 4.872 12.041 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 206.638 300.440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) - 1.046.780 Ten Years Bonds (US\$) 6,71% 6.709.187 4.840.778 Term Loan Facility (US\$) 1,68% 2.073.264 2.942.628 Adiantamentos de exportações (US\$) 5,91% 130.138 514.015 Financiamento de investimento (US\$) 4,34% 38.323 81.488 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 3,59% 241.517 303.098 Menos: parcela circulante (626.063) (621.584) Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante 12.360.056 12.563.155	Financiamentos de longo prazo denominados em reais			
Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira Capital de giro (US\$) 2,96% 1.062.624 1.141.440 Capital de giro (€) 3,30% 82.761 149.126 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 4.872 12.041 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 206.638 300.440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) - 1.046.780 Ten Years Bonds (US\$) 6,71% 6.709.187 4.840.778 Term Loan Facility (US\$) 1,68% 2.073.264 2.942.628 Adiantamentos de exportações (US\$) 5,91% 130.138 514.015 Financiamento de investimento (US\$) 4,34% 38.323 81.488 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 3,59% 241.517 303.098 Menos: parcela circulante (626.063) (621.584) Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante 12.360.056 12.563.155	Capital de giro	6,33%	939.286	103.604
Capital de giro (US\$) 2,96% 1.062.624 1.141.440 Capital de giro (€) 3,30% 82.761 149.126 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 4.872 12.041 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 206.638 300.440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) - 1.046.780 Ten Years Bonds (US\$) 6,71% 6.709.187 4.840.778 Term Loan Facility (US\$) 1,68% 2.073.264 2.942.628 Adiantamentos de exportações (US\$) 5,91% 130.138 514.015 Financiamento de investimento (US\$) 4,34% 38.323 81.488 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 3,59% 241.517 303.098 Menos: parcela circulante (626.063) (621.584) Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante 12.360.056 12.563.155	Financiamento de imobilizado	7,90%	1.497.509	1.749.301
Capital de giro (€) 3,30% 82.761 149.126 Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 4.872 12.041 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 206.638 300.440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) - 1.046.780 Ten Years Bonds (US\$) 6,71% 6.709.187 4.840.778 Term Loan Facility (US\$) 1,68% 2.073.264 2.942.628 Adiantamentos de exportações (US\$) 5,91% 130.138 514.015 Financiamento de investimento (US\$) 4,34% 38.323 81.488 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 3,59% 241.517 303.098 Menos: parcela circulante (626.063) (621.584) Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante 12.360.056 12.563.155	Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira			
Capital de giro (Mxn\$) 7,45% 4.872 12.041 Capital de giro (Cop\$) 6,82% 206.638 300.440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) - 1.046.780 Ten Years Bonds (US\$) 6,71% 6.709.187 4.840.778 Term Loan Facility (US\$) 1,68% 2.073.264 2.942.628 Adiantamentos de exportações (US\$) 5,91% 130.138 514.015 Financiamento de investimento (US\$) 4,34% 38.323 81.488 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 3,59% 241.517 303.098 Menos: parcela circulante (626.063) (621.584) Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante 12.360.056 12.563.155	Capital de giro (US\$)	2,96%	1.062.624	1.141.440
Capital de giro (Cop\$) 6,82% 206.638 300.440 Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) - 1.046.780 Ten Years Bonds (US\$) 6,71% 6.709.187 4.840.778 Term Loan Facility (US\$) 1,68% 2.073.264 2.942.628 Adiantamentos de exportações (US\$) 5,91% 130.138 514.015 Financiamento de investimento (US\$) 4,34% 38.323 81.488 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 3,59% 241.517 303.098 Menos: parcela circulante (626.063) (621.584) Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante 12.360.056 12.563.155	Capital de giro (€)	3,30%	82.761	149.126
Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$) - 1.046.780 Ten Years Bonds (US\$) 6,71% 6.709.187 4.840.778 Term Loan Facility (US\$) 1,68% 2.073.264 2.942.628 Adiantamentos de exportações (US\$) 5,91% 130.138 514.015 Financiamento de investimento (US\$) 4,34% 38.323 81.488 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 3,59% 241.517 303.098 Menos: parcela circulante (626.063) (621.584) Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante 12.360.056 12.563.155	Capital de giro (Mxn\$)	7,45%	4.872	12.041
Ten Years Bonds (US\$) 6,71% 6.709.187 4.840.778 Term Loan Facility (US\$) 1,68% 2.073.264 2.942.628 Adiantamentos de exportações (US\$) 5,91% 130.138 514.015 Financiamento de investimento (US\$) 4,34% 38.323 81.488 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 3,59% 241.517 303.098 Menos: parcela circulante (626.063) (621.584) Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante 12.360.056 12.563.155	Capital de giro (Cop\$)	6,82%	206.638	300.440
Term Loan Facility (US\$) 1,68% 2.073.264 2.942.628 Adiantamentos de exportações (US\$) 5,91% 130.138 514.015 Financiamento de investimento (US\$) 4,34% 38.323 81.488 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 3,59% 241.517 303.098 Menos: parcela circulante (626.063) (621.584) Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante 12.360.056 12.563.155	Obrigações ao portador (Bond Perpétuo) (US\$)		-	1.046.780
Adiantamentos de exportações (US\$) 5,91% 130.138 514.015 Financiamento de investimento (US\$) 4,34% 38.323 81.488 Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 3,59% 241.517 303.098 Menos: parcela circulante (626.063) (621.584) Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante 12.360.056 12.563.155	Ten Years Bonds (US\$)	6,71%	6.709.187	4.840.778
Financiamento de investimento (US\$) 4,34% 38.323 81.488 Financiamento de investimento (US\$) 3,59% 241.517 303.098 Menos: parcela circulante 12.986.119 13.184.739 Menos: parcela circulante (626.063) (621.584) Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante 12.360.056 12.563.155	Term Loan Facility (US\$)	1,68%	2.073.264	2.942.628
Financiamento de imobilizado e outros (US\$) 3,59% 241.517 303.098 12.986.119 13.184.739 Menos: parcela circulante (626.063) (621.584) Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante 12.360.056 12.563.155	Adiantamentos de exportações (US\$)	5,91%	130.138	514.015
Menos: parcela circulante 12.986.119 13.184.739 Menos parcela circulante (626.063) (621.584) Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante 12.360.056 12.563.155	Financiamento de investimento (US\$)	4,34%	38.323	81.488
Menos: parcela circulante(626.063)(621.584)Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante12.360.05612.563.155	Financiamento de imobilizado e outros (US\$)	3,59%	241.517	303.098
Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante 12.360.056 12.563.155			12.986.119	13.184.739
			(626.063)	(621.584)
Total financiamentos 13.938.024 13.931.589				
	Total financiamentos	_	13.938.024	13.931.589

^(*) Custo médio ponderado efetivo de juros em 31/12/2010.

Os empréstimos e financiamentos denominados em reais são indexados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo - taxa de juros definida trimestralmente pelo Governo Federal, utilizada para correção de empréstimos de longo prazo concedidos pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), ou pelo IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado: índice de inflação brasileiro, apurado pela Fundação Getúlio Vargas) ou pelo CDI (Certificados de Depósitos Interbancários).

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

	2010	2009
Real (R\$)	2.593.903	2.255.110
Dólar Norte-Americano (US\$)	10.763.376	11.002.735
Euro (€)	183.396	242.373
Peso Colombiano (Cop\$)	286.413	393.178
Peso Argentino (PA\$)	35.377	472
Peso Chileno (Clp\$)	24.373	18.404
Peso Mexicano (Mxn\$)	51.186	19.317
	13.938.024	13.931.589

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2010	2009
2011		677.664
2012	1.547.697	2.650.655
2013	2.589.530	2.305.967
2014	787.169	378.255
2015 em diante	7.435.660	6.550.614
	12.360.056	12.563.155

a) Ten Years Bonds

Bond 2021

Em 01/10/2010, a subsidiária Gerdau Trade Inc. concluiu operação financeira de emissão de *bonds* no valor total de US\$ 1,25 bilhão e vencimento final em 30/01/2021. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A. Em 31/12/2010, o saldo de principal nesta operação era de R\$ 2.082.750. Parte dos recursos desta emissão foram utilizados para liquidação antecipada das obrigações ao portador (*Bond Perpétuo*), no valor de US\$ 600 milhões (R\$ 1.031 milhões na data do resgate). Estas obrigações foram captadas em 15/09/2005 e não tinham vencimento final, sendo que a partir de 22/09/2010, a Gerdau passou a ter o direito de exercer a recompra dos títulos.

Bond 2020

Em 18/11/2009, a subsidiária Gerdau Holdings Inc. concluiu operação financeira de emissão de *bonds* no valor total de US\$ 1,25 bilhão e vencimento final em 20/01/2020. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A. Em 31/12/2010, o saldo de principal nesta operação era de US\$ 1,25 bilhão (R\$ 2.082.750 em 31/12/2010).

Bond 2017

Em 22/10/2007, a subsidiária GTL Trade Finance Inc. concluiu operação financeira de emissão de *bonds* no valor total de US\$ 1 bilhão com posterior reabertura para adicionais US\$ 500 milhões, totalizando dívida de US\$ 1,5 bilhão e vencimento final em 20/10/2017. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A. Em 31/12/2010, o saldo de principal nesta operação era de US\$ 1,5 bilhão (R\$ 2.499.300 em 31/12/2010).

b) Term Loan Facility

Em 10/09/2007, as subsidiárias Gerdau Ameristeel US Inc. e GNA Partners, concluiram operação financeira para financiamento de aquisição no valor total de US\$ 2,75 bilhões e vencimento final em 14/09/2013. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A., Gerdau Ameristeel Corporation, Gerdau Açominas Overseas Limited. Em 31/12/2010, o saldo de principal nesta operação era de US\$ 1,26 bilhão (R\$ 2.103.578 em 31/12/2010).

c) Garantias

Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINAME/BNDES, cujo saldo devedor, na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas, era de R\$ 85.134, foram oferecidos os bens objeto destes, em alienação fiduciária. Para certos financiamentos as garantias são avais dos controladores, sobre os quais a Companhia paga uma remuneração de 0,95% a.a., calculada sobre o montante avalizado.

d) Covenants

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados covenants financeiros em alguns dos contratos de dívida.

No segundo trimestre de 2009 a Administração da Companhia, tendo por base projeções que consideravam a crise econômica global e seu impacto no mercado siderúrgico, concluiu que havia a possibilidade de que a Companhia pudesse vir a descumprir temporariamente alguns dos *covenants* financeiros em determinados contratos de dívida, e que este descumprimento possivelmente, caso viesse a ocorrer, se daria no final do terceiro ou do quarto trimestres de 2009.

Assim, numa atitude pró-ativa, a Companhia iniciou trabalhos sobre uma proposta de restabelecimento temporário dos *covenants* financeiros (*covenant reset*) e, durante o segundo trimestre de 2009, apresentou esta proposta aos credores envolvidos em contratos de dívidas sujeitos a *covenants* financeiros. Em 22/06/2009, a Companhia obteve aprovação por

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

100% dos credores envolvidos, o que representou um universo de 43 instituições financeiras e um volume de US\$ 3,7 bilhões do endividamento total da Companhia.

O *covenant reset* entraria em vigor caso houvesse quebra de algum dos *covenants* originais, o que de fato ocorreu em 30/09/2009. Tal estrutura permaneceu ativa até 30/09/2010, quando não se fez mais necessária.

Seguem abaixo breves descrições dos covenants financeiros requeridos nos contratos de dívida.

Todos os *covenants* descritos abaixo são calculados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS da Gerdau S.A., exceto o item IV, que se refere à Demonstração Financeira Consolidada da Metalúrgica Gerdau S.A..

- I) Consolidated Interest Coverage Ratio (nível de cobertura da despesa financeira) mede a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA conforme definido no contrato com os bancos (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização, reversão/perdas pela não recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação). O índice contratual indica que o EBITDA dos últimos 12 meses deve representar, no mínimo, 3 vezes a despesa financeira do mesmo período. Em 31/12/2010 este índice era de 4,6 vezes;
- **II**) Consolidated Leverage Ratio (nível de cobertura da dívida) mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA conforme definido no contrato com os bancos. O índice contratual indica que o nível de endividamento bruto não pode ultrapassar 4 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Em 31/12/2010 este índice era de 2,8 vezes;
- **III**) Required Minimum Net Worth (Patrimônio Líquido mínimo requerido) mede o Patrimônio Líquido mínimo requerido da Gerdau S.A. em contratos financeiros. O índice contratual indica que o Patrimônio Líquido deve ser superior a R\$ 3.795.200. Em 31/12/2010 o Patrimônio Líquido era R\$ 20.147.615; e
- **IV**) *Current Ratio* (índice de liquidez corrente) mede a capacidade em atender as obrigações de curto prazo. O índice contratual indica que a razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante deve ser superior a 0,8 vezes. Em 31/12/2010 este índice era de 2,6 vezes.

A penalidade prevista em contrato em caso do não cumprimento dos *covenants* financeiros é a possibilidade de declaração de inadimplência pelos credores e o vencimento antecipado dos contratos de dívida da Companhia.

e) Linhas de crédito e contas garantidas

Em junho de 2009, as empresas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e, a então Aços Villares SA. obtiveram uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$ 1.500.025 para reformas e modernizações em diversas áreas, ampliações de capacidade de produção de determinadas linhas de produtos, investimentos em logística e geração de energia, além de projetos ambientais e de sustentabilidade. Esses recursos serão disponibilizados à medida que as controladas realizam seu plano próprio de investimentos e apresentem ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros contratada foi TJLP + 2,21% a.a.. Os contratos são garantidos pelo aval e por covenants financeiros da Metalúrgica Gerdau S.A.. Essa linha de crédito não estava sendo utilizada em 31/12/2010.

Em 27/05/2008, a Gerdau Aços Longos S.A. obteve uma aprovação junto ao BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante total de R\$ 543.413 para financiamento da construção do Complexo Energético Caçú / Barra dos Coqueiros, com carência de 6 meses após início das atividades, até outubro de 2010. Em 31/12/2010, R\$ 499.836 dessa linha haviam sido utilizados. A amortização ocorrerá no período de novembro de 2010 a outubro de 2024, a uma taxa de juros contratada de TJLP + 1,46% a.a..

As controladas da América do Norte possuem linha de crédito no valor de US\$ 650 milhões (R\$ 1.083.030 em 31/12/2010), com vencimento em dezembro de 2012. Os estoques e contas a receber das controladas foram dados em garantia a essa linha. Em 31/12/2010, a linha não estava em utilização.

Em maio de 2008, a controlada Gerdau MacSteel Inc. obteve uma linha de crédito junto a um consórcio de bancos liderados pelo Citibank N.A., no valor total de US\$ 100 milhões (R\$ 166.620 em 31/12/2010) por um prazo de 3 anos, a título de crédito rotativo. Em 31/12/2010, a linha não estava em utilização. A taxa de juros contratada foi *Libor* + 1,25% a.a.. As seguintes empresas são garantidoras deste empréstimo: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A..

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 15 – DEBÊNTURES

	Assembléia	Quantidade	em 31/12/2010				
Emissão	Geral	Emitida	Em carteira	Vencimento	Encargos anuais	2010	2009
Metalúrgica Gerdau S.A.							
4^{a}	09/06/2008	131280		15/06/2011	0,75% + TJLP	3.788	
4ª	09/06/2008	131280		09/06/2013	0,75%+TJLP	1.302.803	1.115.744
Gerdau S.A.							
3ª - A e B	27/05/1982	144.000	97.187	01/06/2011	CDI	115.069	115.844
7ª	14/07/1982	68.400	45.349	01/07/2012	CDI	40.717	33.838
8ª	11/11/1982	179.964	5.548	02/05/2013	CDI	463.656	313.986
9ª	10/06/1983	125.640	35.816	01/09/2014	CDI	14.452	42.380
11ª - A e B	29/06/1990	150.000	124.573	01/06/2020	CDI	98.077	94.931
					_	731.971	600.979
Debêntures da Gerdau S.A. em poder da Empresa						(12.960)	(5.409)
Total Consolidado					=	2.025.602	1.711.314
Parcela do Circulante						105.897	-
Parcela do Não-circulante						1.919.705	1.711.314

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	2010	2009
2011	-	115.844
2012	40.717	33.838
2013	1.766.459	1.429.730
2014	14.452	42.380
2015 em diante	98.077	94.931
	1.919.705	1.711.314

Debêntures emitidas pela Metalúrgica Gerdau S.A.

Em 21/05/2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 4ª emissão de debêntures da Metalúrgica Gerdau S.A.. A emissão destinou-se a subscrição por parte do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, mediante a entrega da totalidade de sua participação no capital social da Aços Villares S.A.. As debêntures possuem valor nominal unitário de R\$ 9.923,85, em 09/06/2008, data de emissão. Foram emitidas 131.280 debêntures, totalizando R\$ 1.306.591 em 31/12/2010 (R\$ 1.115.745 em 31/12/2009), e seu vencimento se dará no prazo de 5 anos, a partir da data da emissão. Cada debênture poderá ser permutada por 200 ações preferenciais de emissão da Gerdau S.A., a qualquer tempo, a exclusivo critério do detentor da debênture, desde a data de emissão até a data do vencimento do título. As debêntures percebem juros anuais de 0,75% + variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, exigíveis semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano.

Debêntures emitidas pela Gerdau S.A.

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). A taxa nominal média anual de juros foi de 9,75% e 9,88% em 31/12/2010 e 31/12/2009, respectivamente.

NOTA 16 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais - a Metalúrgica Gerdau S.A. e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, bônus perpétuos e encargos, *Ten Years Bonds, Term Loan Facility*, financiamentos outros, debêntures, ganhos não realizados com derivativos, perdas não realizadas com derivativos, outras contas a receber, outras contas a pagar e opções por compra de ações. Estas operações têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e contra variações de taxas de juros, sem fins especulativos.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A Companhia utiliza instrumentos derivativos e não derivativos como o *hedge* de determinadas operações e, aplica a metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para algumas dessas transações.

b) Valor de mercado - o valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados, está demonstrado a seguir:

		2010		2009
	Valor	Valor de	Valor	Valor de
	contábil_	mercado	contábil	mercado
Caixa e equivalentes de caixa	1.062.247	1.062.247	2.100.142	2.100.142
Aplicações financeiras	1.147.160	1.147.160	2.733.364	2.733.364
Contas a receber de clientes	3.153.025	3.153.025	2.585.707	2.585.707
Fornecedores	1.783.390	1.783.390	1.705.154	1.705.154
Bônus perpétuos	-	-	1.044.720	1.069.271
Ten Years Bonds	6.709.187	7.167.676	4.840.778	5.047.889
Term Loan Facility	2.073.264	2.073.264	2.942.628	2.942.628
Financiamentos outros	5.155.573	5.155.573	5.103.463	5.103.463
Debêntures	2.025.602	2.025.602	1.711.314	1.711.314
Ganhos não realizados com derivativos	6.312	6.312	20.034	20.034
Perdas não realizadas com derivativos	92.476	92.476	92.860	92.860
Outras contas a receber	447.280	447.280	585.327	585.327
Outras contas a pagar	770.017	770.017	588.732	588.732
Obrigações por compra de ações	1.256.740	1.256.740	1.189.965	1.189.965

O valor de mercado dos títulos *Ten years Bonds* e Bônus perpétuos (*Perpetual bonds*) são baseados em cotações no mercado secundário destes títulos.

Os demais instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de preço das commodities: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que as controladas da Companhia vendem ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de operar num mercado de commodities, as controladas da Companhia poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais. Para minimizar esse risco, as controladas da Companhia monitoram permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos ou ativos (aplicações) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas ou contratando *hedges*, de taxas variáveis (como a *Libor* e o CDI) para fixas, com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar ou outras moedas, ficando assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente irá ser afetado por um movimento da moeda estrangeira. Portanto, além das contas a receber originado por exportações e dos investimentos no exterior que se constituem, em termos econômicos, em *hedge* natural, a Companhia avalia a contratação de operações de *hedge*, mais usualmente operações de *swaps*, caso a Companhia tenha mais passivos em dólar do que ativos.

Risco de crédito: esse risco advém da possibilidade de as controladas da Companhia não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, as controladas da Companhia adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido, lucros acumulados e reservas de lucros), baseada em políticas internas e benchmarks. Nos últimos anos, a metodologia BSC (Balance Scorecard) foi utilizada para a elaboração de mapas estratégicos com objetivos e indicadores dos principais processos. Os indicadores chave (KPI – Key Perfomance Indicators) relacionados ao objetivo "Gestão da Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Total/EBITDA ajustado, Índice de Cobertura de Juros e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. A Dívida Total é formada pelos Empréstimos e financiamentos (nota 14) e pelas Debêntures (nota 15). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado.

A empresa busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo:

WACC entre 10%-13% a.a.

Dívida Bruta/EBITDA entre 2x e 3x
Índice de Cobertura de Juros maior que 5x
Relação Dívida/Patrimônio Líquido entre 40%-60% e 60%-40%

Estes indicadores chave são usados para os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados nas notas 14 e 15, respectivamente.

A seguir são apresentados os vencimentos dos passivos financeiros:

					2010
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Obrigações de longo prazo	12.986.119	626.063	4.137.227	790.504	7.432.325
Debêntures	2.025.602	105.897	1.807.176	14.452	98.077
Opção de compra de participação remanescente da PCS	40.341	40.341	-	-	-
Opção de venda concedida ao Grupo Santander e Corporación Sidenor	464.868	-	-	464.868	-
Opção de compra e venda de participação remanescente da Sipar	11.497	-	-	11.497	-
Opção de venda concedida ao BNDES	740.034	_	740.034	_	-
••	16.268.461	772.301	6.684.437	1.281.321	7.530.402
					2009
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 an os	Mais de 5 anos
Obrigações de longo prazo	13.184.739	621.584	3.328.319	2.684.222	6.550.614
Debêntures	1.711.314	-	149.682	1.466.701	94.931
Opção de compra de participação remanescente da PCS	56.483	-	56.483	-	-
Opção de venda concedida ao Grupo Santander e Corporación Sidenor	449.599	-	449.599	-	-
Opção de compra e venda de participação remanescente da Sipar	12.014	-	-	-	12.014
Opção de venda concedida ao BNDES					
opguo de venda concedida do BIABED	671.869	<u> </u>	671.869	-	-

Análises de sensibilidade:

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade que podem ser assim resumidos:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Impacto no resultado e na Demons	stração dos Resultados A	Abrangentes
Premissa	Variação	2010
Variações na moeda estrangeira	5%	88.535
Variações nas taxas de juros	0,1%	81.312
Variações no preço dos produtos vendidos	1%	313.932
Variações no preço das mercadorias e no preço das matérias-primas	1%	182.081
Swaps de taxas de juros	0,1%	3.347
Swaps de moedas e dos NDF's (Non Deliverable Forwards):	5%	3.941

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira (Foreign currency sensitivity analysis): a Companhia possui exposição de variações em moeda estrangeira, principalmente nos empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes empréstimos e financiamentos em aberto na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Em 31/12/2010, a Companhia está principalmente exposta a variações entre o Real e o Dólar, em virtude de suas controladas localizadas fora do Brasil terem empréstimos tomados principalmente na mesma moeda das suas moedas funcionais. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de câmbio monta, em 31/12/2010, a R\$ 88.535 (R\$ 199.427 em 31/12/2009) e representa uma receita se ocorrer uma apreciação do Real frente ao Dólar ou uma despesa no caso de uma depreciação do Real frente ao Dólar. A Companhia acredita que a valorização do dólar frente ao Real para o ano de 2011 será de 2%.

Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros (*Interest rate sensitivity analysis*): a Companhia possui exposição a riscos de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos e debêntures. A análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 0,1% sobre estes empréstimos e financiamentos e debêntures em aberto na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de juros monta, em 31/12/2010, R\$ 81.312 (R\$ 71.081 em 31/12/2009) e impactaria a conta de despesas financeiras na Demonstração do Resultado Consolidado. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures, são apresentadas nas notas 14 e 15, e são principalmente compostas por *Libor* e CDI – Certificado de Depósito Interbancário. Em função das fortes reduções de juros internacionais, como a *Libor*, que ocorreram no mundo todo em virtude da crise, a Companhia acredita que, no longo prazo, as curvas de juros podem voltar a subir com o reaquecimento econômico.

Análise de sensibilidade das variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção: a Companhia possui exposição de variações no preço das mercadorias. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos totaliza R\$ 313.932 em 31/12/2010 (R\$ 265.401 em 31/12/2009) e matérias primas e demais insumos montam R\$ (182.081) em 31/12/2010 (R\$ (155.485) em 31/12/2009). O impacto no preço dos produtos vendidos e matérias primas seriam registrados nas linhas de Vendas líquidas e Custo das Vendas, respectivamente, na Demonstração Consolidada do Resultado. A Companhia não espera estar mais vulnerável a mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias primas.

Análise de sensibilidade dos *swaps* de taxas de juros: a Companhia possui exposição a *swaps* de taxa de juros para alguns de seus empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 0,1% na curva de juros (*Libor*) e os seus impactos na marcação a mercado dos *swaps*. Um aumento de 0,1% na taxa de juros representa uma receita de R\$ 3.347 (R\$ 9.040 em 31/12/2009) e uma redução de 0,1% na taxa de juros representa uma despesa de R\$ 3.347 (R\$ 9.040 em 31/12/2009). Estes *swaps* foram contratados para eliminar as variações de taxa variável para fixa (passivo). Em 31/12/2010, estes efeitos seriam reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados abrangentes, nos montantes de R\$ 311 e de R\$ 3.036, respectivamente (R\$ 2.075 e R\$ 6.965 em 31/12/2009). Estes efeitos de alterações nos *hedge* de fluxos de caixa são registrados na demonstração consolidada dos resultados abrangentes e subsequentemente reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na liquidação da operação.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Análise de sensibilidade dos *swaps* de moedas e dos Contratos futuros de dólar: a Companhia possui exposição a *swaps* de moedas (*cross currency swaps*) e a Contratos futuros de dólar para alguns de seus ativos e passivos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre do dólar frente ao peso colombiano e ao real, e os seus efeitos na marcação a mercado desses derivativos. Um aumento de 5% do dólar frente a estas moedas representa uma despesa de R\$ 3.941 (R\$ 2.960 em 31/12/2009), e uma redução de 5% do dólar frente a estas moedas representa uma receita de R\$ 3.941 (R\$ 2.960 em 31/12/2009). Estes Contratos futuros de dólar foram contratados para cobertura da posição ativa (Exportação). Estes efeitos seriam registrados na demonstração consolidada dos resultados abrangentes e subsequentemente reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na liquidação da operação.

Conforme determinado pela Instrução CVM Nº 475/08, segue quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo:

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Contratos futuros de dólar	Variação na taxa de câmbio	3.941	19.707	39.415
Contratos <i>swap</i> <i>Swap</i> de taxa de juros	Queda <i>Libor</i> 6 Meses	3.347	8.901	17.736
Cenário			25%	50%

d) Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

2010 Ativos	Empréstimos e recebíveis	Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio Líquido	Total
Aplicações financeiras	-	1.110.804	36.356	1.147.160
Ganhos não realizados com derivativos	-	6.312	-	6.312
Contas a receber de clientes	3.153.025	-	=	3.153.025
Outras contas a receber	447.280	-	-	447.280
Caixa e equivalentes de caixa	1.062.247		_	1.062.247
Total	4.662.552	1.117.116	36.356	5.816.024
	Passivos a valor de	Passivos a valor de mercado com		
	mercado com ganhos e perdas reconhecidos no	ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio	Outros passivos financeiros ao	
Passivos	ganhos e perdas	reconhecidos no	financeiros ao custo amortizado	Total
Fornecedores	ganhos e perdas reconhecidos no	reconhecidos no Patrimônio	financeiros ao custo amortizado 1.783.390	1.783.390
Fornecedores Ten Years Bonds	ganhos e perdas reconhecidos no	reconhecidos no Patrimônio	financeiros ao custo amortizado 1.783.390 6.709.187	1.783.390 6.709.187
Fornecedores Ten Years Bonds Term Loan Facility	ganhos e perdas reconhecidos no	reconhecidos no Patrimônio	financeiros ao custo amortizado 1.783.390 6.709.187 2.073.264	1.783.390 6.709.187 2.073.264
Fornecedores Ten Years Bonds Term Loan Facility Financiamentos outros	ganhos e perdas reconhecidos no	reconhecidos no Patrimônio	financeiros ao custo amortizado 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573	1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573
Fornecedores Ten Years Bonds Term Loan Facility Financiamentos outros Debêntures	ganhos e perdas reconhecidos no	reconhecidos no Patrimônio	financeiros ao custo amortizado 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 2.025.602	1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 2.025.602
Fornecedores Ten Years Bonds Term Loan Facility Financiamentos outros Debêntures Outras contas a pagar	ganhos e perdas reconhecidos no resultado	reconhecidos no Patrimônio	financeiros ao custo amortizado 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573	1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 2.025.602 770.017
Fornecedores Ten Years Bonds Term Loan Facility Financiamentos outros Debêntures Outras contas a pagar Obrigações por compra de ações	ganhos e perdas reconhecidos no resultado	reconhecidos no Patrimônio Líquido	financeiros ao custo amortizado 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 2.025.602	1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 2.025.602 770.017 1.256.740
Fornecedores Ten Years Bonds Term Loan Facility Financiamentos outros Debêntures Outras contas a pagar	ganhos e perdas reconhecidos no resultado	reconhecidos no Patrimônio	financeiros ao custo amortizado 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 2.025.602	1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 2.025.602 770.017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2009 Ativos	Empréstimos e recebíveis	Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio Líquido	Total
Aplicações financeiras	-	2.625.378	107.986	2.733.364
Ganhos não realizados com derivativos	-	20.034	-	20.034
Contas a receber de clientes	2.585.707	-	-	2.585.707
Outras contas a receber	585.327	-	-	585.327
Caixa e equivalentes de caixa	2.100.142	<u>-</u> _	<u> </u>	2.100.142
Total	5.271.176	2.645.412	107.986	8.024.574
Passivos	Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio Líquido	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Fornecedores			1.705.154	1.705.154
Bônus perpétuos	-	-	1.044.720	1.044.720
Ten Years Bonds	-	-	4.840.778	4.840.778
Term Loan Facility	-	-	2.942.628	2.942.628
Financiamentos outros	-	-	5.103.463	5.103.463
Debêntures	-	-	1.711.314	1.711.314
Outras contas a pagar	-	-	588.732	588.732
Obrigações por compra de ações	1.189.965	-	-	1.189.965
Perdas não realizadas com derivativos	81.180	11.680	<u>-</u>	92.860
Total	1.271.145	11.680	17.936.789	19.219.614

Com exceção de um instrumento classificado como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), cuja efetividade possa ser mensurada e que tem sua perda e/ou ganhos não realizados classificados diretamente em Outros Resultados Abrangentes, todos os instrumentos financeiros derivativos são *swaps* de taxas de juros e Contratos futuros de dólar. Estes instrumentos foram registrados a valor justo, sendo as perdas e/ou ganhos realizados e não realizados apresentados na conta "Perdas com derivativos, líquido" na demonstração consolidada de resultados.

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento de risco é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre no final dos contratos quando o derivativo é encerrado. O monitoramento do impacto destas transações (MTM) é analisado mensalmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Por política interna, não são mantidas captações em moedas nas quais não exista uma correspondente geração de caixa.

Política de uso de derivativos: conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou um passivo descoberto, nunca alavancando a posição.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos.

Política de apuração do valor justo: O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo, trazidas a valor presente, na data de apuração. Os métodos e premissas levam em conta a interpolação de curvas, como no caso da *Libor*, e de acordo com cada mercado onde a empresa está exposta. Os *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*.

Os valores são apurados com base em modelos e cotações disponíveis no mercado, que levam em conta condições de mercado presentes ou futuras, sendo valores brutos, anteriores à incidência de impostos.

Em função da variação das taxas de mercado, esses valores poderão sofrer alterações até o vencimento ou liquidação antecipada das transações.

As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros, (tanto em *Libor* de dólar, como em outras moedas); *swap* de moeda e também Contratos futuros de dólar.

Contratos futuros de dólar

A então controlada Aços Villares S.A. liquidou antecipadamente, em 01/12/2010 (anterior a sua incorporação) os NDF's (*Non Deliverable Forwards*), qualificados como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), pelo qual assumia a média da PTAX do mês anterior ao de vencimento e o banco assumia uma cotação fixa do dólar norte-americano para a data do vencimento. Em 31/12/2010, o reflexo no resultado do exercício foi um ganho de R\$ 10.755, registrado na conta "Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido". A contraparte desta operação era com os bancos Banco Itaú S.A., UBS Pactual e Unibanco S.A..

A controlada Cleary Holdings liquidou o NDF (*Non Deliverable Forwards*), qualificado como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), com vencimento em 05/02/2010. Esta operação visava eliminar a exposição cambial em contratos de venda de carvão no mercado externo, que estavam em dólar americano. Em 31/12/2010, o reflexo deste NDF no resultado do período foi uma perda de R\$ 143 e foi registrado na conta "Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido". A contraparte desta operação foi com o Banco de Bogotá.

A controlada Cleary Holdings contratou venda de NDF's (*Non Deliverable Forwards*), qualificados *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), com *notional* de US\$ 20.000 (R\$ 33.324 em 31/12/2010) e US\$ 17.500 (R\$ 29.159 em 31/12/2010), com vencimentos em 04/02/2011 e 04/03/2011, respectivamente. Estes NDF's foram contratados com o objetivo de proteger-se da variação cambial do dólar americano para a moeda local, que pode impactar a receita de suas exportações e assim prejudicar a margem. O valor justo destes contratos, representa um ganho líquido de R\$ 383 e R\$ 128, respectivamente. A contraparte desta operação é com o Banco de Bogotá.

A controlada Diaco S.A. contratou *Forwards*, qualificados *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), com *notional* de US\$ 5.070 (R\$ 8.448 em 31/12/2010) e US\$ 5.040 (R\$ 8.398 em 31/12/2010), com vencimentos em 07/04/2011 e 07/10/2011, respectivamente. Estas operações foram feitas em função da exposição cambial existente a partir de financiamento em dólares com o Banco Davivienda. O valor justo destes contratos, representa um ganho líquido de R\$ 206 e R\$ 66, respectivamente. A contraparte desta operação é com o Banco Davivienda.

Os testes prospectivos e retrospectivos dos instrumentos financeiros acima não identificaram nenhum valor de inefetividade.

Contratos de Swap

Swap de taxas de juros

A então controlada Aços Villares S.A. liquidou antecipadamente, em 03/12/2010, *swaps* de taxas de juros, nos quais os encargos financeiros pactuados em contratos de pré-pagamento de exportação, equivalentes à taxa *Libor* acrescida de um percentual de juros, eram trocados por taxas de juros pré-fixadas. Em 31/12/2010, o reflexo no resultado do exercício foi uma perda de R\$ 501, registrado na conta "Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido". A contraparte desta operação era com o banco Unibanco e ABN Amro Bank.

A Companhia, através da controlada GTL Equity Investments Corp., possui um *swap* de cupom cambial versus *Libor*, junto ao Banco JP Morgan, com vencimentos entre 21/12/2010 e 21/12/2011. Os valores nominais destes contratos somados

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

eram de US\$ 100.000, equivalente a R\$ 166.620 em 31/12/2010. Essa operação foi feita, visando aproveitar a diferença entre a taxa de juros interna (cupom cambial) e a taxa de juros externa (*Libor*). Com isso a Companhia aumenta a sua exposição ao risco Brasil, porém este risco é inerente ao seu negócio. O valor justo destes contratos em 31/12/2010 é uma perda de R\$ 7.072 e um ganho de R\$ 5.529, gerando uma perda líquida de R\$ 1.543.

A Companhia, também através da controlada GTL Equity Investments Corp., liquidou antecipadamente o *swap* de taxa de juros, junto ao Banco Calyon, com vencimento em 15/08/2012. Essa operação foi feita, visando minimizar o risco de variação das taxas de juros (*Libor*), já que a Companhia tomou dívida em dólar em taxas flutuantes. Em 31/12/2010, o reflexo deste *swap* no resultado do período foi uma perda de R\$ 193 e foi registrado na conta "Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido".

A controlada Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú possui *swap* de taxas de juros nos quais ela recebe uma taxa de juros variável baseada na *Libor* e paga uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos. Este contrato tem um valor nominal de US\$ 50.000, equivalente a R\$ 83.310 em 31/12/2010 e data de vencimento em 03/04/2014. Esse *swap* foi contratado para minimizar o risco de variação das taxas de juros (*Libor*), já que a Companhia tomou dívida em dólar em taxas flutuantes, num valor superior ao do *swap*. O valor justo deste contrato em 31/12/2010 é uma perda líquida de R\$ 6.064. A contraparte desta operação é com o Banco Bilbao Vizcaya – BBVA.

A controlada Gerdau Ameristeel Corp. possui *swaps* de taxas de juros, qualificados como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), visando reduzir sua exposição à variação da *Libor* do *Term Loan Facility*. Em função do *Term Loan Facility* ter sido contratado em taxas de *Libor* flutuantes, a Companhia optou por trocar por taxas fixas, melhorando a previsibilidade do fluxo de caixa, além de eliminar o risco de flutuação da *Libor*. Os contratos têm um valor nominal de US\$ 1.000.000, equivalente a R\$ 1.666.200 em 31/12/2010. As taxas de juros fixadas para estes *swaps* estão entre 3,3005% e 3,7070% e têm vencimentos entre março de 2012 e setembro de 2013. Se adicionado ao *spread* sobre a *Libor* relativo à tranche B do *Term Loan Facility*, a taxa de juros nestes *swaps* estariam entre 4,5505% e 4,9570%. O valor justo destes *swaps* em 31/12/2010 é uma perda líquida de R\$ 79.340, que gera um efeito líquido de tributos de R\$ 15.296 em conta específica do Patrimônio Líquido. A contraparte desta operação é com os bancos ABN Amro Bank, HSBC e JP Morgan.

Margens de Garantia

A Companhia possui contratos de instrumentos financeiros derivativos que prevêem a possibilidade de constituição de depósito e/ou margem de garantia quando o valor da marcação a mercado destes instrumentos exceder os limites previstos em cada contrato. Em 31/12/2010, os contratos acima não exigiam nenhum depósito/margem de garantia.

Os instrumentos derivativos podem ser resumidos e categorizados da seguinte forma:

				_			Valor	reconhecido				Valor justo
				Valor de referência		o resultado	No Patrime	onio Liquido	Valo	r a receber	v	alor a pagar
Contratos de Proteção Patrimonial Contratos futuros (Forward)		Posição	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Aços Villares S.A.			-	US\$ 89,1 milhões	10.755	(21.950)	-	31.931	-	6.181	-	-
Diaco S.A			-	-	-	3.180	-	-	-	-	-	-
Diaco S.A			US\$ 5,07 milhões	-	209	-	-	-	206	-	-	-
Diaco S.A			US\$ 5,04 milhões	-	66	-	-	-	66	-	-	-
Siderúrgica del Perú S.A.A Siderperú			-	-	-	(913)	-	-	-	-	-	-
Gerdau Aza S.A.			-	-	-	(921)	-	-	-	-	-	-
Salomon Sack			-	-	-	130	-	-	-	-	-	-
Cleary Holdings			US\$ 20.0 milhões	US\$ 14,17 milhões	(143)	(50)	-	(584)	-	-	-	(584)
Cleary Holdings				-	383	-	-	-	383	-	-	-
Cleary Holdings			US\$ 17,5 milhões		128	(20.524)		31.347	783	6.181		(584)
					11.398	(20.324)		31.347	763	0.181	 -	(364)
Contratos swap												
Swap de taxas de juros												
Aços Villares S.A.	ponta ativa ponta passiva	Libor 6M + 1,94% 6,95%	-	US\$ 39,18 milhões	(501)	(5.671)	-	-	-	-	-	(2.476)
Gerdau Açominas S.A.			-	-	-	2.450	-	-	-	-	-	-
Siderúrgica del Perú S.A.A Siderperú	ponta ativa ponta passiva	Libor 6M + 0,90% 5,50%	US\$ 50,0 milhões	US\$ 64,29 milhões	(2.795)	(5.818)	-	-	-	-	(6.064)	(7.196)
Gerdau Ameristeel Corp.	ponta ativa ponta passiva	Libor 6M + 1,37% 3,48%	US\$ 1 bilhão	US\$ 1 bilhão	-	-	(15.296)	(38.281)	-	-	(79.340)	(65.856)
Gerdau MacSteel Holdings Inc.	ponta ativa ponta passiva	Libor 6M 3,59%	-	-	-	(19.052)	-	-	-	-	-	-
GTL Equity Investments Corp.	ponta ativa ponta passiva	Libor 6M 3,48%	-	US\$ 7,5 milhões	(193)	(874)	-	-	-	-	-	(680)
GTL Equity Investments Corp.	ponta ativa ponta passiva	4,51% a.a. 3,51% a.a.	US\$ 100 milhões	US\$ 300 milhões	4.483	47.883	-	-	5.529	13.853	(7.072)	(16.068)
	poster passara			_	994	18.918	(15.296)	(38.281)	5.529	13.853	(92.476)	(92.276)
Cross currency swap												
Gerdau Açominas S.A.			-	-	-	(2.579)	-	-	-	-	-	-
Gerdau Açominas S.A.			-	-	-	(21.993)	-	-	-	-	-	-
				-		(24.572)						
				_	12.392	(26,178)	(15,296)	(6.934)	6.312	20.034	(92,476)	(92.860)
				_								

Os efeitos do valor justo foram assim classificados no Balanço Patrimonial:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2010	2009
Ganhos não realizados com derivativos		
Ativo circulante	783	5.737
Ativo não-circulante	5.529	14.297
	6.312	20.034
Perdas não realizadas com derivativos	 -	
Passivo circulante	-	(2.483)
Passivo não-circulante	(92.476)	(90.377)
	(92.476)	(92.860)
Efeito líquido	(86.164)	(72.826)

f) Obrigações por compra de ações

Em 10/01/2006, a Companhia concluiu a aquisição de 40% da Corporación Sidenor S.A. ("Sidenor"), uma produtora de aços espanhola com operações na Espanha e no Brasil. O Grupo Santander, conglomerado financeiro espanhol, comprou 40% da Sidenor. O preço de aquisição de 100% da Sidenor consiste de uma parcela fixa de € 443.820 mais uma parcela variável contingente, a ser paga apenas pela Companhia. O preço fixo pago pela Companhia em 10/01/2006 por sua participação de 40% na Sidenor foi de € 165.828 (R\$ 432.577). O Grupo Santander possui uma opção de vender a sua participação na Sidenor para a Companhia após 5 anos da compra, a um preço fixo com juros calculados utilizando uma taxa fixa de juros, tendo a Sidenor o direito de preferência de adquirir estas ações, podendo ainda, a qualquer momento durante o prazo de vigência da opção de venda, requerer que o Grupo Santander exerça esta opção de forma antecipada. Em 23/12/2010, o Grupo Santander e a Companhia renovaram a opção de venda da participação na Sidenor e o vencimento da opção passou a ser 10/01/2014, podendo ser exercido antecipadamente em janeiro de cada ano a partir de 2012. O valor da opção passou a ser € 208.648 (R\$ 464.868 em 31/12/2010), atualizado por uma taxa fixa de juros. A obrigação potencial da Companhia de comprar do Grupo Santander a participação de 40% na Sidenor foi registrada como um passivo nãocirculante na conta "Obrigações por compra de ações". Como resultado do reconhecimento desta obrigação potencial, a Companhia reconhece desde a data de aquisição uma participação adicional de 40% na Sidenor como seu investimento. Em 31/12/2010, esta obrigação potencial totaliza R\$ 464.868 (R\$ 449.599 em 31/12/2009).

A Gerdau Ameristeel possui a opção de compra dos 16% de participação remanescente da PCS, a qual pode ser exercida após 5 anos da data da aquisição da primeira participação ocorrida em 01/11/2006. Adicionalmente, os acionistas nãocontroladores também tem a opção de vender os 16% de participação remanescente da PCS para a Gerdau Ameristeel, pelo preço estabelecido e também após 5 anos da data da transação. O preço estabelecido foi definido como sendo a média de EBITDAs dos 5 últimos exercícios encerrados antes do exercício da opção, multiplicados proporcionalmente por 5 nos dois primeiros exercícios e 6,75 nos últimos três exercícios. Se a Gerdau Ameristeel não executar a opção de compra, então os acionistas não-controladores possuem o direito de executar a opção de venda de sua participação remanescente para a Gerdau Ameristeel. Sendo dada a execução da opção de compra/venda, a outra parte tem a obrigação de vender/comprar a participação remanescente. Conforme estabelecido pela norma IAS 32 (Apresentação dos instrumentos financeiros), a Companhia efetuou a reclassificação do valor de exercício da put option (opção de venda) da conta "Participações dos acionistas não-controladores" para o passivo não-circulante, na conta "Obrigações por compra de ações". Ao término do prazo estabelecido na opção de venda e compra e não ocorrendo o exercício desta por nenhuma das partes envolvidas, a reclassificação será revertida e o montante da participação detida pelos não-controladores da PCS, na data das Demonstrações Financeiras, passará a ser novamente reconhecida na conta "Participações dos acionistas nãocontroladores". Em 31/12/2010 o valor reconhecido como obrigação potencial monta R\$ 40.341 (R\$ 56.483 em 31/12/2009).

A Companhia celebrou um contrato com o BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"), concedendo uma opção de venda para as 34.309.522 ações ordinárias de propriedade do BNDESPAR. O valor da *put option* equivale a média diária, ponderada pelo volume diário, da cotação da ação ordinária de emissão da Gerdau S.A. na Bolsa de Valores de São Paulo nos 10 pregões anteriores à data de assinatura do contrato, corrigido *pro rata temporis* pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de um *spread* de 4% ao ano. Conforme estabelecido pela norma IAS 32 (Apresentação dos instrumentos financeiros), a Companhia efetuou a reclassificação do valor de exercício da *put option* (opção de venda) da conta "Participações dos acionistas não-controladores" para o passivo não-circulante, na conta "Obrigações por compra de ações". Em 31/12/2010 o valor reconhecido como obrigação potencial totaliza R\$ 740.034 (R\$ 671.869 em 31/12/2009).

A Companhia possui uma opção de compra de 7,25% da Sipar Gerdau Inversiones S.A. e os acionistas não-controladores desta empresa também tem a opção de vender os 7,25% de participação remanescente para a Companhia. A opção pode ser exercida pela Companhia ou pelos acionistas não-controladores a partir de 2010, devendo tal participação ser obrigatoriamente adquirida até 2015. O contrato estabelece um valor de US\$ 6.900, equivalente a R\$ 11.497, em

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

31/12/2010 (R\$ 12.014 em 31/12/2009), ajustado pela variação no nível de vendas em até 10% para mais ou para menos do valor até o exercício da opção.

g) Hedge de investimento líquido (Net investment hedge)

Baseado na Interpretação 16 do IFRIC, emitida em julho de 2008, e consubstanciado na norma IAS 39, a Companhia em 30/09/2008 optou por designar como *hedge* de parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior as operações de *Ten Years Bonds*, detidos pela controlada GTL Trade Finance Inc., no valor de US\$ 1.500.000 e pela controlada Gerdau Trade Inc., no valor de US\$ 1.250.000, as quais foram efetuadas com o propósito de prover parte dos recursos para a aquisição destes investimentos no exterior. Com base na norma e na interpretação citadas acima, a Companhia demonstrou a alta efetividade do *hedge* a partir da contratação de dívida para aquisição dessas empresas no exterior, cujos efeitos foram mensurados e reconhecidos diretamente em conta de Patrimônio Líquido a partir de 01/10/2008.

O objetivo do *hedge* é proteger, durante a existência da dívida, o valor de parte do investimento da Companhia nas subsidiárias acima citadas contra oscilações positivas e negativas na taxa de câmbio. Este objetivo é consistente com a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia.

A Companhia efetuou o teste de efetividade retrospectiva e prospectiva em 31/12/2010, em conformidade com a norma IAS 39, e demonstrou a alta efetividade do *hedge* de investimento líquido. Como resultado desta operação, a Companhia reconheceu na demonstração dos resultados abrangentes em 31/12/2010 um ganho não realizado no montante de R\$ 60.563 (ganho de R\$ 408.642 em 31/12/2009).

h) Mensuração do valor justo:

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. O IFRS descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 31/12/2010, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e instrumentos derivativos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos do IFRS 7 em 31/12/2010, são os seguintes:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

			Mensuraç	ão ao valor justo
		Preços cotados	Preços cotados	
		em mercados	em mercados não	
		ativos para ativos	ativos para ativos	Registros não
		idênticos	similares	observáveis
	2010	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)
Ativo circulante				
Aplicações financeiras				
Títulos para negociação	1.110.804	729.804	381.000	_
Disponíveis para venda	9.559	9.559	_	_
Derivativos	783	-	783	
tivo não-circulante				
Aplicações financeiras				
	26.707			26.705
Disponíveis para venda	26.797	-	- 5 520	26.797
Derivativos	5.529	720.262	5.529	26.705
	1.153.472	739.363	387.312	26.797
assivo não-circulante				
Derivativos	92.476	-	92.476	-
Obrigações por compra de ações				
Sidenor	464.868	-	-	464.868
BNDES	740.034	-	-	740.034
PCS	40.341	-	-	40.341
Sipar	11.497	-	-	11.497
_	1.349.216	-	92.476	1.256.740
	2.502.688	739.363	479.788	1.283.537
			Mensuraçã	ío ao valor justo
		Preços cotados	Preços cotados	· ·
		em mercados	em mercados não	
		em mercados ativos para ativos	em mercados não ativos para ativos	Registros não
				Registros não observáveis
	2009	ativos para ativos	ativos para ativos	_
tivo circulante	2009	ativos para ativos idênticos	ativos para ativos similares	observáveis
	2009	ativos para ativos idênticos	ativos para ativos similares	observáveis
Aplicações financeiras		ativos para ativos idênticos (Nível 1)	ativos para ativos similares (Nível 2)	observáveis
Aplicações financeiras Títulos para negociação	2.625.378	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096	ativos para ativos similares (Nível 2)	observáveis
Aplicações financeiras Títulos para negociação Disponíveis para venda	2.625.378 58.296	ativos para ativos idênticos (Nível 1)	ativos para ativos similares (Nível 2) 148.282 43.530	observáveis
Aplicações financeiras Títulos para negociação Disponíveis para venda Derivativos	2.625.378	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096	ativos para ativos similares (Nível 2)	observáveis
Aplicações financeiras Títulos para negociação Disponíveis para venda Derivativos tivo não-circulante	2.625.378 58.296	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096	ativos para ativos similares (Nível 2) 148.282 43.530	observáveis
Aplicações financeiras Títulos para negociação Disponíveis para venda Derivativos tivo não-circulante Aplicações financeiras	2.625.378 58.296 5.737	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096	ativos para ativos similares (Nível 2) 148.282 43.530	observáveis (Nível 3)
Aplicações financeiras Títulos para negociação Disponíveis para venda Derivativos tivo não-circulante	2.625.378 58.296	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096	ativos para ativos similares (Nível 2) 148.282 43.530 5.737	observáveis
Aplicações financeiras Títulos para negociação Disponíveis para venda Derivativos tivo não-circulante Aplicações financeiras	2.625.378 58.296 5.737	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096	ativos para ativos similares (Nível 2) 148.282 43.530	observáveis (Nível 3)
Aplicações financeiras Títulos para negociação Disponíveis para venda Derivativos tivo não-circulante Aplicações financeiras Disponíveis para venda	2.625.378 58.296 5.737 49.690	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096	ativos para ativos similares (Nível 2) 148.282 43.530 5.737	observáveis (Nível 3)
Aplicações financeiras Títulos para negociação Disponíveis para venda Derivativos tivo não-circulante Aplicações financeiras Disponíveis para venda Derivativos	2.625.378 58.296 5.737 49.690 14.297	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096 14.766	148.282 43.530 5.737	observáveis (Nível 3)
Aplicações financeiras Títulos para negociação Disponíveis para venda Derivativos tivo não-circulante Aplicações financeiras Disponíveis para venda Derivativos	2.625.378 58.296 5.737 49.690 14.297	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096 14.766	148.282 43.530 5.737	observáveis (Nível 3)
Aplicações financeiras Títulos para negociação Disponíveis para venda Derivativos tivo não-circulante Aplicações financeiras Disponíveis para venda Derivativos assivo circulante Derivativos	2.625.378 58.296 5.737 49.690 14.297 2.753.398	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096 14.766	148.282 43.530 5.737 14.297 211.846	observáveis (Nível 3)
Aplicações financeiras Títulos para negociação Disponíveis para venda Derivativos tivo não-circulante Aplicações financeiras Disponíveis para venda Derivativos assivo circulante Derivativos assivo não-circulante	2.625.378 58.296 5.737 49.690 14.297 2.753.398	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096 14.766	ativos para ativos similares (Nível 2) 148.282 43.530 5.737 14.297 211.846 2.483	observáveis (Nível 3)
Aplicações financeiras Títulos para negociação Disponíveis para venda Derivativos tivo não-circulante Aplicações financeiras Disponíveis para venda Derivativos assivo circulante Derivativos assivo não-circulante Derivativos	2.625.378 58.296 5.737 49.690 14.297 2.753.398	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096 14.766	148.282 43.530 5.737 14.297 211.846	observáveis (Nível 3)
Aplicações financeiras Títulos para negociação Disponíveis para venda Derivativos tivo não-circulante Aplicações financeiras Disponíveis para venda Derivativos assivo circulante Derivativos assivo não-circulante Derivativos Obrigações por compra de ações	2.625.378 58.296 5.737 49.690 14.297 2.753.398 2.483	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096 14.766	ativos para ativos similares (Nível 2) 148.282 43.530 5.737 14.297 211.846 2.483	observáveis (Nível 3)
Aplicações financeiras Títulos para negociação Disponíveis para venda Derivativos tivo não-circulante Aplicações financeiras Disponíveis para venda Derivativos assivo circulante Derivativos assivo não-circulante Derivativos Obrigações por compra de ações Sidenor	2.625.378 58.296 5.737 49.690 14.297 2.753.398 2.483 90.377 449.599	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096 14.766	ativos para ativos similares (Nível 2) 148.282 43.530 5.737 14.297 211.846 2.483	observáveis (Nível 3)
Aplicações financeiras Títulos para negociação Disponíveis para venda Derivativos tivo não-circulante Aplicações financeiras Disponíveis para venda Derivativos assivo circulante Derivativos assivo não-circulante Derivativos Obrigações por compra de ações Sidenor BNDES	2.625.378 58.296 5.737 49.690 14.297 2.753.398 2.483 90.377 449.599 671.869	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096 14.766	ativos para ativos similares (Nível 2) 148.282 43.530 5.737 14.297 211.846 2.483	observáveis (Nível 3) 49.690 49.690 449.599 671.869
Aplicações financeiras Títulos para negociação Disponíveis para venda Derivativos tivo não-circulante Aplicações financeiras Disponíveis para venda Derivativos assivo circulante Derivativos assivo não-circulante Derivativos Obrigações por compra de ações Sidenor BNDES PCS	2.625.378 58.296 5.737 49.690 14.297 2.753.398 2.483 90.377 449.599 671.869 56.483	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096 14.766	ativos para ativos similares (Nível 2) 148.282 43.530 5.737 14.297 211.846 2.483	49.690 49.690 49.690 4449.599 671.869 56.483
Aplicações financeiras Títulos para negociação Disponíveis para venda Derivativos Ativo não-circulante Aplicações financeiras Disponíveis para venda Derivativos Assivo circulante Derivativos Assivo não-circulante Derivativos Obrigações por compra de ações Sidenor BNDES	2.625.378 58.296 5.737 49.690 14.297 2.753.398 2.483 90.377 449.599 671.869 56.483 12.014	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096 14.766	ativos para ativos similares (Nível 2) 148.282 43.530 5.737 14.297 211.846 2.483	49.690 49.690 49.690 4449.599 671.869 56.483 12.014
Títulos para negociação Disponíveis para venda Derivativos Ativo não-circulante Aplicações financeiras Disponíveis para venda Derivativos Passivo circulante Derivativos Passivo não-circulante Derivativos Obrigações por compra de ações Sidenor BNDES PCS	2.625.378 58.296 5.737 49.690 14.297 2.753.398 2.483 90.377 449.599 671.869 56.483	ativos para ativos idênticos (Nível 1) 2.477.096 14.766	ativos para ativos similares (Nível 2) 148.282 43.530 5.737 14.297 211.846 2.483	49.690 49.690 4449.599 671.869 56.483

Movimento dos registros não observáveis (Nível 3):

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

0.11	Ativos
Saldo em 31/12/2009	49.690
(-) Juros e outras obrigações contratuais	(9.896)
(-) Ganhos e perdas na conversão	(2.140)
(-) Venda de investimentos	(10.857)
Saldo em 31/12/2010	26.797
	Passivos
Saldo em 31/12/2009	1.189.965
(-) Juros e outras obrigações contratuais	122.187
(-) Ganhos e perdas na conversão	(55.412)
Saldo em 31/12/2010	1.256.740
	1.283.537
	Ativos
Saldo em 31/12/2008	77.563
(-) Juros e outras obrigações contratuais	(8.098)
(-) Ganhos e perdas na conversão	(6.028)
(-) Venda de investimentos	(13.747)
Saldo em 31/12/2009	49.690
	Passivos
Saldo em 31/12/2008	1.307.608
(+) Juros e outras obrigações contratuais	13.515
(-) Ganhos e perdas na conversão	(143.172)
(+) Adições de obrigações por compra de ações	12.014
Saldo em 31/12/2009	1.189.965
	1.239.655

NOTA 17 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2010	2009
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	58.744	127.223
Encargos sociais sobre folha de pagamento	130.514	89.310
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	79.831	70.251
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	14.476	37.810
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	4.010	5.197
PIS - Programa de Integração Social	2.858	8.204
Imposto de Renda e Contribuição Social Retidos na Fonte	36.196	86.467
Impostos parcelados	107.447	176.374
Imposto sobre valor agregado e outros	92.656	98.892
	526.732	699.728

NOTA 18 – PROVISÃO PARA PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração acredita baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira, resultados operacionais e liquidez da Companhia e suas controladas em 31/12/2010.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Não existe

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

expectativa de que os impactos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas sejam em montantes superiores aos das provisões reconhecidas e demonstradas abaixo. Os saldos das contingências são os seguintes:

I) Provisões

		2010	2009
a) Provisões tributárias		,,	
ICMS - Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços	(a.1)	48.946	55.448
CSLL - Contribuição Social s/ Lucro Líquido	(a.2)	64.179	53.259
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(a.3)	699	-
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	(a.4)	20.531	35.698
ECE - Encargo de Capacidade Emergencial	(a.5)	33.832	33.996
RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária	(a.5)	22.026	21.895
II - Imposto de Importação/IPI - Imposto s/Produtos Industrializados (drawback)	(a.6)	1.070	921
PIS - Programa de Integração Social/COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	(a.7)	268.383	78.950
Outras provisões tributárias	(a.8)	13.514	15.773
		473.180	295.940
b) Provisões trabalhistas	(b)	160.727	141.926
c) Provisões cíveis	(c)	12.628	10.093
		646.535	447.959

a) Provisões Tributárias

- **a.1**) Discussões relativas ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em sua maioria no tocante a direito de crédito, estando a maior parte dos processos em andamento perante a Secretaria da Fazenda dos Estados e Justiça Estadual.
- **a.2)** Contribuição Social sobre o Lucro. Os valores provisionados referem-se, substancialmente, a discussões relativas à constitucionalidade e base de cálculo da referida contribuição.
- a.3) Discussão relativa ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ, em discussão na esfera administrativa.
- a.4) Discussões relativas a contribuições previdenciárias.
- **a.5**) Encargo de Capacidade Emergencial ECE e Recomposição Tarifária Extraordinária RTE, encargos tarifários exigidos nas contas de energia elétrica de suas unidades industriais. O STF declarou a constitucionalidade do ECE, razão pela qual a contingência será baixada na medida em que os processos sejam encerrados, com a conseqüente conversão em renda dos depósitos. Relativamente à RTE, entende a Companhia que o encargo tem natureza jurídica de tributo, e, como tal, é incompatível com o Sistema Tributário Nacional, motivo pelo qual sua constitucionalidade está sendo discutida judicialmente, estando os processos em curso perante a Justiça Federal e Tribunais Regionais e Superiores. O valor do encargo discutido é objeto de depósito judicial integral.
- a.6) Provisão relativa a discussões quanto ao direito de crédito do imposto.
- **a.7**) Provisão relativa a compensações de créditos de PIS, discussões quanto à incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas e exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Com relação aos dois últimos temas, a Companhia vem depositando judicialmente os valores envolvidos.
- **a.8)** A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

b) Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente pedidos de horas extras, insalubridade, periculosidade, indenização por acidentes do trabalho e doença ocupacional, entre outros.

c) Provisões cíveis

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, de natureza cível, que representavam, em 31/12/2010, o montante indicado como provisão cível referente a essas questões.

A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	2010	2009
Saldo no início do exercício	447.959	467.433
(+) Valores provisionados contra o resultado	382.957	112.960
(-) Reversão de valores contra o resultado	(183.493)	(128.569)
(+) Efeito do câmbio sobre provisões em moeda estrangeira	(888)	(3.865)
Saldo no final do exercício	646.535	447.959

II) Passivos contingentes não provisionados

a) Contingências tributárias

- **a.1**) A controlada Gerdau S.A. é ré em execução fiscal promovida pelo Estado de Minas Gerais para exigir-lhe supostos créditos de ICMS, decorrentes, principalmente, de vendas de mercadorias a empresas comerciais exportadoras. O valor atualizado do processo perfaz o total de R\$ 56.227. A Companhia não constituiu provisão de contingência em relação a tal processo por considerar indevido o tributo objeto da execução, uma vez que as saídas de mercadoria para fins de exportação estão imunes à tributação do ICMS.
- **a.2**) A Companhia é parte em demandas nas quais lhe são exigidos créditos de ICMS sobre a exportação de produtos industrializados semi-elaborados. O valor total das demandas perfaz atualmente R\$ 111.497. A Companhia não constituiu provisão de contingência por considerar indevido o tributo, ao entendimento de que seus produtos não se enquadram na definição de produtos industrializados semi-elaborados e também por terem sido consideradas como de perda possível, mas não provável, pelos consultores legais.
- **a.3**) A Companhia e suas controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A., possuem outras discussões que tratam de ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 117.893. Não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, mas não provável, pelos consultores legais.
- **a.4**) A controlada da Companhia, Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda., possui discussão que trata de IRPJ e CSLL, no valor atualizado de R\$ 232.414, referente a lucros no exterior. Não foi constituída provisão de contingência relativa a esta demanda, uma vez que sua probabilidade de perda é classificada como possível, mas não provável, pelos consultores legais.
- **a.5**) As controladas da Companhia, Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A., são partes em demandas que tratam de outros tributos. O valor total das discussões importa hoje em R\$ 96.968. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, mas não provável, pelos consultores legais.

b) Contingências cíveis

b.1) Processo decorrente de representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo, alegando que Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE - Secretaria de Direito Econômico a opinião desta foi de que existiu um cartel. O processo, então, foi encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento.

Em maio de 2004, foi proposta, por Gerdau S.A., ação judicial com a finalidade de anular o processo administrativo em comento, ação esta fundamentada em irregularidades formais observadas na sua instrução.

O CADE, independentemente do pedido formulado pela Gerdau de produção de prova, consubstanciada em estudo econômico, para a comprovação da inexistência de cartel, julgou, em 23/09/2005, o mérito do processo administrativo e, por maioria, condenou a Companhia, e os outros produtores de aços longos, ao pagamento de multa equivalente a 7% do faturamento, por elas registrado, no exercício anterior à instauração do Processo Administrativo, excluídos impostos.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Enfatiza-se que, apesar da decisão do CADE, a ação judicial proposta pela Gerdau S.A. tem seu curso normal e, no presente momento, aguarda-se seu julgamento em primeira instância. Caso sejam reconhecidas as nulidades processuais alegadas pela Gerdau S.A., a decisão do CADE pode vir a ser anulada.

Ademais, para reversão dos termos da decisão proferida pelo CADE, a Gerdau, em 26/07/2006, recorreu ao Poder Judiciário, mediante a propositura de nova ação ordinária que, além de ratificar os termos da primeira demanda, também aponta irregularidades apuradas no trâmite do processo administrativo. A Gerdau logrou êxito, em 30/08/2006, na obtenção de tutela antecipada para suspender os efeitos da decisão do CADE até decisão final a ser proferida pelo Juízo, mediante a garantia de carta de fiança bancária correspondente a 7% sobre o faturamento bruto apurado em 1999, excluídos impostos (R\$ 245.070).

Cumpre informar que em momento anterior à decisão do CADE, o Ministério Público Federal de Minas Gerais ajuizou uma Ação Civil Pública, baseada na já mencionada opinião emitida pela SDE e, sem trazer nenhum elemento novo, alega o envolvimento da Companhia em atividades que ferem a legislação antitruste. A Gerdau apresentou sua contestação em 22/07/2005.

A Companhia nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e entende, com base nas informações disponíveis, incluindo opiniões de seus consultores legais, que o processo administrativo está eivado de irregularidades, algumas delas, inclusive, impossíveis de serem sanadas. No que diz respeito ao mérito, a Gerdau está certa de que não praticou a conduta que lhe foi imputada e, nesse sentido, respalda suas convicções na posição de renomados técnicos e, sendo assim, julga possível a reversão de sua condenação.

b.2) Ação movida por Sul América Seguradora contra a Gerdau Açominas S.A. e terceiro, tendo por objeto consignação judicial de R\$ 34.383, para quitação de indenização de sinistro. Alegou a seguradora dúvida a quem pagar e resistência da Companhia em receber e quitar. Nas contestações foram refutadas as dúvidas e demonstrada à insuficiência do valor consignado. Este foi levantado em dezembro de 2004 e a ação prossegue para se apurar o valor efetivamente devido.

A expectativa da Companhia, com base na opinião dos seus consultores legais, é de perda remota e de que a sentença irá declarar o valor devido dentro do apontado na contestação. A Gerdau Açominas S.A. ajuizara, anteriormente à ação acima, ação de cobrança da quantia reconhecida como devida pela seguradora, tendo, também, expectativa de êxito.

As ações decorrem do acidente ocorrido em 23/03/2002 com os regeneradores do alto-forno, que resultou em perda de produção, danos materiais e lucros cessantes. Em 2002 pleiteou-se uma indenização aproximada de R\$ 110 milhões, com base nos custos incorridos durante parte do período de paralisação do equipamento e gastos imediatos incorridos para recuperá-lo provisoriamente. Posteriormente, novos valores foram acrescidos à discussão, como consta na contestação da Companhia, embora ainda não contabilizados. Está-se atualmente com as perícias de engenharia e contábil em andamento.

A Administração acredita que não seja provável a possibilidade de que eventuais perdas decorrentes de outras contingências venham a afetar o resultado das operações ou a posição financeira consolidada da Companhia.

III) Ativos contingentes

A controlada Gerdau S.A. detinha precatórios decorrentes de Ação Ordinária proposta contra o Estado do Rio de Janeiro por descumprimento de Contrato de Mútuo de Execução Periódica em dinheiro, celebrado no âmbito do Programa Especial de Desenvolvimento Industrial – PRODI. Em razão da inexistência de expectativa quanto ao recebimento dos valores, estes não vinham sendo reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

Com a edição da Lei Estadual n. 5.647/2010/RJ, a Companhia utilizou parte dos precatórios para quitação de tributos próprios e consequente encerramento de litígios no valor total de R\$ 7.392; cedeu uma parcela do crédito, no valor de R\$ 9.010, para empresas controladas, e outra parcela, no montante líquido de R\$ 87.064, para terceiros, utilizando assim a totalidade dos saldos.

Em setembro de 2010, a Procuradoria Geral do Estado do RJ homologou as mencionadas compensações e cessões, o que determinou o reconhecimento contábil do valor líquido de R\$ 103.466, sendo R\$ 42.847 na rubrica Outras Receitas Operacionais e R\$ 59.571 no Resultado Financeiro Líquido.

IV) Depósitos judiciais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	2010	2009
Tributários	458.612	297.888
Trabalhistas	31.725	26.254
Outros	3.414	1.180
	493.751	325.322

NOTA 19 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

	2010	2009
Mútuos ativos		
Empresas associadas		
Armacero Ind. Com. Ltda.	154	3.019
Outros		
Fundação Gerdau	22.191	45.187
Outros	94	193
	22.439	48.399
Receitas (despesas) financeiras líquidas	114	345

b) Operações financeiras

	Receitas (Despesas)		
	2010	2009	
Controladores			
Indac - Ind. Adm. e Comércio S.A. (*)	(20.386)	(21.334)	

^(*) Garantias por avais de financiamentos.

c) Avais concedidos

A Companhia é garantidora da controladora Indac - Ind. Adm. e Comércio S.A. em contratos no valor de R\$ 955.653 em 31/12/2010.

A Companhia é garantidora da controlada Gerdau BG Participações S.A. em contrato de cessão de créditos no montante de R\$ 33.719 em 31/12/2010.

A Companhia é garantidora das controladas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau S.A. e Gerdau Aços Especiais S.A. em contrato de crédito rotativo junto ao BNDES no valor de R\$ 1.500.025 em 31/12/2010.

A Companhia é avalista da controlada Gerdau Açominas S.A. em contratos de financiamentos, no montante de R\$ 1.178.341 em 31/12/2010.

A Companhia é garantidora da controlada Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú em empréstimo sindicalizado, no limite aprovado de até US\$ 150.000 (R\$ 249.930 em 31/12/2010), sendo que, em 31/12/2010, o valor utilizado era de US\$ 9, equivalente a R\$ 15. A Companhia também é garantidora da mesma controlada em contrato de abertura de linha de crédito de US\$ 70.000 (R\$ 116.634 em 31/12/2010).

A Companhia é garantidora da associada Industrias Nacionales C. por A. em contrato com o Banco BNP Paribas para financiar obra civil e equipamentos auxiliares no valor de US\$ 25.000 (R\$ 41.655 em 31/12/2010). A Companhia também é garantidora da mesma associada em contrato com o Banco BNP Paribas para financiar 85% dos equipamentos principais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

no limite de até US\$ 34.935 (R\$ 58.209 em 31/12/2010), sendo que, em 31/12/2010, o valor utilizado era de US\$ 32.878, equivalente a R\$ 54.781.

A Companhia é avalista da associada Dona Francisca Energética S.A., em contratos de financiamento, no valor total atual de R\$ 30.795 em 31/12/2010, pela quota parte correspondente de 51,82% em garantia solidária.

A Companhia e as controladas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A., Gerdau Açominas Overseas Ltd. e Gerdau Ameristeel Corporation prestam aval solidário para a subsidiária GNA Partners em contrato de financiamento no valor atual de US\$ 1.690.000 (R\$ 2.815.878 em 31/12/2010).

A Companhia e as controladas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. prestam aval solidário a GTL Trade Finance Inc. referente à emissão de bônus com vencimento em 10 anos (*Ten Years Bonds*) no montante de US\$ 1.500.000 (R\$ 2.499.300 em 31/12/2010).

A Companhia e as controladas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. prestam aval solidário a Gerdau MacSteel Inc. referente a financiamento denominado "*Revolving Credit Agreement*", no montante atual de US\$ 100.046 (R\$ 166.697 em 31/12/2010).

A Companhia presta garantia referente a obrigações a serem assumidas pela empresa Diaco S.A., em financiamento junto ao banco BBVA Colômbia, no valor de COP\$ 61.500.000, equivalentes a US\$ 35.000 (R\$ 58.317 em 31/12/2010).

A Companhia presta garantia para sua subsidiária Gerdau Aços Especiais S.A., em contrato de compra e venda de energia elétrica no valor atual de R\$ 1.604 em 31/12/2010.

A Companhia e as controladas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. prestam aval solidário a empresa Gerdau Holding Inc. referente à emissão de bônus com vencimento em 10 anos (*Ten Years Bonds*) no montante de US\$ 1.250.000, equivalente a R\$ 2.082.750 em 31/12/2010.

A Companhia presta garantia para controlada Gerdau Trade Inc. referente à emissão de bônus com vencimento em 10 anos (*Ten Years Bonds*), no valor de US\$ 1.250.000 (R\$ 2.082.750 em 31/12/2010).

A Companhia presta garantia referente linha de capital de giro para associada Gerdau Corsa SAPI de C.V., com o banco BBVA, no valor de US\$ 44.500 (R\$ 74.146 em 31/12/2010).

d) Condições de preços e encargos

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil são atualizados pela variação mensal do CDI, cuja variação acumulada em 31/12/2010 foi de 9,75% (9,88% em 31/12/2009). Os contratos com empresas no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável.

e) Remuneração da Administração

A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$ 45.569 em 31/12/2010 (R\$ 67.058 em 31/12/2009).

Em 31/12/2010, as contribuições da Companhia para os planos de pensão, relativas aos seus administradores, totalizaram R\$ 415 – Plano de benefício definido e R\$ 379 – Plano de contribuição definida (R\$ 509 e R\$ 275 em 31/12/2009, respectivamente).

Para os administradores, a outorga de opção de compra de ações observa a seguinte distribuição:

									Número de acões acumulado
Início do período de carência	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	3
Exerce a partir de	jan/09	jan/10	jan/08	jan/11	jan/12	jan/13	jan/14	jan/15	
Exerce até	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	
Preço de exercício por ação (R\$)	6,78	10,58	10,58	12,86	17,50	26,19	14,91	29,12	
Totais (para conselheiros e diretores)	659.970	570.183	266.221	1.142.605	870.045	667.738	1.243.974	677.079	6.097.815
Opções Exercidas	27.534	25.951	28.582	-	-	-	-	-	82.067
Opções Anuladas	-	_	_	7.076	5.512	13.651	11.091	5.935	43.265

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

f) Administração de fundos de investimentos

Até 04/09/2009, a Companhia mantinha títulos e valores mobiliários negociáveis em fundos de investimentos administrados pela Gerval D.T.V.M. Ltda.. Hoje estes fundos são administrados por terceiros. Tais títulos e valores mobiliários negociáveis abrangem depósitos a prazo e debêntures emitidas pelos principais bancos brasileiros, bem como Letras do Tesouro Nacional emitidas pelo Governo Federal brasileiro.

NOTA 20 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Considerando todas as modalidades de benefícios a empregados concedidos pela Companhia e suas controladas, a posição de ativos e passivos é a seguinte, em 31/12/2010:

	2010	2009
Ativo atuarial com plano de pensão - benefício definido	-	481.646
Ativo atuarial com plano de pensão - contribuição definida	437.205	45.707
Total do ativo	437.205	527.353
Passivo atuarial com plano de pensão - benefício definido	382.857	433.522
Passivo atuarial com o benefício de saúde pós-emprego	272.302	243.156
Passivo com benefício de aposentadoria e desligamento	179.312	284.622
Total do passivo	834.471	961.300

a) Plano de pensão com benefício definido - pós emprego

A Companhia co-patrocina plano de pensão de benefício definido, que cobre, substancialmente, todos os seus colaboradores no Brasil ("Plano Gerdau" e "Plano Açominas"), conjuntamente, planos brasileiros, os quais são administrados pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar, e proporcionam complementação de benefícios previdenciários aos empregados e aposentados da Companhia e de suas subsidiárias no Brasil. Os ativos dos Planos consistem, principalmente, de investimentos em certificados de depósito bancário, títulos públicos federais e títulos e valores mobiliários. O Plano Açominas é um plano totalmente coberto pelas contribuições da entidade e dos seus empregados e o Plano Gerdau é um plano totalmente coberto pelas contribuições da entidade

Em 14/10/2010 a Companhia, através da Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, aprovou na Previc (orgão regulador da previdencia complementar no Brasil) o saldamento dos planos de pensão de beneficio definido ("Plano Gerdau" e "Plano Açominas"), sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldado. Todos os participantes destes planos, em fase de extinção, poderão: (i) optar por aderir a um novo plano de contribuição definida, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano saldado para o novo Plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e da patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou (ii) não transferir a reserva e manter o benefício saldado no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). O novo plano de contribuição definida foi desenvolvido após análise dos melhores planos de previdência no Brasil, do perfil e das necessidades mais freqüentes dos colaboradores, com objetivo de oferecer um plano alinhado às melhores práticas do mercado.

Adicionalmente, as subsidiárias canadenses e americanas da Companhia patrocinam planos de benefício definido ("Plano Canadense" e "Plano Americano") conjuntamente, Planos norte-americanos, cobrindo substancialmente todos os seus colaboradores, e proporcionam complementação de benefícios de aposentadoria aos empregados da Gerdau Ameristeel Corporation e suas subsidiárias e Gerdau MacSteel. Os ativos dos Planos consistem de investimentos, principalmente, em títulos e valores mobiliários.

As premissas adotadas para os planos de pensão podem ter um efeito significativo sobre os montantes divulgados para estes planos. Em virtude do processo de migração e encerramento dos planos de pensão brasileiros, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos, sendo apresentados abaixo os possíveis efeitos de mudanças para os planos norte-americanos:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Aumento de 1 %	Redução de 1%
Taxa de desconto	(5.001)	5.876
Taxa de retorno esperada dos ativos	(9.420)	9.420

O saldo acumulado reconhecido nos resultados abrangentes para os benefícios a empregados apresentados a seguir \acute{e} R\$ (763.861) (R\$ (503.556) em 31/12/2009).

Planos brasileiros

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	35.588	47.958
Custo dos juros	133.689	123.539
Retorno esperado dos ativos do plano	(253.345)	(222.366)
Reduções	(252.561)	-
Liquidações	311.525	-
Contribuição esperada dos empregados		(11.359)
Benefício líquido com plano de pensão	(25.104)	(62.228)

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

	2010	2009
Total das obrigações	(100.793)	(1.274.084)
Valor justo dos ativos do plano	868.931	2.323.230
Saldo ativo	768.138	1.049.146
Ativo total líquido	768.138	1.049.146
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	(768.138)	(571.986)
Ativo líquido		477.160
Ativo reconhecido		477.160

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	2010	2009
Variação na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício	1.273.334	1.166.920
Custo do serviço	35.588	47.958
Custo de juros	133.689	123.539
Perda (Ganho) atuarial	(67.307)	(20.539)
Pagamento de benefícios	(45.405)	(43.279)
Reduções	(252.561)	-
Liquidações	(976.545)	-
Outros		(515)
Obrigação de benefício no final do exercício	100.793	1.274.084

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2010	2009
Variação nos ativos do plano		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	2.321.842	1.860.499
Retorno dos ativos do plano	253.345	333.797
Contribuições dos patrocinadores	-	15.479
Contribuições dos participantes	207	3.361
Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	(26.356)	154.014
Pagamentos de benefícios	(45.405)	(43.279)
Liquidações	(1.194.151)	_
Transferência para o plano de contribuição definida	(440.551)	_
Outros	-	(641)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	868.931	2.323.230

O valor justo dos ativos do plano incluem ações da Companhia no montante de R\$ 28.884 (R\$ 88.933 em 31/12/2009) e ações da sua controladora Metalúrgica Gerdau S.A. no montante de R\$ 64.888 (R\$ 89.433 em 31/12/2009).

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas na Demonstração dos Resultados Abrangentes são os seguintes:

	2010	2009
(Ganho) perda atuarial nos ativos do plano	26.356	(154.014)
(Ganho) perda atuarial na obrigação	(67.307)	(20.539)
Perda (ganho) atuarial nas contribuições dos empregados	(207)	7.998
Efeito de restrição reconhecido nos resultados abrangentes	196.152	
(Ganho) perda atuarial reconhecido nos resultados abrangentes	154.994	(166.555)

O histórico dos ganhos e perdas atuariais é o seguinte:

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor presente da obrigação de benefício definido	(100.793)	(1.274.084)	(1.166.920)	(1.027.239)	(910.333)
Valor justo dos ativos do plano	868.931	2.323.230	1.860.499	1.727.744	1.440.533
Superávit	768.138	1.049.146	693.579	700.505	530.200
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)	(67.307)	(20.539)	24.530	16.053	37.630
Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho)	26.356	(154.014)	(70.500)	110.642	85.548

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no período em que ocorrem e são registrados diretamente nos Resultados Abrangentes.

A alocação dos ativos do plano está demonstrada abaixo:

		2010
	Plano Gerdau	Plano Açominas
Renda Fixa	72,4%	83,7%
Renda Variável	27,4%	13,8%
Investimentos Estruturados	0,2%	0,2%
Imóveis	-	0,3%
Financiamentos	-	2,0%
Total	100%	100%
		2009
	Plano Gerdau	Plano Açominas
Renda Fixa	65,5%	85,2%
Renda Variável	34,5%	12,7%
Imóveis	-	0,3%
Financiamentos	-	1,8%
Total	100%	100%

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A estratégia de investimento do Plano Gerdau e Plano Açominas é baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo. Tal cenário considera um risco Brasil mais baixo, crescimento econômico moderado, níveis estáveis de inflação e de taxas de câmbio, e taxas de juros moderadas.

Planos norte-americanos

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	41.879	54.839
Custo dos juros	83.278	83.360
Retorno esperado dos ativos do plano	(81.369)	(66.026)
Custo do serviço passado	13.455	1.350
Ganhos sobre redução ("Curtailment")	_	(45.581)
Custo líquido complano de pensão	57.243	27.942
A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:		
	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefício definido	(1.627.430)	(1.472.773)
Valor justo dos ativos do plano	1.253.595	1.043.737
Ajuste IFRIC 14	(9.022)	_
Passivo total líquido	(382.857)	(429.036)
Ativo reconhecido	-	4.486
Passivo reconhecido	(382.857)	(433.522)
A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:		
	2010	2009
Variação na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício	1.472.773	1.625.859
Custo do serviço	41.879	54.839
Custo de juros	83.278	83.360
Pagamento de benefícios	(66.615)	(58.507)
Alterações no plano	11.460	(448)
Redução das perdas	-	(45.580)
Perda (ganho) atuarial na obrigação	123.378	195.775
Variação cambial	(38.723)	(382.525)
Obrigação de benefício no final do exercício	1.627.430	1.472.773
<u>-</u>	2010	2009
Variação nos ativos do plano		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.043.737	1.023.045
Retorno esperado dos ativos do plano	81.369	66.026
Contribuições dos patrocinadores	137.272	122.270
Pagamentos de benefícios	(56.939)	(49.355)
Alterações no plano	1.995	1.797
Ganho (perda) atuarial nos ativos	47.237	74.924
Variação cambial	(1.076)	(194.970)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.253.595	1.043.737

O histórico dos ganhos e perdas atuariais do plano é o seguinte:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor presente da obrigação de benefício definido	(1.627.430)	(1.472.773)	(1.625.859)	(1.174.212)	(1.262.617)
Valor justo dos ativos do plano	1.253.595	1.043.737	1.023.045	942.416	983.029
Valor justo dos ativos do plano	(9.022)				
Déficit	(382.857)	(429.036)	(602.814)	(231.796)	(279.588)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)	123.378	195.775	(40.482)	(64.799)	30.396
Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho)	(47.237)	(74.924)	392.123	(46.971)	53.719

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidos na Demonstração dos resultados abrangentes são os seguintes:

2010	2009
(47.237)	(74.924)
123.378	195.775
76.141	120.851
	(47.237) 123.378

A Gerdau Ameristeel possui um Comitê de Investimentos que define a política de investimentos relacionada com os planos de benefício definido. O objetivo primário de investimento é garantir a segurança dos benefícios que foram provisionados nos planos, oferecendo uma adequada variedade de ativos separada e independente da Gerdau Ameristeel Corporation. Para atingir esse objetivo, o fundo deve investir de modo a manter as salvaguardas e diversidade às quais um prudente investidor de fundo de pensão normalmente iria aderir. Gerdau Ameristeel contrata consultores especializados que orientam e suportam as decisões e recomendações do Comitê de Investimentos.

A política de diversidade de recursos considera a diversificação e os objetivos de investimento, bem como a liquidez requerida. Para isso, a meta de alocação varia entre 60% em ações e 40% em títulos da dívida. A política também expressa que irá realocar os ativos do plano quando uma classe de ativos atingir a alocação mínima ou máxima, e que o balanço será feito durante um razoável período de tempo.

A alocação dos ativos do plano está demonstrada abaixo:

	2010	2009
Ações	62,3%	62,0%
Títulos da Dívida	35,6%	35,7%
Imóveis	0,2%	0,2%
Outros	1,9%	2,1%
	100,0%	100,0%

A seguir apresentamos um resumo das premissas adotadas para cálculo e contabilização do componente de benefício definido dos planos em 2010 e 2009, respectivamente, tanto para a Companhia quanto para o consolidado:

			2010
			Planos
	Plano Gerdau	Plano Açominas	Americanos
Taxa média de desconto	10,25%	10,25%	5,25%
Taxa de aumento da remuneração	8,68%	7,11%	3,25% - 4,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos	12,08%	11,27%	7,00% - 8,50%
Tábua de mortalidade	AT-2000 por sexo	AT-2000 por sexo	RP-2000CH
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000, por sexo	AT-2000, por sexo	Taxas por idade
Taxa de rotatividade	Baseada no serviço e	Nula	Baseada na idade
	no nível salarial		e/ou no serviço

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

			2009
			Planos
	Plano Gerdau	Plano Açominas	Americanos
Taxa média de desconto	10,77%	10,77%	5,75% - 6,25%
Taxa de aumento da remuneração	8,68%	7,11%	3,50% - 4,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,11%	10,46%	7,50% - 8,50%
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic,	AT-2000 Basic,	RP-2000CH
	por sexo	por sexo	
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 Basic,	AT-2000 Basic,	Taxas por idade
	por sexo	por sexo	
Taxa de rotatividade	Baseada no	Nula	Baseada na idade
	serviço e no nível		e/ou no serviço
	salarial		

A taxa de retorno esperada dos ativos é utilizada para determinar o aumento dos ativos dos planos de benefícios relativos aos investimentos esperados no ano seguinte. A taxa real de retorno dos investimentos é selecionada levando-se em consideração a alocação das classes de ativos garantidores dos benefícios e as expectativas de rentabilidade de cada uma dessas categorias de investimento. Essa taxa é revista anualmente e são incorporadas eventuais mudanças nos cenários econômicos de médio e longo prazo.

b) Plano de pensão com contribuição definida – pós-emprego

A Companhia e suas controladas no Brasil mantém um plano de contribuição definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos seus empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 12.048 em 2010 (R\$ 8.269 em 2009). Este plano de benefícios possui um superávit atuarial formado pela parcela não integrante do saldo de conta dos participantes que perderam o vínculo empregatício com a empregadora antes da eligibilidade a um benefício pelo plano, que poderá ser utilizado para compensar contribuições futuras das patrocinadoras, mais a parcela de superávit oriunda do saldamento do plano de benefício definido conforme descrito na letra "a". Em 2010, o direito contabilizado como ativo referente a este plano de pensão – contribuição definida montava a R\$ 437.205 (R\$ 45.707 em 2009).

A subsidiária Gerdau Ameristeel Corporation também possui um plano nesta modalidade, cujo custo foi de R\$ 31.155 em 2010 (R\$ 23.771 em 2009).

c) Plano de benefício de saúde - pós-emprego

O Plano americano prevê, além do plano de pensão, benefícios de saúde específicos para colaboradores aposentados, desde que se aposentem após certa idade, com uma quantidade específica de anos de serviço. A subsidiária americana tem o direito de modificar ou eliminar esses benefícios e as contribuições são baseadas em montantes determinados atuarialmente. Estes planos não tem fundo constituído.

Os componentes do custo periódico líquido para os benefícios de saúde pós-emprego são os seguintes:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	2.906	4.100
Custo dos juros	13.917	13.576
Ganhos sobre redução ("Curtailment")		(14.312)
Custo líquido complano de saúde	16.823	3.364

A tabela a seguir mostra o status do fundo para o benefício de saúde pós-emprego:

	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefício definido	(272.302)	(243.156)
Passivo total líquido	(272.302)	(243.156)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

		2010		2009	
Variação na obrigação de benefício		2010		2009	
Obrigação de benefício no início do exercício		243,156		281.290	
Custo do serviço		2.906		4.100	
Custo de juros		13.917		13.576	
Contribuições dos participantes		2.601		2.648	
Pagamento de benefícios		(13.210)		(11.474)	
Redução das perdas		-	((14.311)	
Subsídio Médico		332		- -	
Perda (ganho) atuarial na obrigação		29.170		30.089	
Variação cambial		(6.570)	((62.762)	
Obrigação de benefício no final do exercício		272.302		243.156	
		2010		2009	
Variação nos ativos do plano					
Contribuições dos patrocinadores		13.210		11.474	
Pagamentos de benefícios		(13.210)		(11.474)	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	_			-	
			_		
O histórico dos ganhos e perdas atuariais do plano é o se	eguinte:				
	2010	2009	2008	2007	_
Valor presente da obrigação de benefício definido	(272.302)	(243.156)	(281.290)	(218.046)	_

(281.290)

(16.796)

(218.046)

2.007

(243.156)

30.089

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas na Demonstração dos resultados abrangentes são as seguintes:

	2010	2009
Perda (ganho) atuarial na obrigação	29.170	30.089
Perda (ganho) atuarial reconhecido no Patrimônio Líquido	29.170	30.089

As premissas adotadas na contabilização dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

-		
_	2010	2009
Taxa média de desconto	5,25%	5,75% - 6,25%
Tratamento de saúde - taxa assumida próximo ano	8,00%	8,20% - 8,70%
Tratamento de saúde - taxa assumida de declínio de custo a alcançar nos anos de	5,00% - 5,50%	5,00% - 5,50%
2016 a 2019 (em 2010) e de 2016 a 2017 (em 2009)		

(272.302)

29 170

As premissas adotadas para os benefícios de saúde pós-emprego tem um efeito significativo sobre os montantes divulgados para os planos de benefícios de saúde pós-emprego. A mudança de um ponto percentual sobre as taxas de benefícios de saúde pós-emprego assumidas teriam os seguintes efeitos:

	Aumento de 1 %	Redução de 1%
Efeito sobre o total do custo do serviço e custo de juros	2.219	(1.681)
Efeito sobre as obrigações do plano de benefício	36.320	(29.823)

d) Outros benefícios de aposentadoria e desligamento

Déficit

Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)

A Companhia estima que o saldo a pagar, por conta de indenizações para os executivos no momento de sua aposentadoria ou desligamento e outros benefícios é de R\$ 179.312 em 31/12/2010 (R\$ 284.622 em 31/12/2009).

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os valores referem-se, substancialmente, ao *Plan Social* mantido pela Corporación Sidenor e suas subsidiárias e foi aprovado pelos representantes dos colaboradores. O Plano permite o aumento da produtividade por meio da redução de postos de trabalho, possibilitada através de um plano de investimentos em melhorias tecnológicas.

O Plano também tem por objetivo promover a renovação da força de trabalho através da contratação de colaboradores mais jovens, na medida em que ocorra a aposentadoria dos colaboradores mais antigos.

Os benefícios deste plano visam à complementação salarial até a data de aposentadoria, ajuda de custo e demais benefícios decorrentes do desligamento e da aposentadoria dos colaboradores.

NOTA 21 – PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas, que montam a R\$ 72.093 em 31/12/2010 (R\$ 76.477 em 31/12/2009) (R\$ 29.191 e R\$ 9.835 no passivo circulante em 31/12/2010 e 31/12/2009, respectivamente, e R\$ 42.902 e R\$ 66.642 no passivo não-circulante em 31/12/2010 e 31/12/2009, respectivamente), sendo R\$ 20.974 para as subsidiárias brasileiras (R\$ 25.863 em 31/12/2009) e R\$ 51.119 para as subsidiárias no exterior (R\$ 50.614 em 31/12/2009). A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - o Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 500.000.000 ações ordinárias e 1.000.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. No caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 dias, exceto quando se tratar de oferta pública, quando o prazo decadencial não será inferior a 10 dias.

A reconciliação do número de ações ordinárias e preferenciais, em circulação, no início e no fim dos períodos é apresentada a seguir:

		2010		2009
	O rdinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Saldo no início do período	137.618.994	268.804.344	137.618.994	268.804.344
Saldo no fim do período	137.618.994	268.804.344	137.618.994	268.804.344

Em 31/12/2010 e 31/12/2009 estão subscritas e integralizadas 137.618.994 ações ordinárias e 275.062.544 ações preferenciais, totalizando o capital social realizado em R\$ 6.881.998 (líquido dos custos de aumento de capital). A composição acionária está assim representada:

Composição asianávia

											Composição a	cronaria
						2010						2009
Acionistas	Ord.	%	Pref.	%	Total	%	Ord.	%	Pref.	%	Total	%
Indac - Ind. Adm. e Com. S.A. e coligadas	89.842.316	65,3	15.924	0,0	89.858.240	21,8	89.842.316	65,2	15.916	-	89.858.232	21,9
Investidores institucionais brasileiros	18.023.920	13,1	98.370.253	35,8	116.394.173	28,2	13.150.512	9,6	95.188.527	34,6	108.339.039	25,1
Investidores institucionais estrangeiros	952.781	0,7	89.837.180	32,6	90.789.961	22,0	1.180.075	0,9	75.724.320	27,5	76.904.395	16,7
Outros acionistas	28.799.977	20,9	80.580.987	29,3	109.380.964	26,5	33.446.091	24,3	97.875.581	35,6	131.321.672	34,8
Ações em tesouraria		-	6.258.200	2,3	6.258.200	1,5		0,0	6.258.200	2,3	6.258.200	1,5
	137.618.994	100,0	275.062.544	100,0	412.681.538	100,0	137.618.994	100,0	275.062.544	100,0	412.681.538	100,0

As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias, na distribuição de lucros.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Ações em tesouraria - as ações em tesouraria estão assim representadas:

	2010		2009
Ações		Ações	
Preferenciais	R\$	Preferenciais	R\$
6.258.200	69.861	6.258.200	69.861

Em 31/12/2010 a Companhia mantinha em tesouraria 6.258.200 ações preferenciais pelo valor de R\$ 69.861. Estas ações serão mantidas em tesouraria para posterior alienação no mercado ou cancelamento. O custo médio de aquisição destas ações é de R\$ 11,16, sendo o menor valor adquirido R\$ 7,77 e o maior valor adquirido de R\$ 20,27.

c) Reservas de lucros

- I) Legal pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.
- **II**) **Incentivos fiscais -** pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos.
- III) Investimentos e Capital de Giro é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.
- d) Outras reservas é composto pela despesa com plano de opções de ações reconhecida e pelas opções de ações exercidas, efeitos de acionistas não controladores sobre entidades consolidadas e Ágio na emissão de ações.
- e) Ajustes de avaliação patrimonial são compostas pelos ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira, ganhos e perdas não realizados em *hedge* de investimento líquido, ganhos e perdas não realizados em coberturas de fluxo de caixa e ganhos e perdas não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda.
- f) Dividendos e juros sobre o capital próprio os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. A Companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei Nº 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação esse valor foi demonstrado como dividendos, não afetando o resultado. O benefício fiscal correspondente ao imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício foi de R\$ 46.983.

O montante de juros sobre o capital próprio e dividendos creditados no exercício foi de R\$ 264.175, conforme está demonstrado a seguir:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	895.684	373.833
Constituição da reserva legal	(44.784)	(24.603)
Constituição da reserva de incentivos	(53.676)	(43.509)
Lucro líquido ajustado	797.224	305.721

Proventos no exercício

			Ações em				
Período	Natureza	R\$ /ação	circulação (mil)	Crédito	Pagamento	2010	2009
1° trimes tre	Juros	0,16	406.423	17/05/2010	27/05/2010	65.028	-
2° trimes tre	Dividendos	0,22	406.423	16/08/2010	26/08/2010	89.413	-
3° trimes tre	Juros	0,18	406.423	16/11/2010	26/11/2010	73.156	67.060
4° trimes tre	Dividendos	0,09	406.423	14/03/2011	24/03/2011	36.578	105.670
Juros sobre o	capital próprio e d	ividendos				264.175	172.730
Crédito por aç	ão (R\$)					0,65	0,43

O lucro remanescente do exercício foi destinado à constituição de reserva estatutária para investimentos e capital de giro na forma do estatuto social.

g) Mudança de participação em controlada – Durante o exercício findo em 31/12/2010, a Companhia, através de suas subsidiárias, adquiriu participações em empresas controladas e como resultado destas operações reconheceu no seu Patrimônio Líquido o montante de R\$ 1.977.558 (R\$ 1.129.019 atribuído a participação dos acionistas controladores e R\$ 848.539 atribuído a participação dos acionistas não controladores), o qual é referente a diferença entre o valor pago e os ativos líquidos adquiridos.

NOTA 23 – LUCRO POR AÇÃO (EPS)

Conforme requerido pelo IAS Nº 33, *Earnings per Share* (Lucro por ação), as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Básico e diluído

_			2010			2009
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
_	(Em milhares,	exceto ações e dado	os por ação)	(Em milhares,	exceto ações e dado	s por ação)
Numerador básico						
Lucro líquido alocado disponível para acionistas						
ordinários e preferenciais	303.288	592.396	895.684	126.584	247.249	373.833
_						
Denominador básico						
Média ponderada de ações deduzindo a média das						
ações em tesouraria.	137.618.994	268.804.344	_	137.618.994	268.804.344	
_			_			
Lucro por ação (em R\$) – Básico e diluído	2,20	2,20	_	0,92	0,92	

A Companhia não tem instrumentos que não foram incluídos no cálculo do lucro por ação por serem antidilutivos.

NOTA 24 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2010	2009
Receita bruta de vendas	35.666.379	30.124.727
Impostos incidentes sobre vendas	(3.630.036)	(3.031.102)
Descontos	(643.134)	(553.575)
Receita líquida de vendas	31.393.209	26.540.050
Receita liquida de vendas	31.393.209	26.540.050

NOTA 25 – PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO

I) Metalúrgica Gerdau S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária da Metalúrgica Gerdau S.A. de 30/04/2003 decidiu, com base em plano aprovado pela Assembléia Geral e dentro do limite do capital autorizado, outorgar opção de compra de ações preferenciais aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, aprovando a criação do referido plano que consubstancia nova forma de remuneração de executivos estratégicos da Sociedade, instituindo o "Programa de Incentivo de Longo Prazo". Embora aprovado o plano, não foram, até o momento, efetuadas quaisquer outorgas de opções com base no mesmo.

II) Gerdau S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária da Gerdau S.A. de 30/04/2003 decidiu, com base em plano previamente aprovado e dentro do limite do capital autorizado, outorgar opção de compra de ações preferenciais aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, aprovando a criação do referido plano, que consubstancia nova forma de remuneração de executivos estratégicos da Companhia, instituindo o "Programa de Incentivo de Longo Prazo". As opções devem ser exercidas em um prazo máximo de cinco anos após a carência.

a) Resumo da movimentação do plano:

			_				Qua	antidade de ações
Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Prazo de carência	Preço médio de mercado acumulado	Saldo incial em 31/12/2009	Outorgadas	Expiradas	Exercidas	Saldo final em 31/12/2010
2004	6,78	5 anos	25,02	1.106.729	-	(4.702)	(113.445)	988.582
2005	10,58	3 anos	25,02	426.401	-	(3.315)	(35.970)	387.116
2005	10,58	5 anos	25,02	1.107.268	-	(3.926)	(170.661)	932.681
2006	12,86	5 anos	25,02	1.682.616	-	(25.562)	(32.433)	1.624.621
2007	17,50	5 anos	25,02	1.336.760	-	(22.836)	(33.625)	1.280.299
2008	26,19	5 anos	25,02	1.128.810	-	(42.553)	(3.237)	1.083.020
2009	14,91	5 anos	25,02	2.246.116	-	(46.531)	(30.549)	2.169.036
2010	29,12	5 anos	25,02		1.208.576	(23.590)		1.184.986
				9.034.700	1.208.576	(173.015)	(419.920)	9.650.341

			<u>-</u>				Qu	antidade de ações
Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Prazo de carência	Preço médio de mercado acumulado	Saldo incial em 31/12/2008	Outorgadas	Expiradas	Exercidas	Saldo final em 31/12/2009
2003	2,65	5 anos	20,64	62.106	-	-	(62.106)	-
2004	6,78	5 anos	20,64	1.349.859	-	-	(243.130)	1.106.729
2005	10,58	3 anos	20,64	470.263	-	(5.555)	(38.307)	426.401
2005	10,58	5 anos	20,64	1.155.565	-	-	(48.297)	1.107.268
2006	12,86	5 anos	20,64	1.839.817	-	(7.097)	(150.104)	1.682.616
2007	17,50	5 anos	20,64	1.455.728	-	(12.079)	(106.889)	1.336.760
2008	26,19	5 anos	20,64	1.180.300	-	(13.477)	(38.013)	1.128.810
2009	14,91	5 anos	20,64	-	2.285.238	(35.529)	(3.593)	2.246.116
				7.513.638	2.285.238	(73.737)	(690.439)	9.034.700

A Companhia possui, em 31/12/2010, um total de 10.288.314 ações preferenciais em tesouraria. Essas ações poderão ser utilizadas para atendimento deste plano. As opções exercidas antes do prazo final de carência foram decorrentes de aposentadoria ou morte.

b) Posição do plano em 31/12/2010:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

							Outorga	
_	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Total de opções de compra de ações outorgadas	988.582	1.319.797	1.624.621	1.280.299	1.083.020	2.169.036	1.184.986	
Preço de exercício - R\$	6,78	10,58	12,86	17,50	26,19	14,91	29,12	16,49
Valor justo das opções na data da outorga - R\$ por opção (*)	1,92	1,11	4,33	7,64	10,55	6,98	13,07	6,45
Prazo médio de exercício da opção na data da outorga (anos)	5,00	5,00	5,00	4,90	4,89	4,87	4,86	4,93
(*) Calculado considerando o modelo Black-Scholes.								

O percentual de diluição de participação a que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções é de aproximadamente 0,8%.

O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado foi de R\$ 13.730 em 31/12/2010 (R\$ 10.001 em 31/12/2009).

c) Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos com remuneração de empregados:

A Companhia reconhece o custo com remuneração dos empregados com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga. A Companhia utiliza o modelo de *Black-Scholes* para precificação do valor justo das opções. Para determinar este valor justo, a Companhia utilizou as seguintes premissas econômicas:

	Outorga 2010	Outorga 2009	Outorga 2008	Outorga 2007	Outorga 2006	Outorga 2005	Outorga 2004
Dividend yield	2,08%	4,13%	2,81%	4,32%	9,99%	7,90%	7,03%
Volatilidade do preço da ação	57,95%	57,81%	37,77%	38,72%	41,51%	39,00%	43,31%
Taxa de retorno livre de risco	12,73%	12,32%	14,04%	12,40%	12,80%	8,38%	8,38%
Período esperado até o vencimento	4,9 anos	4,7 anos	4,9 anos				

A Companhia efetua a liquidação deste plano de benefício entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos empregados.

III) Gerdau Ameristeel Corporation – ("Gerdau Ameristeel")

Em fevereiro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a adoção do Plano "Equity Incentive Plan" (o "EIP"). Os bônus distribuídos pelo EIP podem assumir a forma de opções de ações (SAR's), direitos de ações futuras ("DSU's"), unidades de ações restritas (RSU's), unidades de *performance* de ações ("PSU's"), ações restritas e/ou outras bonificações baseadas em ações. Exceto para as opções de ações, que devem ser liquidadas em ações ordinárias, as bonificações podem ser liquidadas em dinheiro ou em ações ordinárias assim como a Companhia determinou no momento da outorga.

Para a parte de qualquer bônus que será pago em opções ou SAR's, o preço de exercício das opções ou SAR's não será inferior ao valor justo de mercado de uma ação ordinária na data da bonificação. O prazo de carência de todos os prêmios (incluindo RSU's, DSU's e PSU's) é determinado pela Companhia no momento da outorga. Opções e SAR's têm um prazo máximo de 10 anos.

Em 12/03/2010, um bônus de aproximadamente US\$ 11,8 milhões de dólares (R\$ 20,81 milhões) foi concedido aos participantes do EIP em razão da *performance*. A Companhia emitiu 1.728.689 SAR's, 277.621 RSU's e 396.602 PSU's no âmbito deste plano. Este bônus é provisionado ao longo dos prazos de carência.

Juntamente com a proposta de adoção do EIP, a Companhia encerrou os planos de incentivo de longo prazo existentes, e nenhuma outra bonificação será concedida nesses planos. Todas as bonificações pendentes destes planos continuarão pendentes até que sejam exercidas, canceladas ou expiradas. Em 31/12/2010, havia 2.577.470 SAR's, 1.397.701 "stock options" e 428.489 "phantom shares" pendentes nesses planos. Este bônus é provisionado ao longo dos prazos de carência.

Em 2008, um bônus no valor de cerca de US\$ 10,6 milhões (R\$24,54 milhões) foi ganho pelos participantes em conformidade com o plano de incentivo de longo prazo e foi concedido sob a forma de: 40% de SARs, 30% em opções e 30% em "phantom stock". Em março de 2009, a Companhia emitiu 2.002.116 opções, como parte deste prêmio.

Em 30/08/2010, a Gerdau S.A. adquiriu indiretamente a totalidade das ações ordinárias da Companhia não já detidas, direta ou indiretamente. Em conexão com a aquisição, todas as opções em circulação, SARs, PSUs, RSUs e Phantom Stocks foram convertidas em prêmios em relação aos American Depositary Receipt da Gerdau SA ("ADR's"), que representa o direito de receber ações preferenciais da Gerdau S.A.. A conversão foi feita com base no valor relativo de uma ação

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

ordinária da Companhia para um ADR na data do fechamento do acordo, a fim de manter um valor equivalente intrínseco da sentença no momento da troca. Um fator de conversão foi aplicado de 0,7993 (o "fator de conversão"), igual ao preço de fechamento definitivo de uma ação ordinária da Companhia na New York Stock Exchange ("NYSE"), dividido pelo preço de fechamento de uma ADR na NYSE em 27/08/2010, o último dia de negociação para as ações ordinárias da Companhia.

Todos os montantes (por exemplo, exercícios, cancelamentos, média ponderada do valor justo, o justo valor, etc.), divulgada nesta nota a respeito do "Equity Incentive Plan" com base a informações anteriores a 30/08/2010 (a "data de modificação") estão em uma base de pré-conversão em relação às ações ordinárias da Companhia. Todas as quantias divulgadas relacionadas com o Plano, após a data de modificação, estão em uma base de pós-conversão em relação às ADR's.

Modificações dos prêmios em opções liquidadas em ações são reconhecidas se os efeitos das modificações aumentarem o valor justo total dos mesmos, ou que tenham algum outro benefício para o empregado. O valor justo incremental concedido é a diferença entre o valor justo do prêmio de ação modificado e aquele do prêmio original, ambos estimados na data da modificação. Se a modificação ocorrer durante o período de aquisição, o valor justo incremental concedido é reconhecido por serviços recebidos durante o período de carência restante, enquanto o valor justo original da data de subvenção do prêmio continua a ser reconhecido em conformidade com o período original de carência. Se a modificação ocorrer após a data de carência, o valor justo incremental concedido é reconhecido imediatamente. O valor justo na data da modificação para todos os prêmios em opções liquidadas em ações da Companhia foi menor que o valor justo do prêmio original na data da modificação. Como tal, nenhum custo incremental foi reconhecido pela Companhia. A modificação não impactou a classificação da Companhia das outorgas de prêmios em ações e em dinheiro.

Phantom Shares

Phantom Shares dão ao titular a oportunidade de receber o pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ARS's da Companhia. O prazo de carência das Phantom Shares é de 25% por ano em um período de 4 anos, e os titulares recebem pagamento pelas ações vencidas na data de aniversário da outorga. Os titulares das Phantom Shares não possuem direito de voto, mas acumulam unidades adicionais com base em dividendos pagos pela Gerdau S.A. em suas ADR's em cada data de pagamento de dividendos, as quais são reinvestidas como Phantom Shares adicionais. As despesas relacionadas às Phantom Shares são reconhecidas durante o prazo de carência com base no número de ações próximas do período de carência e àquelas que continuam em circulação no final do período de reporte. Na data da outorga, o valor justo de uma Phantom Shares é igual ao valor justo das ações de referência. O valor justo das Phantom Shares é reavaliado a cada emissão das demonstrações financeiras.

Share Appreciation Rights (SARs)

SAR's dão ao titular a oportunidade de receber tanto ADR's ou pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ADR's da Companhia, menos o preço de exercício. O preço de exercício é estabelecido pelo preço de fechamento das ações de referência na data da outorga. O prazo de carência das SAR's é de um período de 4 a 5 anos e expiram dez anos após a data da outorga. A despesa com este plano é reconhecida com base no valor justo dos prêmios ainda sob carência e que permanecem pendentes no final do período reportado. O modelo *Black-Scholes* de precificação de opções é usado para calcular uma estimativa do valor justo. A Companhia pode liquidar as SAR's em ações ou em dinheiro. Para as SAR's liquidadas em ações, a contabilização do valor justo é estimada apenas na data da outorga. Para as SAR's liquidadas em dinheiro, a contabilização do valor justo é mensurada novamente a cada período reportado.

O valor justo na data da concessão das SAR's, de possível liquidação em ações ou em dinheiro, concedidas durante o exercício findo em 31/12/2010 foi de US\$ 3,72 (R\$ 6,2) e as principais premissas utilizadas no modelo de precificação *Black-Scholes* foram os seguintes:

	2010
Dividend yield	2,77%
Volatilidade do preço da ação	60,99%
Taxa de retorno livre de risco	2,81%
Período esperado até o vencimento	6,51 anos

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Para SARs de liquidação em ações, que foram modificadas durante o exercício findo em 31/12/2010, o valor justo na data de modificação foi de US\$ 6,40 (R\$ 10,66). As principais premissas usadas no modelo de precificação *Black-Scholes* foram os seguintes:

	2010
Dividend yield	2,95%
Volatilidade do preço da ação	53,63%
Taxa de retorno livre de risco	1,77%
Período esperado até o vencimento	6,04 anos

O modelo de precificação de ações *Black-Scholes* foi desenvolvido para utilização na estimativa do valor justo das opções negociadas, que não têm restrições de resgate. O modelo requer o uso de premissas subjetivas. A volatilidade esperada se baseou na volatilidade histórica das ações da Companhia, bem como outras empresas que operam em ramos de atividades similares. A expectativa de vida (em anos) foi determinada utilizando dados históricos para estimar padrões de exercício das SAR's. O *dividend yield* esperado era baseado no histórico de taxas de dividendos anualizadas. A taxa de juros livre de risco foi baseada na taxa dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos proporcional ao prazo esperado das SAR's concedidas.

Restricted Share Units (RSUs)

RSUs dão ao detentor o direito a receber um determinado número de ADRs após um determinado prazo de carência. Conforme determinação da Companhia, a carência das RSU's é de um período de cinco anos. Os titulares de RSU's não têm direito a votar, mas acumulam unidades adicionais com base em dividendos pagos pela Gerdau S.A. em suas ADR's em cada data de pagamento de dividendos, que são reinvestidos como RSU's adicionais. A despesa relacionada às RSU's é reconhecida durante o prazo de carência com base no valor justo das RSU's na data da outorga e no número de unidades que se esperam que sejam concedidos. O valor justo de uma RSU é igual ao valor justo das ações de referência, na data da outorga. O valor justo da média ponderada de RSU's outorgadas foi de US\$ 7,89 (R\$ 13,15) concedidos durante o exercício findo em 31/12/2010.

Durante o exercício findo em 31/12/2010, todas as RSUs foram convertidas em prêmios em relação às ADR's (com base no fator de conversão), que resultou em um valor médio justo na data de modificação de US\$ 9,87 (R\$ 16,45).

Performance Share Units (PSUs)

PSU's dão ao detentor o direito de receber uma ADR's para cada unidade após o prazo de carência, conforme determinação da Companhia. Os titulares de PSU's acumulam unidades adicionais com base em dividendos pagos pela Gerdau S.A. em suas ADR's em cada data de pagamento de dividendos, que são reinvestidos como PSU's adicionais. O percentual de PSU's inicialmente outorgados e que se realizam dependem da *performance* da Companhia no período em relação a metas de performance pré-estabelecidas. A despesa relacionada a cada PSU foi reconhecida durante o período de execução com base no valor justo das PSU's na data da outorga e no número de unidades previstas para a carência. O valor justo de cada PSU é igual ao valor justo das ações de referência, na data da outorga. O valor justo da média ponderada de PSU's outorgadas foi de US\$ 7,89 (R\$ 13,15) concedidos durante o exercício findo em 31/12/2010.

Durante o exercício findo em 31/12/2010, todas as PSUs foram convertidas em prêmios em relação as ADR's (com base no fator de conversão) que resultou em um valor médio justo na data de modificação de US\$ 9,87 (R\$ 16,45).

Stock Options

As *stock options* tem um período de carência de quatro anos. O prazo máximo de uma opção é de 10 anos a contar da data da outorga. O preço de exercício das opções é baseado no valor justo das ações de referência.

Não houve opções de ações concedidas ao abrigo do EIP, durante o exercício findo em 31/12/2010. Na data da outorga, o valor justo das opções outorgadas no âmbito dos planos de incentivo de longo prazo durante o exercício findo em 31/12/209 foi de US\$ 1,59 (R\$ 2,77). O valor justo de cada opção outorgada é estimado na data da outorga usando o modelo *Black-Scholes* de precificação de opções com as seguintes premissas de média ponderada utilizada para outorgas com base na tabela abaixo.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2009
Dividend yield	3,10%
Volatilidade do preço da ação	62,95%
Taxa de retorno livre de risco	1,99%
Período esperado até o vencimento	6,25 anos

Durante o exercício findo em 31/12/2010, todas as opções de ações da Companhia foram convertidas em prêmios em relação às ADR's (com base no fator de conversão). A Companhia reavaliou os prêmios originais na data de modificação e também o valor justo dos novos prêmios na data de modificação. Ambos os valores foram obtidos utilizando o modelo *Black-Scholes* de precificação de opções. O valor justo na data de modificação dos prêmios foi menor do que o valor original dos prêmios na mesma data. Desta maneira, nenhum custo incremental foi reconhecido pela Companhia.

A seguir apresentamos um resumo das stock options:

			2010			2009
	Número de ações	•	médio de exercício	Número de acões	•	médio de exercício
	Numero de ações	US\$	R\$	Numero de ações	US\$	R\$
Disponíveis no início do ano	2.828.498	5,79	9,65	1.307.036	9,13	15,90
Opções outorgadas	-	-	-	2.002.116	3,48	6,06
Opções exercidas (a)	(299.589)	3,09	5,15	(108.590)	1,98	3,45
Opções canceladas	(355.194)	5,11	8,51	(372.064)	6,18	10,76
Em circulação no final do período	(2.173.715)	10,99	18,31			
Disponíveis no final do ano			_	2.828.498	5,79	10,08
Ações exercíveis				665.320		

a) O preço médio ponderado das ações foi computado baseados na data de exercício.

O resumo das stock options após a data de modificação é a que segue:

			2010	
	Número de acões	-	médio de exercício	
		US\$	R\$	
Disponíveis no início do ano	-	-	-	
Opções substituídas (referenciado em				
Gerdau S.A. ADRs)	1.737.318	7,86	13,10	
Opções outorgadas	-	-	-	
Opções exercidas (b)	(96.727)	4,11	6,85	
Opções canceladas				
Disponíveis no final do ano	1.640.591	8,08	13,46	
Opções exercíveis	712.272	10,15	16,91	

b) O preço médio ponderado das ações foi computado baseados na data de exercício.

A tabela a seguir resume as informações a respeito das opções mantidas em 31/12/2010:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Preço de exercício	Quantidade dis poní vel	Prazo médio de carência	3	médio de xercício	Número exercível em 31/12/2010
			US\$	R\$	
US\$ 1,73 a US\$ 4,35 (R\$ 2,88 a R\$ 7,25)	1.077.203	7,1	4,02	6,70	320.030
US\$ 11,89 (R\$ 19,81)	338.966	5,9	13,19	21,98	276.589
US\$ 19,84 (R\$ 33,06)	224.422	7,2	19,84	33,06	115.653
	1.640.591				712.272

Durante os exercícios findos em 31/12/2010 e de 2009, os custos reconhecidos pela Companhia para os prêmios em opções liquidadas em ações foram de US\$ 2,7 milhões (R\$ 4,5 milhões) e US\$ 1,0 milhão (R\$ 1,74 milhões), respectivamente. A Companhia registrou uma reversão de despesas no montante de US\$ 9.3 milhões (R\$ 15,5 milhões) e US\$ 5,5 milhões (R\$ 9,58 milhões), respectivamente referentes a prêmios em opções liquidados em dinheiro para os anos de 2010 e 2009.

IV) Gerdau MacSteel Inc. ("Gerdau MacSteel")

A Gerdau MacSteel Inc. e suas subsidiárias possuem planos de incentivos de longo prazo, que foram criados para premiar os colaboradores com bônus baseados no atingimento de metas relacionadas ao retorno do capital investido. Os bônus serão outorgados ao final do ano em dinheiro ou direitos de apreciação de ações (SAR's). O pagamento da porção do bônus em dinheiro será feita em forma de ações (*Phantom Stock*). O número de ações será determinado pela divisão do valor do bônus em dinheiro pelo valor de mercado dos ADR's da Gerdau S.A. na data da outorga, com base no preço médio de negociação das ações ordinárias na Bolsa de Valores de Nova Iorque. *Phantom Stock* e SAR's são exercíveis a razão de 25% em cada um dos primeiros quatro aniversários da data de outorga. As *Phantom Stock* serão pagas em dinheiro, quando exercidas. Um prêmio de, aproximadamente, US\$ 1,1 milhão (R\$ 1,83 milhão) foi outorgado para os colaboradores em 2010, sendo 44% em SAR's, 37% em *Performance Shares* e 19% em *Restrict Shares*. Em 2009 um prêmio de, aproximadamente US\$ 0,7 milhão (R\$ 1,22 milhão) foi outorgado para os colaboradores e foi emitido 80% em SAR's e 20% em *Phantom Stock*.

A subsidiária Gerdau MacSteel utiliza o método *Black-Scholes* de precificação do valor justo dos direitos de apreciação de ações, reconhecendo o custo com remuneração de ações à medida que os serviços são prestados. A subsidiária utilizou as seguintes premissas econômicas para reconhecimento do valor justo destes instrumentos:

Restricted Shares

Dividend Yield	2,56%
Volatilidade do preço da ação	53,25%
Taxa de retorno livre de risco	1%
Periodo esperado ate o vencimento	3 anos
SARS e Performance Shares	
Dividend Yield	2,56%
Volatilidade do preço da ação	53,25%
Taxa de retorno livre de risco	1,608%
Periodo esperado ate o vencimento	4 anos

Em 31/12/2010, o custo com planos de incentivos de longo prazo, ainda não reconhecidos, relativos a outorgas ainda no prazo de carência, era de, aproximadamente, US\$ 1,9 milhões (R\$ 3,17 milhões) e o período médio de reconhecimento destes custos era de 5 anos.

NOTA 26 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Comitê Executivo Gerdau, que é composto pela maioria dos executivos seniores da Companhia, é responsável pelo gerenciamento do negócio.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os segmentos da Companhia são os seguintes: Operação Brasil (inclui as operações do Brasil, com exceção de Aços Especiais), Operação América do Norte (inclui todas as operações na América do Norte, exceto as do México e as de aços especiais (MacSteel), Operação América Latina (inclui todas as operações na América Latina, com exceção do Brasil) e Operação Aços Especiais (inclui as operações de aços especiais no Brasil, na Europa, nos Estados Unidos e na Índia).

_											Segme	entos de negócio
	C	peração Brasil	Operação An	nérica do Norte	Operação A	mérica Latina	Operação	Aços Especiais	Elimi	nações e ajustes		Consolidado
_	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Receita líquida de vendas	13.013.351	10.596.318	8.835.777	8.293.434	3.487.531	3.137.088	6.610.887	4.777.119	(554.337)	(263.909)	31.393.209	26.540.050
Custo das vendas	(10.179.791)	(7.516.373)	(7.997.509)	(7.703.052)	(3.021.612)	(3.069.705)	(5.312.148)	(4.383.848)	637.584	367.428	(25.873.476)	(22.305.550)
Lucro bruto	2.833.560	3.079.945	838.268	590.382	465.919	67.383	1.298.739	393.271	83.247	103.519	5.519.733	4.234.500
Despesas com vendas	(288.448)	(214.426)	(83.971)	(50.392)	(76.270)	(65.983)	(102.839)	(98.670)	(19)	(141)	(551.547)	(429.612)
Despesas gerais e administrativas	(855.921)	(754.915)	(435.400)	(435.418)	(161.599)	(183.591)	(250.046)	(273.916)	(130.965)	(95.215)	(1.833.931)	(1.743.055)
Reversão (Perdas) pela não recuperabilidade de ativos	-	-	-	(165.134)	-	(136.491)	336.346	(770.565)	-	-	336.346	(1.072.190)
Custos de reestruturação	-	-	-	(49.238)	-	-	-	(101.469)	-	-	-	(150.707)
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.083)	(12.882)	1.880	(7.641)	38.639	(6.200)	(22.003)	80.199	79.637	20.201	95.070	73.677
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	31.450	(15.578)	15.624	(61.840)	(20.368)	(37.506)	12.748	5.967	39.454	(108.957)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e	1.686.108	2.097.722	352.227	(133.019)	282.313	(386.722)	1.239.829	(808.656)	44.648	34.331	3.605.125	803.656
dos impostos												
Receitas financeiras	168.903	126.568	(3.970)	69.544	36.172	44.400	229.348	91.085	(132.174)	110.896	298.279	442.493
Despesas financeiras	(382.927)	(356.344)	(256.627)	(333.479)	(70.538)	(99.924)	(226.223)	(244.995)	(316.921)	(447.714)	(1.253.236)	(1.482.456)
Variação cambial, líquida	130.959	1.236.743	29.669	(76.573)	20.565	44.293	(7.979)	40.416	(68.850)	(183.996)	104.364	1.060.883
Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido		(22.122)			(2.152)	(4.393)	10.253	(46.673)	4.291	47.010	12.392	(26.178)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	1.603.043	3.082.567	121.299	(473.527)	266.360	(402.346)	1.245.228	(968.823)	(469.006)	(439.473)	2.766.924	798.398
Imposto de renda e contribuição social	(418.482)	(770.960)	26.288	237.467	(40.722)	77.800	(359.086)	355.282	314.246	98.653	(477.756)	(1.758)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	1.184.561	2.311.607	147.587	(236.060)	225.638	(324.546)	886.142	(613.541)	(154.760)	(340.820)	2.289.168	796.640
Informações suplementares:												
Receita líquida de vendas entre segmentos	1.882.903	1.749.444	135.791	92.107	-	44.634	242.683	130.564	385.897	253.205	2.647.274	2.269.954
Depreciação/amortização	946.413	736.880	436.488	558.108	136.433	85.316	381.289	389.841	(7.464)	(24.731)	1.893.159	1.745.414
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	-	217.641	258.758	804.832	814.356	26.993	17.112	215.054	109.684	1.264.520	1.199.910
Ativos totais	13.830.985	13.513.608	12.718.294	13.673.637	5.931.001	5.461.071	9.964.761	10.599.300	671.664	2.452.117	43.116.705	45.699.733
Passivos totais	5.157.551	5.565.052	6.346.213	6.771.622	2.882.484	2.270.956	5.380.224	5.792.095	5.060.304	3.967.554	24.826.776	24.367.279

Os principais produtos por segmento de negócio são:

Operação Brasil: vergalhões, barras, perfis e trefilados, tarugos, blocos, placas, fio-máquina e perfis estruturais.

Operação América do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves.

Operação América Latina: vergalhões, barras e trefilados.

Operação Aços Especiais: aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas, fio-máquina.

A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas entre segmentos aplicáveis a Companhia no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A informação geográfica da Companhia com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados é a seguinte:

	Brasil		A	mérica Latina (1)	Améi	rica do Norte (2)		Europa/Ásia		Consolidado
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Receita líquida de vendas	15.039.852	12.436.068	3.487.531	3.137.088	11.126.942	9.465.451	1.738.884	1.501.443	31.393.209	26.540.050
Ativos totais	18.224.970	19.582.453	5.931.001	5.461.071	16.754.876	17.943.356	2.205.858	2.712.853	43.116.705	45.699.733

⁽¹⁾ Não inclui as operações do Brasil.

A norma IFRS estabelece que a Companhia deve divulgar a receita por produto a menos que a informação necessária não esteja disponível e o custo para obtê-la seja excessivo. Neste sentido, a administração não considera que a informação seja útil na tomada de decisões, pois implicaria em agregar vendas para diferentes mercados e com diferentes moedas, sujeitas a efeitos na variação da taxa de câmbio. Padrões de consumo de aço e dinâmica dos preços de cada produto ou grupo de produtos nos diferentes países e em mercados diferentes dentro desses países são muito pouco correlacionados, portanto, a informação seria de pouca utilidade e não serviria para se tirar conclusões sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produtos não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que o custo para se obter a receita por produto seria excessivo em relação aos benefícios da informação, a Companhia não apresenta a abertura da receita por produto.

NOTA 27 – SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

⁽²⁾ Não inclui as operações do México.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Modalidade	Abrangência	2010	2009
Patrimônio	Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio,		
	danos elétricos, explosão, quebra de máquina e extravasamento		
	(derrame de material em estado de fusão).	24.170.655	24.711.721
Lucro Cessante	Lucro líquido somado às despesas fixas	5.370.143	3.471.625
Responsabilidade Civil	Operações industriais	206.672	216.686

NOTA 28 – PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS

A recuperabilidade do ágio e outros ativos de vida longa são avaliados com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se realizar o teste de recuperabilidade. A Companhia realiza testes de recuperação de ágio e outros ativos de vida longa, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo.

Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utilizou o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções foram atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

A Companhia, com base nos fatores abaixo, concluiu pela realização do teste de recuperabilidade de ágio e outros ativos de vida longa durante o quarto trimestre de 2010:

- Mercado siderúrgico global;
- Nível de demanda dos produtos da Companhia;
- Cenário de recuperação da economia mundial.

28.1. Teste de recuperabilidade do ágio

O teste de recuperabilidade do ágio alocado aos segmentos de negócio é efetuado anualmente em dezembro, sendo antecipado se eventos ou circunstâncias indiquem na necessidade.

A Companhia possui quatro segmentos de negócio, os quais representam o menor nível no qual o ágio é monitorado pela Companhia. A alocação dos ágios por segmento é apresentada na nota 12.

No segundo trimestre de 2009, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos segmentos Aços Especiais e América do Norte, em virtude do impacto que estes segmentos tiveram pela crise econômica. As análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 201.657 para o segmento de Aços Especiais no segundo trimestre de 2009. O segmento América do Norte não apresentou perda pela não recuperabilidade de ágio no segundo trimestre. Os testes realizados para todos os segmentos em dezembro de 2009 não apresentaram novas perdas pela não recuperabilidade de ágio.

Em dezembro de 2010, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos seus segmentos e os testes efetuados não identificaram perdas pela não recuperabilidade do ágio no exercício.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2010 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. A taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a para os segmentos Brasil, América Latina, Aços Especiais e América do Norte.

As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As taxas de desconto utilizadas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

foram 11,25% a.a para o segmento América do Norte (12,50% em dezembro de 2009), 12,50% a.a para o segmento Aços Especiais (13,30% em dezembro de 2009), 12,75% a.a para o segmento América Latina (13,50% em dezembro de 2009) e 13,00% a.a para o segmento Brasil (13,80% em dezembro de 2009).

Considerando o valor recuperável verificado através dos fluxos de caixa descontados, o mesmo excedeu o valor contábil em R\$ 2.126,7 milhões para o segmento de negócio América do Norte (R\$ 1.208,7 milhões em dezembro de 2009), R\$ 2.738,7 milhões para o segmento de negócio Aços Especiais (R\$ 1.791,7 milhões em dezembro de 2009), R\$ 113,3 milhões para o segmento de negócio América Latina (R\$ 778,1 milhões em dezembro de 2009) e R\$ 4.877,7 milhões para o segmento de negócio Brasil (R\$ 9.142,6 milhões em dezembro de 2009).

Dado o impacto potencial nos fluxos de caixas das variáveis de taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade a mudanças nessas variáveis. Um acréscimo de 0,5% na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada segmento resultaria em valores recuperáveis que excederiam o valor contábil em R\$ 1.378,5 milhões para o segmento América do Norte (R\$ 712,6 milhões em dezembro de 2009), R\$ 2.293,2 milhões para o segmento Aços Especiais (R\$ 1.381,9 milhões em dezembro de 2009), R\$ 3.659,1 milhões para o segmento Brasil (R\$ 8.085,6 milhões em dezembro de 2009) e um valor recuperável inferior ao valor contábil para o segmento América Latina em R\$ 182,8 milhões (valor recuperável superior ao valor contábil em R\$ 505,5 milhões em dezembro de 2009). Por sua vez, um decréscimo de 0,5% da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio resultaria em valores recuperáveis que excederiam o valor contábil em R\$ 1.646,3 milhões para o segmento América do Norte (R\$ 897,9 milhões em dezembro de 2009), R\$ 2.444,2 milhões para o segmento Aços Especiais (R\$ 1.532,8 milhões em dezembro de 2009) e R\$ 4.072,9 milhões para o segmento Brasil (R\$ 8.495,0 milhões em dezembro de 2009) e um valor recuperável inferior para o segmento América Latina em R\$ 74,9 milhões (valor recuperável superior ao valor contábil em R\$ 604,5 milhões em dezembro de 2009).

Cabe destacar que eventos ou mudanças significativas no panorama podem levar a perdas significativas por recuperabilidade de ágio. Como principal risco pode destacar uma eventual deterioração do mercado siderúrgico, queda significativa na demanda dos setores automotivos e de construção, paralisação de atividades de plantas industriais da Companhia ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento.

28.2. Teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa

No segundo trimestre de 2009, os testes realizados identificaram uma perda pela não recuperabilidade de imobilizado nos segmentos de Aços Especiais no montante de R\$ 218.391, América Latina no montante de R\$ 136.491 e América do Norte no montante de R\$ 71.538, totalizando R\$ 426.420. No terceiro trimestre de 2009, os testes identificaram uma perda de R\$ 93.596 no segmento América do Norte. Adicionalmente, a Companhia reconheceu outros custos relacionados ao fechamento das unidades, tais como custo de desligamento de funcionários, plano de pensão, etc, no montante de R\$ 101.469 no segundo trimestre e de R\$ 49.238 no terceiro trimestre. Nenhuma perda relacionada ao imobilizado foi identificada nos demais trimestres de 2009.

A Companhia também realizou testes de recuperabilidade de outros ativos intangíveis no segundo trimestre de 2009 em virtude da redução no valor de relacionamento com clientes devido a fraca demanda oriunda das dificuldades econômicas da indústria automotiva e como resultado reconheceu no segundo trimestre de 2009 uma perda pela não recuperabilidade no segmento de aços especiais de outros ativos intangíveis no montante de R\$ 304.425. Nenhuma perda relacionada a outros ativos intangíveis foi identificada nos demais trimestres de 2009.

No segundo trimestre de 2009, a Companhia reconheceu uma perda pela não recuperabilidade de investimentos avaliados pela equivalência patrimonial referente ao segmento de Aços Especiais, no montante de R\$ 46.092. Nenhuma perda relacionada aos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial foi identificada nos demais trimestres de 2009.

Durante o terceiro e quarto trimestres de 2009, os segmentos de negócio Aços Especiais e América do Norte tiveram melhorias em seus principais indicadores, sendo que os testes realizados para todos os segmentos em dezembro de 2009 não apresentaram novas perdas pela não recuperabilidade de outros ativos de vida longa.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

No quarto trimestre de 2010, em virtude da paralisação das atividades em uma de suas plantas e principalmente pela falta de expectativa de retomada de suas operações nesta unidade, os testes realizados identificaram perda pela não recuperabilidade para os ativos de imobilizado de uma unidade do segmento de Aços Especiais no montante de R\$ 68.008.

Adicionalmente, a Companhia também no segmento de Aços Especiais reverteu perdas pela não recuperabilidade de ativo imobilizado, em virtude da retomada de processo produtivo em uma unidade, a qual teve perdas pela não recuperabilidade reconhecidas em 2009, no valor de R\$ R\$ 218.391. O valor recuperável do ativo imobilizado foi estabelecido com base no valor em uso, a uma taxa de desconto utilizada no teste de recuperabilidade de 12,50% (13,30% em dezembro de 2009), resultando no montante de R\$ 188.163. A contrapartida das perdas e reversão de perdas reconhecidas no imobilizado afetaram a linha de "Reversão (Perda) pela não recuperabilidade de ativos" na demonstração dos resultados consolidados.

No quarto trimestre de 2010, a Companhia também no segmento de Aços Especiais reverteu perdas pela não recuperabilidade de Outros Ativos Intangíveis, em virtude do reestabelecimento do valor de relacionamento com clientes devido a retomada da demanda oriunda da indústria automotiva, a qual teve perdas pela não recuperabilidade reconhecidas em 2009, no valor de R\$ 304.425. Os testes de recuperabilidade de Outros Ativos Intangíveis identificaram a necessidade de reversão deste *impairment* no montante de R\$ 216.191, a qual está embasada na recuperação da sua carteira de clientes relacionados à indústria automotiva. O valor recuperável de outros ativos intangíveis é o seu valor em uso e a taxa de desconto utilizada no teste de recuperabilidade foi 12,50% (13,30% em dezembro de 2009). A contrapartida da reversão de perdas reconhecidas em outros ativos intangíveis afetou a linha de "Reversão (Perda) pela não recuperabilidade de ativos" na demonstração dos resultados consolidados.

Apesar das circunstâncias consideradas no teste indicarem uma melhora no contexto econômico e siderúrgico, incertezas futuras no mercado ainda permanecem. Portanto, a Companhia acredita que os cenários utilizados nos testes de recuperabilidade de dezembro são a sua melhor estimativa para os resultados e geração de caixa futuros para cada um dos seus segmentos de negócio. A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2011, os quais indicarão a razoabilidade das projeções futuras utilizadas.

NOTA 29 – DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado Consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado Consolidado por natureza:

	2010	2009
Depreciação e amortização	(1.893.159)	(1.745.414)
Despesas com pessoal	(4.226.018)	(3.616.143)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(18.241.840)	(15.514.859)
Fretes	(1.560.455)	(1.183.220)
Reversão (Perdas) pela não recuperabilidade de ativos	336.346	(1.072.190)
Custos de reestruturação	-	(150.707)
Outras despesas	(2.242.412)	(2.344.904)
	(27.827.538)	(25.627.437)
•		
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(25.873.476)	(22.305.550)
Despesas com vendas	(551.547)	(429.612)
Despesas gerais e administrativas	(1.833.931)	(1.743.055)
Reversão (Perdas) pela não recuperabilidade de ativos	336.346	(1.072.190)
Custos de reestruturação	-	(150.707)
Outras receitas operacionais	196.370	180.816
Outras despesas operacionais	(101.300)	(107.139)
	(27.827.538)	(25.627.437)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 30 – RESULTADO FINANCEIRO

Os montantes registrados como "Receitas Financeiras" incluem: rendimento de aplicações financeiras no montante de R\$ 175.154 (R\$ 253.534 em 2009) e juros recebidos e outras receitas financeiras no montante de R\$ 123.125 (R\$ 188.959 em 2009).

Os montantes registrados como "Despesas Financeiras" incluem: Juros sobre a dívida no montante de R\$ 1.073.137 (R\$ 1.183.485 em 2009) e variações monetárias e outras despesas financeiras no montante de R\$ 180.099 (R\$ 298.971 em 2009).

Os montantes registrados como "Variação cambial, líquida" incluem principalmente variação cambial de clientes de exportação, fornecedores de importação e dívidas contraídas em moedas estrangeiras. A variação cambial, líquida totaliza uma receita de R\$ 104.364 em 2010 (receita de R\$ 1.060.883 em 2009).

Os ganhos e perdas com derivativos, líquido incluem as receitas e despesas oriundas da flutuação no valor dos derivativos. Em 2010, os ganhos e perdas com derivativos, líquido totalizam uma receita de R\$ 12.392 (despesa de R\$ 26.178 em 2009).

NOTA 31 – INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA METALÚRGICA GERDAU S.A. (NÃO REQUERIDA PELO IFRS)

Em atendimento à Instrução CVM Nº 457/07, de 13/07/2007, apresentamos a reconciliação do Patrimônio Líquido e do lucro líquido da controladora Gerdau S.A., apurados de acordo com a legislação societária e práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e o Patrimônio Líquido e lucro líquido consolidado apurado segundo as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS. Conforme descrito na nota 2.1, com a adoção do CPC, as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) passaram a ser plenamente convergentes à norma contábil internacional, e dessa forma, não existe nenhuma diferença entre o Patrimônio Líquido e lucro líquido apresentados entre BRGAAP e IFRS.

	2010	2009
Patrimônio Líquido da controladora em BRGAAP (Incluindo a adoção dos CPCs)	7.829.717	8.394.039
Patrimônio Líquido da controladora em IFRS	7.829.717	8.394.039
Participações dos acionistas não-controladores em IFRS	10.460.212	12.938.415
Patrimônio Líquido incluindo acionistas não-controladores em IFRS	18.289.929	21.332.454
	2010	2009
Lucro Líquido da controladora em BRGAAP (Incluindo a adoção dos CPCs)	895.684	373.833
Lucro Líquido da controladora em IFRS	895.684	373.833
Participações dos acionistas não-controladores em IFRS	1.393.484	422.807
Lucro Líquido incluindo acionistas não-controladores em IFRS	2.289.168	796.640

NOTA 32 – EVENTOS SUBSEQUENTES

I) Em 02/02/2011, o Conselho de Administração da Gerdau S.A. autorizou a aquisição, pela Gerdau S.A., de ações de sua própria emissão com o objetivo de atender exclusivamente ao Programa de Incentivo de Longo Prazo, bem como aos compromissos decorrentes de outorgas de opções de ações de emissão de Gerdau Ameristeel Corp., utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros existentes. Em 04/02/2011 a aquisição de ações foi concluída com 3.100.000 ações preferenciais adquiridas, no montante de R\$ 70.153.

II) Em 10/02/2011, a Companhia efetuou o crédito das ações de Gerdau S.A. atribuídas em substituição aos direitos de acionistas de Prontofer e Villares na proporção de uma ação ordinária ou preferencial de emissão de Gerdau S.A. para cada 22,247601 quotas de Prontofer e uma ação preferencial de emissão de Gerdau S.A. para cada 24 ações ordinárias de emissão de Villares, S.A..

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)